

ELEMENTOS PARA UMA PROPOSIÇÃO DA NOÇÃO DE
INTERLOCUTOR COMO CATEGORIA LINGÜÍSTICA

POR

MARIA STELA GONÇALVES

Dissertação apresentada ao Departamento de Lingüística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Lingüística.

CAMPINAS

1981

G586e

4179/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

ERRATA

ONDE SE LÊ:		LEIA-SE:
p. 33, l. 27	- <i>distingue</i>	<i>distinguem</i>
p. 44, l. 14	- <i>sociedae</i>	sociedade
p. 56, l. 11	- <i>inteção</i>	intenção
p. 57, l. 5	- <i>conepções</i>	concepções
p. 57, l. 24	- <i>a concepções</i>	às concepções
p. 84, l. 8	- <i>a ser admitidas</i>	a serem admitidas
p. 102, l. 6	- <i>a concepção como unidade</i>	a concepção de discurso como unidade
p. 105, l. 1	- <i>histórica, nos termos de Benveniste</i>	histórica que, nos termos de Benveniste
p. 107, l. 26	- <i>idenfica</i>	identifica
p. 114, l. 21	- <i>que questão</i>	que a questão

Este trabalho se tornou possível graças às
bolsas de estudo que me foram concedidas, no
período 1976-1978, pela CAPES.

ELEMENTOS PARA UMA PROPOSIÇÃO DA NOÇÃO DE INTERLOCUTOR COMO CATEGORIA LINGÜÍSTICA

RESUMO

A presente investigação trata da verificação teórico-prática do alcance operacional da noção de interlocutor e da validade de uma concepção de linguagem que o incorpore como elemento significativo.

Centrada em uma concepção de linguagem, atribuída a Voloshinov, para a qual a relação dialógica está sempre presente na enunciação, sendo a base do sentido lingüístico, visa ela a, por meio da revisão crítica de algumas contribuições de trabalhos sobre Ideologia, linguagem e sociedade, linguagem e representação, Retórica, Análise do Discurso e da Teoria Semântica de Ducrot, arrolar argumentos teóricos que justifiquem a proposição do interlocutor como categoria lingüística. Além disso, procura ela, à luz de uma Teoria da Ideologia, estudar as condições que permitam a inserção da concepção dialógica da linguagem no corpo da própria teoria lingüística.

Tendo estes objetivos em vista, foram realizadas, além da revisão crítica aludida, análises de um "corpus", com o objetivo de validar as possibilidades de operacionalização de conceitos, resultantes da investigação.

Autor: Maria Stela Gonçalves

Este trabalho se tornou possível graças às
bolsas de estudo que me foram concedidas, no
período 1976-1978, pela CAPES.

ELEMENTOS PARA UMA PROPOSIÇÃO DA NOÇÃO DE INTERLOCUTOR COMO CATEGORIA LINGÜÍSTICA

RESUMO

A presente investigação trata da verificação teórico-prática do alcance operacional da noção de interlocutor e da validade de uma concepção de linguagem que o incorpore como elemento significativo.

Centrada em uma concepção de linguagem, atribuída a Voloshinov, para a qual a relação dialógica está sempre presente na enunciação, sendo a base do sentido lingüístico, visa ela a, por meio da revisão crítica de algumas contribuições de trabalhos sobre Ideologia, linguagem e sociedade, linguagem e representação, Retórica, Análise do Discurso e da Teoria Semântica de Ducrot, arrolar argumentos teóricos que justifiquem a proposição do interlocutor como categoria lingüística. Além disso, procura ela, à luz de uma Teoria da Ideologia, estudar as condições que permitam a inserção da concepção dialógica da linguagem no corpo da própria teoria lingüística.

Tendo estes objetivos em vista, foram realizadas, além da revisão crítica aludida, análises de um "corpus", com o objetivo de validar as possibilidades de operacionalização de conceitos, resultantes da investigação.

Autor: Maria Stela Gonçalves

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	i
NOTAS	XIV
CAP. I - A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM	1
I.1. - A Ideologia e a Problemática do Significado	1
I.2. - Os Signos: seu Surgimento e o Processo de Compreensão. ..	2
I.3. - A Intersubjetividade	4
I.4. - Língua e Fala: Princípios Básicos de uma Filosofia Marxista da Linguagem	5
I.4.1. O subjetivismo individualista	5
I.4.2. O objetivismo abstrato	6
I.5. - O Problema das Unidades Lingüísticas: os Enunciados ..	7
I.6. - Teoria do Enunciado e Problemas de Sintaxe	8
I.7. - O Problema do Discurso Referido	8
I.7.1. Discurso direto, discurso indireto e suas variações	9
I.7.2. O problema do discurso "quase-direto"	10
CAP. II - ALGUMAS DECORRÊNCIAS DA CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM	13
II.1. - Linguagem e Ideologia	14
II.1.1. O trabalho de Althusser	14
II.1.1.1. A teoria de Voloshinov e o conceito de ideologia postulado por Althusser ..	17
II.2. - Ideologia e História	23
II.3. - A Concepção da Linguagem com Trabalho e como Mercado..	32
II.4. - Linguagem e Representação	38
II.4.1. Benveniste: "Estrutura da Língua e Estrutura da Sociedade"	39
II.4.2. Vogt: "Por uma pragmática das representações".	49
NOTAS	59
CAP. III - RETÓRICA E INTERLOCUTOR	62
III.1 - A Retórica Clássica: Aristóteles	65
III.2 - Elementos da Concepção de Interlocutor a partir da Retórica Clássica	71

III.3.	- A Nova Retórica: Perelman	78
III.3.1.	O "Império Retórico"	81
III.3.2.	Retórica Clássica, Nova Retórica e Interlocutor	87
III.4.	- Interlocutor: um Conceito "Retórico"?	94
NOTAS		98
CAP. IV	- A ANÁLISE DO DISCURSO	99
IV.1.	- Intersubjetividade, Ato de Fala, Discurso	100
IV.1.1.	Intersubjetividade e ato de fala: contribuições para a noção de interlocutor	106
IV.2.	- Lingüística e Teoria do Discurso	110
IV.2.1.	O lingüístico e o ideológico: o lugar do interlocutor	115
NOTAS		120
CAP. V	- DISCURSO REFERIDO E INTERLOCUTOR	121
V.1.	- O Discurso Referido segundo Voloshinov	122
V.2.	- Estética e Elocução	126
V.3.	- Algumas Abordagens Tradicionais do Discurso Referido.	137
V.3.1.	A visão dicotômica acerca do discurso indireto livre	139
V.3.2.	A crítica ao objetivismo abstrato	142
V.3.3.	O discurso referido e a noção de social: algumas indicações	145
NOTAS		147
CAP. VI	- POR UMA TENTATIVA DE OPERACIONALIZAÇÃO	148
VI.1.	- Atos de Fala	148
VI.1.1.	O trabalho de Austin	149
VI.1.2.	O trabalho de Searle: alguns elementos	151
VI.1.3.	Strawson: a crítica à convencionalidade dos atos ilocutórios	153
VI.1.4.	A noção de ato de fala como "efeito de lugar social"	154
VI.2.	- Implícitos e Pressuposições: Algumas Indicações sobre a Teoria de Ducrot	159

VI.2.1. A noção de pressuposição como "efeito de lugar social"	162
VI.3. - Análise de um "Corpus"	166
VI.3.1. Sobre o "corpus" escolhido	167
VI.3.2. O primeiro nível de análise	167
VI.3.2.1. <u>Corpus</u>	168
VI.3.2.2. Análise	169
VI.3.3. O segundo nível de análise	180
NOTAS	185
EM BUSCA DE UMA CONCLUSÃO	186
BIBLIOGRAFIA	190

INTRODUÇÃO

1. Aliando um grande esforço por conferir ao estudo da linguagem o status de ciência à assunção de pressupostos por vezes redutores de seu objeto, as teorias consideradas paradigmáticas no campo da lingüística têm dado origem a uma gama imensa de abordagens, métodos e técnicas de análise, sendo hoje praticamente impossível traçar um quadro exaustivo de seus resultados. De qualquer forma, é possível afirmar haver no presente uma tradição de estudos lingüísticos que dá ao campo da linguagem um lugar de destaque no âmbito das ciências do homem, muito embora a lingüística ainda se encontre numa atividade febril de aprofundamento, formulação e reformulação de numerosas propostas, cada qual objetivando mais abrangência e coerência com relação aos aspectos estudados.

Concebida por longo tempo como sistema autônomo de formas e construções de natureza fonológica, morfológica, sintática, a linguagem acabou por tomar, em grande parte da tradição lingüística, o caráter de objeto isolado, analisável fora de qualquer consideração sócio-histórica. O próprio Saussure, por exemplo, concebendo a língua com um sistema de formas normativamente idênticas, atribuiu-lhe um caráter de fato social, cuja gênese psicologizante impediu-o de vislumbrar outros aspectos dessa caracterização. Por outro lado, concebendo o sistema lingüístico como um todo em si e um princípio de classificação, Saussure fundou uma tradição em que, ou não cabem os falantes, ou estes são caracterizados a partir do âmbito redutor de uma psique ideal. A essas concepções não raro vêm juntar-se aquelas que, procurando determinar as funções da linguagem, limitam-se a atribuir-lhe a natureza de meio de representação do pensamento, instrumento de veiculação de informações, etc.

Estas duas tendências tradicionais, que norteiam grande parte dos estudos lingüísticos atuais, merecem que se destaquem os princípios nos quais se fundam¹. No que refere à corrente que teve em Saussure o mais importante teórico, observa-se que é fundamental a consideração da língua como estável e imutável, sendo apresentada co-

mo indiscutível a consciência individual que já a encontra formada, não lhe cabendo senão aceitá-la; a caracterização das leis lingüísticas como restritas apenas às conexões entre signos no interior de um sistema fechado; a afirmação de serem mutuamente estranhos a língua e sua história, ao lado da tomada dos atos de fala como meros reflexos, variações ou mesmo distorções daquelas formas normativamente idênticas que caracterizariam a língua; e, por fim, a assunção da ausência total de relação entre as "conexões especificamente lingüísticas" e os valores ideológicos de qualquer natureza. Como podemos verificar, tais elementos compõem um quadro de definição da linguagem que lhe tira toda e qualquer ligação com o meio histórico-social de que ela é parte. Não é de admirar, portanto, que os métodos e técnicas de análise que deles surgiram, sejam redutores do fenômeno da linguagem, atribuindo-lhe uma autonomia dificilmente defensável, à luz das descobertas recentes, que têm como base uma preocupação com a inserção da linguagem no meio histórico-social e enquanto ação exercida entre indivíduos. A outra tendência a que fizemos breve menção, foi defendida principalmente por Humboldt e continuada, recentemente, por Chomsky, tendo suas bases nos seguintes princípios: a língua é atividade criativa, dependente de atos individuais de fala; a criatividade lingüística é governada por leis da psicologia individual; há um paralelo entre a criatividade lingüística e a arte; e, a língua é um produto acabado, estável como sistema, cabendo à lingüística, tendo em vista o ensino da língua como instrumento, convertê-la em construção abstrata. Aqui vemos a redução do fenômeno da linguagem a uma ação dependente tão somente de uma psique criativa, livre de quaisquer condicionamentos sociais. Quer dizer, embora façam referência aos falantes, caracterizam-nos de um ponto de vista puramente psicológico, chegando mesmo a fazer a língua depender da criatividade e do poder de uma psique ideal. Por outro lado, são fixadas as bases da teoria lingüística: a redução, a construção abstrata, da língua como sistema estável, produto acabado, visando a ensiná-la como instrumento já pronto para usar. Deparamo-nos aqui, novamente, com uma distorção da natureza e das funções da linguagem, tendo em vista, mais uma

vez, o que os modernos estudos lingüísticos de maior amplitude têm revelado a esse respeito.

Não obstante a cristalização de tais tendências, não têm sido poucas as tentativas de composição de um quadro metodológico que fuja às suas concepções. Isto pode ser constatado se verificarmos a profusão de estudos como os da semântica funcionalista de Halliday, da teoria dos atos de fala, da sócio-lingüística, etc. Tais tentativas têm sido uma valiosa contribuição para a caracterização da linguagem como elemento social, sujeito às diversas determinações sócio-his-tóricas que permeiam seu exercício. Dessa maneira, já há, hoje, meios de nos contrapormos àquelas tendências, muito embora estejamos sempre correndo o risco de ver esses meios serem considerados "para-lingüísticos". Na verdade, a sua consideração como algo fora da lin-güística vem exatamente da cristalização das concepções tradicionais, sendo o reflexo da defesa intransigente de uma alegada autonomia da Lingüística em relação aos demais campos do conhecimento. Foi a ên-fase nessa "autonomia" que retardou, por muito tempo, o aproveitamen-to profícuo, por parte da Lingüística, de numerosas contribuições re-levantes de áreas afins.

No momento, verifica-se que o campo do estudo da lingua-gem divide-se em duas grandes tendências: uma tradicionalista, que de-fende a caracterização a-social e a-histórica da linguagem, e que a trata como sistema autônomo; outra, até certo ponto revolucionária, que a concebe como um dinamismo em permanente evolução, determinada por vários condicionantes sociais e históricos, podendo ter sua natu-reza e funções dimensionadas apenas a partir da ação lingüística, de caráter interindividual. Esta última tendência já começa a se impor, na medida mesma em que tem conseguido demonstrar a validade e a coe-rência de suas posições, bem como as possibilidades de operacionaliza-ção de seus conceitos, que tem produzido alguns resultados significa-tivos, favorecendo, cada vez mais, um melhor dimensionamento dos fe-nômenos lingüísticos.

É no âmbito dos interesses desta última tendência que se inscreve o presente trabalho. Tem ele a preocupação fundamental

de verificar a relação que entretêm a linguagem e seus falantes. Tal preocupação supõe que se assuma ser a atuação verbal o contexto adequado para a verificação do modo como se insere a linguagem na experiência humana, o que pode nos levar à caracterização efetiva de sua natureza, assim como da relação que, através dela, se estabelece entre os sujeitos falantes de uma dada comunidade, de características específicas. Norteados pela preocupação que se expôs, pretendemos verificar qual o papel real exercido pelo sujeito falante, enquanto interlocutor.

Assim sendo, o presente trabalho pretende enrolar argumentos teóricos que validem a consideração do interlocutor como uma categoria lingüística, suscetível, portanto, de uma análise enquanto objeto da ciência da linguagem. Com efeito, relegado o interlocutor, por muito tempo, ao âmbito do extra-lingüístico, muito embora se enfocasse o dito "esquema da comunicação", cabe investigar a sua importância com relação àquilo que se fala, bem como àquele que fala. Objeto de estudo normalmente desprestigiado pela tradição acadêmica, o "interlocutor" parece ter recebido apenas tratamentos indiretos, não raro advindos da tradição literária, fato esse explicável se se tem como parâmetro uma concepção de linguagem que lhe atribui um caráter autônomo.

A partir disso, decorreu-nos nossa primeira constatação geral, qual seja, a de que um estudo, cujo objeto seja o interlocutor como possível categoria lingüística, deve necessariamente fundar-se em uma concepção de linguagem passível de englobar o interlocutor como elemento lingüístico signifiante. Por outro lado, partindo de uma teoria com essas características, e acreditando poder ela, à luz de outras contribuições da área, se apresentar como explicativa, é possível que, num estudo com tais objetivos, devamos, não só tomá-la como proposta inicial, mas tentar verificar de que modo se poderia incorporá-la ao próprio âmbito da ciência lingüística, enquanto corpo teórico dotado de conceitos operacionalizáveis.

Pretendendo, portanto, neste trabalho, investigar o tema do interlocutor, partiremos de uma concepção acerca da linguagem que

procura englobar o interlocutor como elemento fundamental, ou seja, a concepção dialógica da linguagem, buscando confrontar-lhe os principais tópicos de discussão com aquisições advindas de outras teorias lingüísticas, porventura a eles relacionados. Da mesma forma, dada a complexidade das decorrências da concepção dialógica da linguagem, remeter-nos-emos a aquisições advindas de áreas afins, na medida mesma da necessidade desse confronto.

Tal percurso, em essência teórico, terá por objetivo, como já foi referido, verificar, a par da validade da consideração do interlocutor como categoria lingüística, a capacidade explicativa de uma concepção que atribua à linguagem um caráter de objeto não-autônomo (isto é, uma concepção sócio-histórica de linguagem), bem como a possível operacionalização de seus conceitos-chave, com vistas à sua inserção efetiva no âmbito das teorias lingüísticas.

2. As grandes linhas direcionais deste estudo decorrem do trabalho de Voloshinov², (1976), publicado originalmente em fins da terceira década deste século. Teórico marxista, Voloshinov parte de uma crítica aos fundamentos do marxismo que, segundo ele, trataram muito superficialmente, ou praticamente desconhecaram, o estudo da linguagem. Sem reconhecer, portanto, fontes marxistas, Voloshinov não apresenta, por assim dizer, um modelo de análise lingüística (pe-lo menos nos termos em que é atualmente entendida essa expressão). Caracteriza-se, antes, seu trabalho por ser uma obra de filosofia da linguagem, onde se propõe uma nova visão da linguagem, visão esta que foge completamente aos paradigmas traçados por Saussure e, mais tarde, por Chomsky, podendo ser considerada em uma perspectiva que o coloca, de certo modo, como base a estudos posteriores, referentes aos atos de fala e à intersubjetividade estabelecida na língua pela relação falante/ouvinte. Tal visão será apresentada, em detalhe, no capítulo I.

No capítulo II, procuramos verificar, tendo em vista o trabalho de Voloshinov, diferentes formulações referentes às relações entre linguagem e realidade, e entre linguagem e ideologia (a partir

de diferentes pontos de vista que reputamos importantes para a caracterização da noção de interlocutor). Num primeiro momento, discutimos a teoria de Althusser sobre ideologia, teoria essa formulada no quadro epistemológico do marxismo. Acreditamos ser necessária uma explicação das bases de seu trabalho.

Os escritos de Althusser têm sido apontados como uma grande contribuição ao marxismo, seja no que se refere a uma reformulação dos conceitos de superestrutura e de Estado, seja no concernente a uma tentativa de esclarecimento e ampliação do conceito de ideologia, opondo-se a concepções idealistas que a tomam como "falsa consciência", discutindo a materialidade específica de sua natureza e funções, e sua inserção no corpo da filosofia marxista.

A problemática da ideologia foi tratada em várias obras do autor, tendo tido sua formulação mais elaborada nas notas que compõem a obra Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (1974), objeto da nossa discussão. Cremos ser necessário esclarecer o tratamento que dá o autor à ideologia em duas outras obras famosas: A Favor de Marx (1979a) e Ler "O Capital" (1979b). Em A Favor de Marx, a ideologia é apresentada principalmente como um sistema inconsciente de representações, que tem como fundamento as práticas da vida diária, o que lhe confere o status de nível da formação social, concebendo-se cada nível como tendo sua própria "eficácia" de determinação mútua, disso não fugindo o econômico, muito embora seja ele considerado determinante em última instância. O conteúdo e as funções que tem a ideologia são, dessa forma, dependentes da natureza específica das formações sociais dadas, apesar de haver uma simultaneidade da ideologia em relação à história de qualquer formação social. Tal simultaneidade é que daria à ideologia seu caráter de meio e textura da sociedade.

Em Ler "O Capital", o ponto básico de definição da ideologia é sua oposição à ciência, tendo em vista o tipo de organização particular que esta exige. Isto é, a ideologia é definida como o que não é científico. Para sustentar tal formulação, refere-se à circularidade e ao fechamento que caracterizam a ideologia e que lhe facul

tam a posse de um conhecimento "dado", oposto à "abertura" da ciência, que fornece a esta um conhecimento produzido. O autor mostra que a ideologia produz uma confusão entre o "objeto de conhecimento" e "o concreto real" (o que não ocorre com a ciência), explicando ainda que, ao contrário da Ideologia, a ciência obedece a critérios qualitativos internos, não explicáveis "em geral".

Finalmente, em Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado, discutindo o que chama Aparelhos de Estado (Repressivos e Ideológicos), Althusser procura definir a ideologia do ponto de vista de sua intervenção direta na reprodução das condições de produção (e, conseqüentemente, da exploração) numa sociedade de classes; tal ponto de vista põe em evidência a realidade da luta de classes. Aqui o Estado é situado como o principal mecanismo de unificação da instância ideológica.

Por outro lado, afirma Althusser que existe um aspecto estrutural que caracteriza toda ideologia, independente do modo específico de existência das ideologias particulares. O modo como o autor elucida o mecanismo geral e a natureza da ideologia, no citado ensaio, pode ser resumido da maneira como se segue: a ideologia, representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência, tem uma existência material, configurada no interior de aparelhos e de suas práticas, interpelando os indivíduos como sujeitos. Isto é, a ideologia não representa as relações dos indivíduos com suas condições reais; tem um caráter prático-social - que emerge por intermédio das ações materiais de um sujeito - e dá ao indivíduo a impressão de ser sujeito de suas ações, ao mesmo tempo que o faz agir nela e por ela.

O trabalho de Althusser sobre ideologia, não obstante se verdadeiramente criticado pelos mais diversos teóricos, (que o acusam principalmente de dar ensejo à conclusão de que o conhecimento independe da experiência e dos sujeitos, de tratar da ideologia superpondo critérios estruturalistas e funcionalistas, de não levar a efeito um estudo dos aspectos conjunturais ligados às ideologias e de criar, em lugar da síntese unificadora a que se propôs, uma justaposição entre

os conceitos de "autonomia relativa" e "determinação"), não está inva-
lidado, constituindo-se, antes, na única formulação coerente de uma
teoria da ideologia.

Em seguida, objetivando uma maior precisão do conceito
de ideologia e, como decorrência, verificar a possibilidade de aplica-
ção mais segura dos pontos de vista de Voloshinov (baseados, como vi-
mos, no pressuposto que diz ser a linguagem um fenômeno ideológico por
excelência), examinaremos alguns aspectos da obra de Escobar (1978),
notadamente aqueles que se constituem numa espécie de leitura expli-
cativa de Althusser, que tem como base estudos de autores como Pou-
lantzas, Balibar e outros. Com efeito, como veremos, a referida obra
configura-se como uma ratificação das interpretações que demos a vá-
rios pontos do trabalho de Althusser, favorecendo ainda o levantamen-
to e discussão de alguns pontos concernentes às relações linguagem-
ideologia, servindo a nosso ver, para corroborar e para verificar as
possibilidades de desenvolvimento teórico dos pontos de vista de Vo-
loshinov.

A parte II.3 trata da discussão de um artigo de Rossi-
Landi (1975). Segundo nos parece, tal artigo representa uma valiosa
contribuição à abordagem social da linguagem, na medida em que se ocu-
pa da verificação da gênese social das unidades lingüísticas, rejei-
tando as abordagens que lhes atribuem um caráter de fruto de "opera-
ções mentais", argumentando a favor de uma concepção de linguagem co-
mo trabalho, processo regido por leis e regras sociais. Tal concep-
ção contribui, a nosso ver, para o fortalecimento de pressupostos de
Voloshinov, notadamente aqueles referentes à natureza da linguagem,
e, por consequência, para a atribuição, ao interlocutor, do status de
categoria lingüística.

Por fim, discutimos dois trabalhos cuja preocupação bá-
sica é a verificação, de certo ponto de vista propriamente lingüísti-
co, das relações que entretêm linguagem e realidade. Interessa-nos
neles, sobretudo, o modo de caracterização do interlocutor, muito em-
bora não deixemos de lado outros pontos relevantes que contribuem, di-
reta ou indiretamente, para o esclarecimento da noção. Não pretende-

mos apresentar tais trabalhos como a única formulação relevante dos autores, nem como a forma mais acabada de suas formulações, mas como exemplos de determinadas tendências lingüísticas modernas.

No que se refere à obra de Benveniste (que dá continuidade ao legado saussureano), sabemos que o artigo discutido constitui apenas uma parcela significativa de sua obra, não esgotando a riqueza desta. Apesar desta ressalva, acreditamos que o referido artigo é significativo do modo como o autor concebe a linguagem, razão pela qual nos sentimos desobrigados de recorrer a outros trabalhos seus, não obstante tenhamos, para fins de esclarecimento, lançado mão de conceitos de outros trabalhos do citado autor. Cabe lembrar que o outro trabalho ali discutido (Vogt, 1979) retoma, sem modificações significativas, alguns outros pontos da obra benvenistiana, atendo-se àquilo que melhor contribui para seus objetivos.

Em seu trabalho, Vogt procura, a partir de uma perspectiva pragmática - cujo centro é a argumentação lingüística - fixar um conceito de representação lingüística, referente quer à natureza da linguagem, quer à natureza dos atos verbais, objetivando principalmente definir critérios de identificação de marcas lingüísticas indicadoras da presença da realidade nos processos lingüísticos.

Confrontaremos tais trabalhos àqueles que analisamos até agora, com vistas à fixação de conceitos que nos façam avançar na caracterização da natureza e do status do interlocutor na ação verbal, a fim de que nos seja possível sua operacionalização.

No capítulo III, tendo em vista a necessidade de fixação de uma concepção social de linguagem (fundamental para a proposição do interlocutor como categoria lingüística relevante), e sabendo que as bases para tal concepção não se encontram tão somente em estudos recentes, remontando mesmo à Antigüidade Clássica, procuramos discutir alguns aspectos ligados à Retórica, enquanto faculdade, exercida publicamente, de, através de um "discurso", levar um determinado auditério à persuasão. Justifica-se tal discussão, na medida em que, nos primeiros escritos sobre retórica, encontra-se uma concepção de linguagem que a toma no seu caráter de ação interindividual e não como

sistema estático e autônomo de signos, o que pode contribuir decisivamente para o nosso estudo.

Sem pretensões à exaustividade, retomamos alguns temas fundamentais da Retórica de Aristóteles, notadamente aqueles em que se caracterizam linguagem e homem, dando uma importância particular, evidentemente, ao modo como é concebido o "auditório".

Além disso, procuramos verificar a contribuição da Nova Retórica, de Perelman, a esses temas, levando em conta, principalmente, o fato de que seu autor pretende promover uma revisão dos conceitos aristotélicos, para a qual são fundamentais as noções de temporalidade e de totalidade, bem como a caracterização da influência do auditório na argumentação.

O capítulo IV trata da verificação da contribuição de alguns teóricos da chamada análise do discurso para a caracterização do interlocutor.

O campo da análise do discurso só recentemente começou a se desenvolver, constituindo uma tentativa de superação do quadro metodológico tradicional da lingüística, centrada principalmente na recusa à assunção da linguagem como sistema independente de seus fatores de realização e na proposição do discurso enquanto entidade de natureza e de limites diversos dos da frase. Dessa maneira, uma contribuição importante da análise do discurso é a tentativa de definição e operacionalização das "condições de produção" do discurso (que incluem o locutor, o interlocutor, as intenções particulares destes, sua inserção numa sociedade particular, etc.).

Tal tentativa pode constituir uma base para um estudo como o nosso que, centrado na figura do interlocutor, pressupõe uma concepção particular de linguagem, na medida em que procura dar conta da ação lingüística exercida interindividualmente numa circunstância dada.

Inicialmente, discute-se o trabalho de Osakabe (1977), visando principalmente à verificação da conceituação das noções de "intersubjetividade", "ato de fala" e "discurso". O trabalho citado procura, a partir da discussão de estudos de teóricos como Harris,

Pêcheux, Benveniste, fixar as bases para uma análise do discurso. Cremos ser interessante tal discussão, na medida em que o autor, pretendendo uma síntese de algumas perspectivas que convivem no campo da análise do discurso, dá margem a que se visualizem alguns elementos básicos desse campo.

Discutimos ainda alguns trabalhos de Pêcheux (1975 a e b), que se preocupa particularmente com a constituição de uma abordagem do discurso, advinda da contribuição do materialismo histórico, da lingüística "strictu sensu" e de uma teoria do discurso, bem como de uma teoria da subjetividade, de bases psicanalíticas. De nosso ponto de vista, é particularmente importante o trabalho de Pêcheux, na medida em que se concentra, de certo modo, na caracterização de locutor e interlocutor, para a qual é fundamental o conceito de ideologia e suas decorrências, podendo ele servir para complementar nossas propostas referentes à noção de interlocutor.

O tema geral do capítulo V é a discussão dos elementos que constituem o fenômeno do discurso referido como passível de permitir a verificação da presença e da interferência do interlocutor no discurso. Na verdade, tal discussão, que se fez necessária para dar consistência à análise de um "corpus", por nós intentada, com base na teoria de Voloshinov, procura investigar o alcance operacional dos postulados desta última, notadamente os concernentes à categoria de interlocutor. A importância atribuída por Voloshinov à revisão, por ele promovida, do tratamento tradicionalmente dado à questão dos discursos direto, indireto e indireto livre, para a caracterização das marcas que configuram o interlocutor no discurso, justifica o caminho que esta investigação seguiu.

Inicialmente, procuramos descrever em detalhes a revisão aludida, a fim de fixar as bases sobre as quais foi ela desenvolvida, bem como promover um confronto entre estas bases e aquelas que presidiram às análises tradicionais das formas de discurso. Com esses objetivos, procedemos à revisão de alguns trabalhos de Charles Bally e M. Lips, cuja abordagem parte de distinções tradicionais, ligadas ao objetivismo abstrato (como aquela entre "estados de língua" e "esta-

dos de fala") e se concentra apenas na análise das manifestações discursivas no fenômeno literário.

Após essa revisão, discutimos o tratamento dado a manifestações do mesmo tipo por M. Bakhtine em sua obra Esthétique et théorie du roman (1978). Partindo este teórico de uma concepção de linguagem bastante semelhante àquela defendida por Voloshinov, logrou, à diferença dos teóricos tradicionais aludidos, chegar a uma generalização que pode abranger os diversos tipos de atos verbais.

O confronto entre as duas concepções a que se fez menção, mostrou a incompatibilidade entre elas existente e confirmou o alcance teórico-prático mais amplo da concepção dialógica/ideológica da linguagem, fornecendo-nos meios para a fixação inicial de um conceito de "social", a partir do qual nos foi possível a tentativa de proposição das noções de "lugar social" e "efeito de lugar social", realizada nas duas primeiras partes do capítulo VI, que serviram de base à análise a que já nos referimos.

O capítulo VI, que é o último, está dividido em três segmentos, a saber: Atos de fala; Implícitos e Pressuposições; e Análise de um "Corpus". Na primeira parte, de cunho mais teórico, procuramos, à luz das discussões realizadas nos capítulos precedentes, retomar alguns elementos relevantes da teoria dos atos de fala, com vistas a fixar uma concepção de linguagem em que sobressai a inserção dos falantes e dos atos lingüísticos num todo histórico-social. Sem pretensões à exaustividade (talvez necessária), acreditamos que essa tentativa se justifique, em certa medida, uma vez que não há, nos trabalhos sobre os atos de fala, um tratamento dos participantes desses atos que os inclua efetivamente nas práticas sociais de que esses atos fazem parte.

A tentativa aludida se restringe, na verdade, a algumas indicações que podem servir de ponto de partida a uma investigação mais ampla, passível, talvez, de integrar os postulados da teoria dos atos de fala àquelas de uma concepção dialógica/ideológica de linguagem. De nossa parte, o que nos interessa é a fixação de algumas noções que julgamos úteis e que tentaremos operacionalizar na parte terceira do

capítulo.

Na segunda parte, a partir da discussão de alguns elementos da teoria semântica de Oswald Ducrot, notadamente aqueles referentes aos implícitos e pressuposições, procuramos verificar até que ponto poderia o ato de pressupor ser tratado em termos da "reprodução" dos interlocutores no discurso. Procuramos, ainda, verificar as possibilidades de utilização prática do conceito de pressuposição, tendo em vista sua redefinição em termos da noção de "efeito de lugar social", noção essa apresentada na parte VI.1.4.

Finalmente, na última parte do capítulo, procuramos, a partir da concepção dialógica-ideológica da linguagem, fixada ao longo do trabalho, e embora tomando como base, de certo modo, os postulados analíticos da semântica de Ducrot (particularmente no referente ao primeiro nível), uma análise, em dois níveis, de um "corpus", na tentativa de operacionalizar os elementos teóricos arrolados em favor de um tratamento do interlocutor como categoria lingüística, sempre tendo em vista o trabalho de Voloshinov.

Através da análise, tentamos mostrar de que modo a concepção de linguagem e de interlocutor que vimos defendendo pode dar conta, de modo mais completo, das articulações dos diferentes elementos que comparecem à produção de um texto, à realização de um ato verbal.

NOTAS

1. Para uma discussão das tendências aludidas, ver Voloshinov (1976, pp. 61-81).
2. Voloshinov fez parte de um grupo de estudos, de que participaram Miedviediev, Pumpianskiy, Bajtin e outros, sendo este último considerado o mestre. Advém daí, e de certos outros fatos que relataremos, uma controvérsia quanto à autoria das obras El Signo Ideológico y la Filosofía del Lenguaje e Le Freudisme. Afirmam certos autores, como por exemplo Michel Aucouturier (in Bakhtine, 1978: 9-19), que Bakhtine (Bajtin), estando sendo perseguido e proibido de publicar, preferiu o anonimato a não divulgar suas obras, o que o fez publicar as obras citadas acima, bem como o trabalho "La méthode formelle dans la science de la littérature", com o nome de seus discípulos. Para comprovar tal assertiva, Aucouturier levanta os seguintes pontos, afora a constatação da existência de uma problemática comum desta e de outras obras: "... le style, avec sa rigueur démonstrative, sa précision et sa vigueur imagée dans le maniement de termes abstraites, ..." (Bakhtine, 1978: 11). Já Ladislav Matieyka e I.R. Titunik, que traduziram o original russo de Marksizm i filosofii iazyka (que, em espanhol, recebeu o título El Signo Ideológico y la Filosofía del Lenguaje), atribuem a Voloshinov a autoria desta obra e de Le Freudisme, apontando para o fato de a gênese das idéias ali contidas estar no trabalho do grupo de que Voloshinov fez parte. Por outro lado, acham curioso que nas obras de A.A. Lieontiev, Psijolingvistika (1967) e Iazik, riech, riechievaia biedieiatellnost (1969), "... todas las citas que presentan el punto de vista de Bajtin (...) pertencen al libro de Voloshinov sobre la filosofía del lenguaje ..." (Voloshinov, 1976: 214). Além disso, os tradutores referem-se, no artigo que constitui o Apêndice II da versão inglesa, a outras obras, cuja autoria é, sem dúvida, de Voloshinov, afastando, de certo modo, a idéia de ter este apenas emprestado o nome a Bakhtine, muito embora sem resolver, de modo definitivo, a controvérsia.

CAPÍTULO I

A CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM

Em nossa resenha da obra de Voloshinov (1976), seguiremos seu esquema de pensamento, procurando daí extrair o que nos parecem ser os pontos fundamentais para nosso trabalho, bem como as linhas que têm como continuação, de certa forma, outros trabalhos linguísticos recentes. Na primeira parte de seu livro, intitulada "A filosofia da linguagem e sua significação para o marxismo", Voloshinov faz uma série de considerações sobre a problemática da ideologia, sua importância para o estudo da linguagem, bem como a crítica a algumas correntes de pensamento que, segundo ele, parecem ter deslocado a verdadeira situação da ideologia. Vejamos como se desenvolve o seu pensamento.

I.1. A Ideologia e a Problemática do Significado

Para Voloshinov, um produto ideológico se caracteriza não somente por constituir uma parte de uma realidade (natural ou social), como também por refletir e refratar outra realidade exterior a ele. A conclusão mais importante que faz daí decorrer é, portanto, que tudo o que se possa considerar ideológico possui significado: representa, figura ou simboliza algo que está fora dele, constituindo-se, em outras palavras, em um signo. O conjunto dos signos constituiria, por sua vez, um mundo especial, a conviver ao lado dos fenômenos naturais, do equipamento técnico e dos artigos de consumo.

Continuando nessa linha, diz Voloshinov ser o valor semiótico não somente a característica fundamental de todo produto ideológico, como também uma característica que coloca todos os fenômenos ideológicos sob a mesma definição. Duas correntes de pensamento são mencionadas por Voloshinov, que critica a sua exposição da problemática: a filosofia idealista da cultura (de estudos culturais psicológicos-

tas) e o positivismo psicológico. A primeira linha coloca a ideologia na consciência, ideando o corpo externo do signo como um mero revestimento, um meio técnico para a realização do efeito interior, que é a compreensão. A ela Voloshinov opõe que a compreensão só pode produzir-se em um material semiótico e que a direção tomada pelo signo deve necessariamente atingir outro signo. Com isso, conclui que a consciência mesma só pode surgir e chegar a constituir um fato possível na concretização material dos signos.

A segunda corrente de pensamento revista por Voloshinov, o positivista psicológico, postula que a consciência seria apenas um conglomerado de reações psicofisiológicas fortuitas que, por algum mecanismo desconhecido, resultaria na criatividade ideológica, unificada e criativa. A crítica de Voloshinov, com relação a isso, diz respeito, mais uma vez, ao que teoriza ser o verdadeiro lugar do ideológico: a matéria social específica dos signos criados pelo homem. Segundo ele, a cadeia de criatividade e compreensão ideológica é ininterrupta e a consciência só se erige como tal quando se plenifica de conteúdo ideológico (semiótico); portanto, somente no processo de interação social.

I.2. Os Signos: seu Surgimento e o Processo da Compreensão

Prosseguindo sua argumentação, diz Voloshinov que o aparecimento dos signos se restringe a um território interindividual, ou, como quer ainda, a um processo de interação entre consciências individuais. Disso resulta, segundo ele, que a realidade dos fenômenos ideológicos é a realidade objetiva dos signos sociais, cujas leis (ou seja, as leis da comunicação semiótica) estão diretamente determinadas pelo conjunto total das leis econômicas e sociais.

Daqui passa Voloshinov para o signo verbal. Para ele, a palavra é o fenômeno ideológico por excelência, ou seja, a realidade da palavra seria totalmente absorvida por sua função de signo. Além dessa primeira característica (a pureza semiótica) a palavra, segundo Voloshinov, possui também o que poderia ser chamado de neutralidade

ideológica, ou seja, enquanto qualquer outra classe de material semiótico se especializa em algum campo particular da criatividade ideológica, a palavra pode desempenhar funções ideológicas de qualquer tipo: científicas, estéticas, éticas, religiosas, ...

Uma terceira característica da palavra seria a sua participação na conduta comunicativa humana, que, para Voloshinov, se configura em uma área ideológica sim, mas que não se restringe a nenhuma esfera ideológica em particular.

Ainda outras duas atribuições são dadas à palavra por Voloshinov: sua habilidade em converter-se em palavra interna, já que é produzida pelos meios próprios do organismo individual, sem recorrer a nenhum outro elemento ou material extra-corpóreo, e sua presença obrigatória, como fenômeno concomitante, em todo ato consciente.

Além dessas características, Voloshinov apresenta a palavra, considerando as relações entre o signo e a realidade objetiva, como o índice mais sensível das trocas sociais. Assim sendo, sempre segundo esse autor, veríamos a essência do problema reduzir-se ao modo pelo qual a existência real determina o signo, bem como ao modo pelo qual o signo reflete e refrata a existência em seu processo gerativo. Decorre daqui, portanto, que o processo de compreensão de um signo se configura em um ato de referência entre o signo apreendido e outros signos já conhecidos, caracterizando uma cadeia de criatividade e compreensão ideológica ininterrupta.

Por outro lado, para que um elemento possa entrar no âmbito social do grupo e produzir uma reação semiótica ideológica, deve estar associado aos pré-requisitos sócio-econômicos vitais para a existência do grupo particular. Não há nenhum sentido para a eleição individual. O signo é uma criação entre indivíduos, uma criação dentro de um meio social. Para tanto, o elemento deve primeiramente adquirir uma significação interindividual e somente então pode converter-se em objeto para a formação de um signo.

Quanto à existência refletida no signo, seguindo a argumentação de Voloshinov, não somente é refletida, como também é refratada. Essa refração está também, portanto, sujeita a uma determina-

ção que, para o autor, se situa na intersecção de interesses sociais orientados em um sentido diferente dentro da mesma comunidade de signos. Em outras palavras, é determinada pela luta de classes, de onde se originaria a multiacentualidade do signo ideológico. Explicada de outra maneira, a multiacentualidade provém do fato de várias classes sociais usarem a mesma língua, intersectando-se em cada signo acentos de diversa orientação, convertendo-o no que Voloshinov chamou de arena da luta de classes.

Ainda nessa linha de pensamento, temos que o signo, quando apartado das pressões da luta social, se debilita, transformando-se em simples objeto de compreensão filológica. Por outro lado, a qualidade dialética interna do signo exteriorizar-se-ia em épocas de crise social, refletindo-as.

I.3. A Intersubjetividade

Preocupado com a construção de uma psicologia genuinamente objetiva pelos seguidores da teoria marxista, Voloshinov elege a psique subjetiva como o objeto para a compreensão ideológica e para a interpretação socio-ideológica, pela via da compreensão. Isso porque a realidade da psique interior coincide com a do signo, devendo localizar-se a psique subjetiva em alguma parte entre o organismo e o mundo exterior, no limite que separa essas duas esferas da realidade. Há, portanto, no signo, uma união do organismo e do mundo exterior, não podendo a psique interior ser analisável como um objeto, mas sim, e apenas, como um signo.

Nesta linha de pensamento, não é difícil considerar o significado como a expressão de uma relação semiótica entre uma parte particular da realidade e a outra classe de realidade, que é substituída, representada ou reproduzida pelo signo. Considerada a psique individual, configura-se a palavra, a linguagem interna, como sua matéria semiótica. O problema da linguagem interna, situado por Voloshinov no limiar entre a psicologia e as ciências ideológicas, rejeitaria as categorias elaboradas pelos lingüistas para a análise das formas da

língua externa.

Diz Voloshinov que uma análise mais estrita mostraria que as unidades que constituem a fala interna são certas entidades totais (algo semelhante a uma passagem de fala monologal ou a enunciados completos) muito próximas às linhas alternantes de um diálogo. As unidades de fala interna, impressões totais de enunciados, estariam, portanto, unidas umas às outras e alternariam reciprocamente, não segundo as leis da gramática ou da lógica, mas segundo as leis de correspondência valorativa (emotiva) do desenvolvimento dialógico.

I.4. Língua e Fala: Princípios Básicos de uma Filosofia Marxista da Linguagem

Nesta parte de seu trabalho, Voloshinov detém-se em discutir duas correntes básicas na lingüística e na filosofia da linguagem: o subjetivismo individualista e o objetivismo abstrato.

I.4.1. O Subjetivismo individualista

Esta corrente lingüística considera que a base da linguagem (englobadas aqui todas as manifestações lingüísticas) é o ato de fala criativo, ou seja, a psique individual. As leis da criatividade da linguagem seriam, nessa medida, as leis da psicologia individual, configurando-se a elucidação de um fenômeno lingüístico por sua relação com um ato de criatividade individual significativo. A língua como produto terminado (ergon), como sistema estável (léxico, gramática, fonética) caracteriza-se, nos termos de Voloshinov, por ser algo como o córtex inerte, a lava endurecida da criatividade da linguagem, que a lingüística converte em uma construção abstrata, em benefício do ensino prático da língua como instrumento já pronto para usar.

A escola de Vossler, baseada nos princípios acima mencionados, registra o gosto lingüístico (uma variedade do gosto artístico) como o principal impulso para a criatividade lingüística. Para Vossler, a manifestação fundamental da linguagem, sua realidade primei

ra, não deve ser a língua como um sistema elaborado, no sentido de um corpo de formas herdadas, imediatamente usáveis - fonéticas, gramaticais e outras - mas o ato de fala criativo individual. Desta maneira, somente a individualização estilística da linguagem, em uma emissão concreta, seria histórica e criativamente produzida.

No julgar de Voloshinov, o subjetivismo individualista tem razão ao afirmar que as falas individuais constituem a realidade concreta e atual da língua, e que têm efetivamente valor criativo para esta. Mas, se equivoca ao ignorar e não poder compreender a natureza social da fala, bem como ao tentar derivar esta última do mundo interno do falante, como expressão desse mundo.

Acertaria também o subjetivismo individualista em julgar a forma lingüística, e seu conteúdo ideológico, como inseparáveis. Seu equívoco, neste ponto, consiste em derivar esse conteúdo ideológico da psique individual.

Finalmente, Voloshinov aponta como o terceiro equívoco dessa teoria o fato de tomar a fala monologal como ponto de partida para suas investigações lingüísticas.

1.4.2. O Objetivismo abstrato

Esta segunda corrente lingüística, ao contrário da primeira, considera a língua como um sistema estável e imutável de formas lingüísticas normativamente idênticas, que a consciência individual encontra já elaborado e que se lhe apresenta como indiscutível. As leis da linguagem, são, portanto, as leis especificamente lingüísticas de conexão entre os signos lingüísticos, dentro de determinado sistema lingüístico fechado. As conexões especificamente lingüísticas não têm, nessa medida, nada em comum com os valores ideológicos (artísticos, cognitivos ou outros), configurando-se os atos individuais de fala, do ponto de vista da língua, como meras refrações e variações fortuitas ou simples e chãs distorções das formas normativamente idênticas. Não há conexão, nem motivos comuns entre o sistema da língua e sua história. São mutuamente estranhos.

A esta corrente lingüística de pensamento, Voloshinov rechaça a existência de momentos sincrônicos na língua, pois, segundo ele, seria esta uma corrente incessante de transformação. A consciência subjetiva do falante não operaria com a língua, em hipótese alguma, como um sistema de formas normativamente idênticas. A atenção do falante se concentra com relação ao enunciado concreto e particular que produz, importando-lhe aplicar uma forma normativamente idêntica a um texto concreto e particular. Para o falante, portanto, o centro de gravidade não se situa na identidade da forma, mas no novo e concreto significado que aquela adquire no contexto particular. O que interessa ao falante na forma lingüística, em última instância, não é seu caráter de signo estável e auto-equivalente, mas seu caráter de signo adaptável e sempre mutável.

A presença de um receptor, defendida por Voloshinov, não alimentaria a idéia da identidade normativa da forma lingüística, uma vez que a tarefa da compreensão não consiste fundamentalmente em reconhecer a forma usada, mas em compreendê-la em um contexto concreto particular. Em outras palavras, consiste em compreender sua novidade e não em reconhecer sua identidade. Distingue-se, portanto, fundamentalmente, o processo de compreensão do processo de reconhecimento, pois, enquanto o primeiro diz respeito à compreensão dos signos (com todas as implicações a que Voloshinov se refere), o segundo apenas se refere a sinais que nada refletem.

I.5. Os Problemas das Unidades Lingüísticas: os Enunciados

Segundo Voloshinov, a necessidade filológica levou a lingüística a tomar como ponto de partida a fala monologal isolada, de correndo daí que a estrutura de uma oração composta é o limite máximo a que chega a lingüística em suas investigações. Em sua concepção, Voloshinov vê a língua como uma duração, mas como a duração de um contínuo processo de transformação. Os indivíduos não recebem uma língua pré-fabricada em absoluto, mas ingressam na corrente da comunicação verbal, onde começa a operar a sua consciência.

Para explicar o processo da interação verbal, Voloshinov pressupõe sempre a existência de duas pessoas socialmente organizadas. Na ausência de um destinatário real, pressupõe-se um na pessoa de um representante normal do grupo social a que pertence o falante. Segundo o autor, a verdadeira realidade da linguagem não é o sistema abstrato de formas lingüísticas, nem a fala monológica isolada, nem o ato psico-fisiológico de sua realização, mas o fato social da interação verbal que se cumpre em um ou mais enunciados.

Para estudar o enunciado, verdadeira unidade do fluxo lingüístico, é necessário não isolá-lo do fluxo histórico de enunciados. A classificação das formas dos enunciados deve basear-se na classificação das formas da comunicação verbal que, por sua vez, estão totalmente determinadas pelas relações de produção e pela ordem sócio-política.

I.6. Teoria do Enunciado e Problemas de Sintaxe

Para Voloshinov, as bases e princípios estabelecidos da lingüística não proporcionem bases firmes para uma abordagem produtiva dos problemas de sintaxe. Isso se dá pelo fato de as categorias fundamentais do pensamento lingüístico moderno serem principalmente fonéticas e morfológicas, decorrendo daí, como consequência, a quase necessária morfologização dos problemas sintáticos. Com essa perda do sentido de totalidade verbal, ocorre freqüentemente que as categorias lingüísticas sejam aplicáveis apenas no interior do enunciado. Diante dessa constatação, propõe-se Voloshinov como tarefa a consideração do fenômeno do discurso referido, bem como sua postulação como problema a partir de uma orientação sociológica.

I.7. O Problema do Discurso Referido

Definindo-se como um discurso dentro do discurso, enunciado dentro do enunciado, o discurso referido é, ao mesmo tempo, um discurso acerca do discurso, enunciado acerca do enunciado.

Para explicar a problemática lingüística que cerca o discurso referido, Voloshinov se vale da diferença entre tema e significado. Complexo e dinâmico sistema de signos que procura adequar-se a um certo instante do processo gerativo, o tema é a reação da consciência (em seu processo gerativo) ao processo gerativo da existência. Definido dessa maneira, não se pode dizer que o discurso referido seja apenas um tema, uma vez que possui a sua própria autonomia semântica e de construção e deixa intacta a estrutura lingüística do contexto que a incorpora. Isto quer dizer que, embora o enunciado do autor ponha em jogo regras sintáticas, estilísticas e de composição, para assimilar parcialmente o discurso referido, preserva-lhe, ao mesmo tempo, a autonomia inicial.

Em termos da teoria de Voloshinov, as formas empregadas para o discurso referido mostram uma relação ativa de uma mensagem para outra. Não se expressa, portanto, no nível do tema, mas nas pautas de construção estabilizadas, próprias da língua. Através do discurso referido, a palavra se põe em contato com a palavra; no contexto da linguagem interna se recebe, compreende e avalia a fala do outro. No processo da recepção ativa da linguagem, dois mecanismos se encontram organicamente unidos: o da recepção do enunciado (que é enquadrado num contexto de interpretação fática) e o da preparação de uma resposta.

Segundo Voloshinov, o erro dos primeiros estudiosos do assunto consistiu em dissociar o discurso referido do discurso que refere, uma vez que o verdadeiro objeto das investigações deveria ser a interrelação dinâmica que se estabelece entre eles.

I.7.1. Discurso indireto, discurso direto e suas variações

Neste ponto de sua exposição, Voloshinov se detém em algumas considerações sobre algumas formas de discurso referido. Diz ele que um modelo só pode realizar-se na forma de sua variação específica. Dentro das formas se vão impondo mudanças pelo tempo e se criam novos hábitos de orientação para o discurso referido, hábitos que se cristalizam mais tarde como formações lingüísticas regulares em mode-

los sintáticos. As variações localizar-se-iam no limite entre a gramática e a estilística, sendo a demarcação precisa desse limite um procedimento metodologicamente improdutivo, senão impossível, uma vez que, enquanto algumas formas sofrem gramaticalização, outras sofrem desgramaticalização.

Tomando o russo como língua de referência, Voloshinov vê aí uma primazia absoluta do discurso direto. Quanto ao discurso indireto, reconhece nele duas direções possíveis: o enunciado recebido como uma determinada atitude particular de ideação do falante, em que o enunciado é recebido em nível puramente temático, mantendo-se uma clara separação entre os dois discursos, com a finalidade de preservar a coesão e a autonomia do significado; e o enunciado recebido e transmitido analiticamente como uma expressão que não só caracteriza o referente, mas também, e em maior medida, o próprio falante: sua maneira de falar, seu estado de ânimo, etc.

Daqui passa Voloshinov a algumas variações do discurso direto, iniciando pelo discurso direto pré-determinado, caracterizado pela imposição do autor, em que os temas básicos são antecipados pelo contexto e coloridos pelas entonações do autor. Uma segunda variedade seria o discurso direto particularizado, em que o contexto do autor se constrói de tal maneira que os traços por ele utilizados para definir uma personagem jogam pesadas sombras sobre o discurso direto.

O discurso direto antecipado e disseminado, oculto no contexto do autor, registra já a interferência de discursos, o que refere e o que é referido. Quanto ao discurso direto retórico situa-se no limite mesmo entre os dois discursos. Finalmente, o discurso direto substituído caracteriza uma identificação entre autor e personagem, pressupondo essa substituição um paralelismo de entonações e inexistência de interferência.

I.7.2. O problema do discurso quase-direto

Diferentes nomenclaturas foram propostas por vários autores para o fenômeno do discurso quase-direto em francês e alemão.

Voloshinov adota a nomenclatura de Gertraud Lerch, segundo ele, a mais neutra e a de maior compromisso teórico de todas as propostas.

A primeira menção ao discurso quase-direto foi feita por Tobler, em 1887, que o definiu como uma peculiar combinação de discurso direto e indireto. Voloshinov critica essa definição, considerando inaceitável o termo "combinação", uma vez que o discurso quase-direto não é uma simples combinação mecânica ou soma aritmética de duas formas, mas uma tendência positiva, totalmente nova, na recepção de enunciado de outra pessoa. Quanto à concepção de Tobler com relação ao surgimento do discurso quase-direto, segundo a qual um falante relata acontecimentos passados e cita o enunciado de outra pessoa (tal como foi emitido em seu momento), substituindo o tempo presente do enunciado original pelo imperfeito, Voloshinov rechaça como uma explicação tradicional, insuficiente para a abordagem do problema. Para ele, quaisquer que sejam as intenções do falante, quaisquer que sejam os erros que pode cometer, qualquer que seja o modo pelo qual analise, mescle ou combine formas, não criará um novo modelo na língua, nem uma nova tendência no intercâmbio sócio-verbal. Isso porque suas intenções subjetivas somente terão caráter criativo quando haja algo nelas que coincida com tendências que estejam em processo de formação, de geração.

Já para outro teórico, Kalepsky, o discurso quase-direto seria uma terceira forma, totalmente nova, de discurso referido, a que chamou de discurso velado ou autônomo. Seu traço estilístico estaria na dependência de se precisar qual o falante desse discurso. Voloshinov rejeita também essa maneira de explicar o discurso quase-direto, uma vez que essa forma não conteria um dilema da forma "ou/ou". Seu traço específico consiste no fato de que tanto o autor, quanto a personagem, falam ao mesmo tempo, numa só construção lingüística, na qual se mantêm os acentos de duas vozes com orientação distinta.

Um terceiro teórico revisto por Voloshinov, Bally, considera o discurso quase-direto como uma nova variante posterior da forma clássica do discurso indireto. Para Bally, as formas puras do discurso quase-direto são relegadas às figuras de pensamento, que ele rigi-

damente distingue, por serem recursos de expressão ilógica do ponto de vista da língua, das formas lingüísticas. Segundo ele, do ponto de vista estritamente gramatical, o discurso quase-direto é o discurso do autor, enquanto, com relação ao sentido, é o discurso da personagem. Mas não está representado por nenhum signo lingüístico especial, configurando-se, portanto, em um fenômeno extra-lingüístico. Comentando essa concepção, diz Voloshinov não se tratar do caso de que uma forma abstrata se dirige até outra, mas de que a orientação mútua dos enunciados muda sobre a base de uma mudança na percepção ativa pela consciência lingüística da "personalidade falante", de sua autonomia ideológica, ideacional, de sua individualidade verbal. A queda da conjunção "que" não juntaria, portanto, duas formas abstratas, mas dois enunciados em toda a sua plenitude ideacional.

Quanto aos seguidores da escola vossleriana, explicam, em sua maioria, o discurso quase-direto por fatores subjetivos, como é o caso de Eugen Lerch (1914), que o atribui à empatia na linguagem, e Lorck, que o explica como originário da fantasia. Em sua crítica final às concepções dessa escola, diz Voloshinov não ser a palavra uma expressão da personalidade interior; antes, a personalidade interior é uma palavra expressa ou impulsionada internamente. Nessa medida, combinam-se no discurso quase-direto não a identificação e o distanciamento dentro dos limites de uma psique individual, mas sim os acentos da personagem (identificação) com os do autor (distanciamento), dentro dos limites de uma mesma construção lingüística. Finalizando, segundo Voloshinov, na forma quase-direta, reconhecemos o enunciado de outra pessoa, não tanto em função de sua mensagem, considerada em abstrato, mas sobretudo, em função da acentuação e entonação da personagem citada em função da orientação valorativa de seu discurso.

CAPÍTULO II

ALGUMAS DECORRÊNCIAS DA CONCEPÇÃO DIALÓGICA DA LINGUAGEM

A simples leitura dos princípios expostos por Voloshinov dá-nos a dimensão de sua importância. Com efeito, sua tentativa de um estudo mais globalizante na linguagem verbal, com base no pressuposto teórico da troca dialógica que necessariamente se estabelece entre (pe lo menos) duas pessoas socialmente configuradas, a par da problemática estabelecida pela perspectiva de um signo lingüístico considerado como arena onde se cotejam vozes diversas, remete-nos a uma já vasta literatura lingüística, iniciada a partir dos anos 50. A importância desses estudos, que visam a determinar na linguagem o espaço da intersubjetividade, como marca da presença real de falantes e interlocutores, está estreitamente vinculada à investigação de novas unidades de significação, ligadas não mais a elementos sentenciais simples (ou seja, enunciados abstraídos de seu contexto de produção), mas à significação gerada no confronto de enunciados, produzidos por um falante, com vistas a um interlocutor. Em outras palavras, passa-se a considerar a situação de enunciação como base para as investigações da linguagem. Referimo-nos aqui a estudos na área da semântica, particularmente a chamada semântica argumentativa, imbricada com a filosofia da linguagem, e com os modernos estudos sobre a análise do discurso. Por outro lado, cumpre não cair na armadilha de atribuir a esses trabalhos um pioneirismo absoluto, como sugerem alguns autores, uma vez que os estudos lingüísticos que visam a determinar a importância da figura do interlocutor têm uma tradição que nos vem desde a Retórica clássica, como o ressalta Osakabe (1979).

Em nossa exposição, procuraremos discutir alguns pressupostos teóricos lançados por Voloshinov, à luz dos estudos mencionados, a fim de buscar algumas possíveis generalizações para o sistema lingüístico. Além de trabalhos estreitamente ligados à linguagem, faremos também uso de estudos relacionados ao conceito de ideologia, contexto social, etc.

II.1. *Linguagem e Ideologia*

Ao considerar que todo produto ideológico possui um significado, Voloshinov descobre na linguagem, como conjunto privilegiado de signos, uma característica de fenômeno ideológico por excelência. Sendo esse seu pressuposto teórico inicial, gostaríamos, nesta parte da exposição, de cotejá-lo com alguns estudos recentes sobre ideologia, como, por exemplo, o de Louis Althusser (1974) de orientação igualmente marxista, a fim de chegar a uma possível definição de ideologia e daí a suas prováveis ligações com o fenômeno lingüístico. Gostaríamos também de lembrar, a esta altura, que o estudo da ideologia vem se tornando freqüente em trabalhos lingüísticos recentes, particularmente os que se dedicam à análise do discurso, considerada esta entidade como conjunto de enunciados que relevam (e na medida em que o fazem) da mesma formação discursiva. Afirma Malmidier (1972) que a consideração dos conceitos fundamentais do marxismo, bem como a determinação de uma teoria das Ideologias, representam o ponto de partida para uma pesquisa que investigue o discurso como uma "prática complexa e indiferenciada, que obedece a regras e a transformações analisáveis".

Com relação a nosso objeto de estudo, situado na confluência de pesquisas desse gênero, a importância de um enfoque sobre ideologia releva da própria necessidade de uma conceituação do fenômeno lingüístico (inicialmente considerado, como quer Voloshinov, como fato social da interação verbal, cumprida em um ou mais enunciados), do ponto de vista pelo qual desejamos abordá-lo.

II.1.1. *O trabalho de Althusser*

A assunção de alguns pressupostos marxistas básicos, como a constituição de uma formação social ou formação econômica e social concreta¹, é necessária para o entendimento da obra de Althusser. Com efeito, na base de seu trabalho encontra-se a idéia de que uma tal formação é constituída pela imbricação de diversos modos de produção, ou pela coexistência de formas de sua interconexão, e pela dominância

de algumas dentre elas; em suma, a idéia de que o modo de produção deve ser considerado em termos de "essência" da formação econômica e social, em termos do abstrato real ou tipo geral, invariante da base econômica (combinação específica das forças produtivas e das relações de produção), ou, falando mais sinteticamente, em termos de base econômica e de superestrutura. Partindo dessa premissa, Althusser alicerça seu trabalho no que chama de condição última da produção: a reprodução das condições de produção. Em outras palavras, para existir, toda formação social deveria, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, reproduzir (1) as forças produtivas; (2) as relações de produção existentes.

A reprodução da força de trabalho é assegurada na medida em que é dado a esta última o meio material de reproduzir o salário. Para ser efetuada, essa reprodução exige, simultaneamente, uma qualificação da força de trabalho, e a própria reprodução da submissão desta às regras da ordem estabelecida. No dizer de Althusser, dos operários se exigiria uma reprodução de sua submissão à ideologia dominante, enquanto dos agentes da exploração se exigiria uma reprodução da submissão para um bom manejo da ideologia dominante.

Abordando a problemática do par infra-estrutura/superestrutura, Althusser lembra, com Marx, que a superestrutura comporta em si mesma dois "níveis" ou "instâncias": o jurídico-político (o direito e o Estado) e o da ideologia, responsáveis, em última análise, pela reprodução das relações de produção. Em outras palavras, essa reprodução seria garantida pelo exercício do poder de Estado (no Aparelho Repressivo de Estado), por um lado, e pelos Aparelhos Ideológicos de Estado, por outro lado.²

Forjada por Cabanis, Destutt de Tracy e outros, que lhe atribuíram por objeto e teoria (genética) das idéias, a palavra ideologia aparece nas obras de juventude de Marx como sistema das idéias, das representações, que domina o espírito de um homem ou de um grupo social. Na Ideologia Alemã, Marx enuncia o princípio de que a ideologia não tem história, ou seja, é puro sonho, provindo de alienação da divisão do trabalho.

Na teoria de Althusser, e este é um ponto que gostaríamos de discutir com vistas a nosso objeto de investigação, assumem importância duas considerações: (1) as ideologias têm uma história própria, determinada, em última instância, pela luta de classes; (2) a ideologia em geral não tem história. Esta última assertiva não deve, como lembra Althusser, ser tomada num sentido negativo, mas positivo, no sentido em que é próprio da ideologia o ser dotada de uma estrutura e de um funcionamento tais, que fazem dela uma realidade não-histórica.

A propósito das ideologias, Althusser identifica-as como religiosas, morais, jurídicas, políticas, etc., dotadas de índices de eficácia respectivos, sendo determinado o que se passa nos "andares" da superestrutura³ pelo que se passa na base econômica.

Detendo-nos um pouco neste ponto, podemos observar que Althusser faz uso de uma distinção teórica entre as ideologias, enquanto suscetíveis de possuir uma história particular, e a ideologia em geral, cuja característica principal estaria no fato de ser ela uma realidade a-histórica. Parece explicar-se essa assunção pela diferença de atuação atribuível a cada ideologia ou a cada Aparelho Ideológico de Estado. Em outras palavras, enquanto algumas ideologias assumem papel preponderante em certos contextos históricos, outras têm seu poder de reprodução enfraquecido, desgastado, etc. O que unifica esses aparelhos ideológicos de Estado é precisamente, como lembra Althusser, o seu funcionamento, ou seja, apesar de suas contradições e de sua diversidade, apresentam a característica comum de estar a serviço da reprodução da ideologia dominante. Neste sentido, talvez se possa falar em uma ideologia a-histórica, na medida em que, constructo teórico abstraído da luta de classes que caracteriza a história das ideologias particulares, define-se por sua função única: a reprodução da ideologia da classe dominante. Voltaremos em breve às consequências deste fato sobre o estudo do sistema lingüístico.

Prosseguindo na caracterização de ideologia, Althusser nega as interpretações que postulam as ideologias como concepções de mundo não correspondentes à realidade. Para o autor, na ideologia os homens se representam, sob uma forma imaginária, as suas condições de e-

xistência, isto é, não seriam as condições reais de existência, o mundo real dos homens, o objeto da representação ideológica, mas sim a relação imaginária dos homens com as condições de existência. Em última análise, é a natureza imaginária desta relação que fundamenta o caráter de ilusão, de deformação, que se pode observar em toda ideologia (a menos que se viva na inteira verdade desta).

Se o que é representado na ideologia é a relação imaginária que os indivíduos estabelecem com as relações reais em que vivem, coloca-se imediatamente a questão da natureza desse imaginário, a que Althusser responde pelo uso do conceito da existência material da ideologia. Por essa concepção, as idéias ou representações não teriam existência ideal, espiritual, mas material, ou seja, as idéias de um indivíduo só existem, ou devem existir, nos seus atos. Por sua vez, esses atos se inserem em práticas sociais, reguladas por rituais em que se inscrevem, no seio da existência material de um aparelho ideológico. Em resumo, a teoria de Althusser se vincula a duas teses principais: 1) Só existe prática através e sob uma ideologia; 2) Só existe ideologia através do sujeito e para sujeitos. Esta última concepção refere-se ao que Althusser chama de "interpelação dos indivíduos como sujeitos" pela ideologia, constituindo o que seria a função do reconhecimento ideológico: o reconhecimento de evidências, cuja categoria constitutiva seria o sujeito. A consciência de ser sujeito confere a esse indivíduo apenas a consciência da prática incessante do reconhecimento ideológico, mas de maneira nenhuma lhe delegaria o conhecimento (científico) do mecanismo desse reconhecimento.

II.1.1.1. A teoria de Voloshinov e o conceito de ideologia postulado por Althusser

Detendo-nos sobre o que poderíamos chamar teoria básica de Althusser, parece-nos que podemos retomar com proveito o pensamento de Voloshinov, bem como suas implicações para o estudo da linguagem. Com efeito, concebido como a forma pela qual os homens vivem suas rela-

ções com suas próprias condições de existência, o conceito de ideologia desvincta-se de antigas interpretações (como, por exemplo, a mecanicista, inaugurada pelos primeiros padres da Igreja e retomada posteriormente por Feuerbach) que lhe atribuíam um "status" de consciência falsa ou de pura alteridade. A visão da ideologia como índice de um problema real implica necessariamente a concepção de que os homens, em uma formação social, têm um lugar que lhes assegura seu papel no processo produtivo e, assim como participam das práticas políticas, participam igualmente das práticas religiosas, filosóficas, em suma, ideológicas.

Dentro dessa perspectiva, não fica difícil situar as premissas utilizadas por Voloshinov. Deslocada da consciência, onde a concebia a filosofia idealista de cultura, e igualmente negada enquanto conglomerado de reações psico-fisiológicas fortuitas, como a definiu o positivismo psicológico, a ideologia caracteriza-se por possuir um significado. Na linguagem de Voloshinov, *"um produto ideológico não somente constitui uma parte de uma realidade (natural ou social) como qualquer corpo físico, qualquer instrumento de produção ou produto para consumo, como também, em contraste com outros fenômenos, reflete e retrata outra realidade, exterior a ele."* (1976: 19)

Vemos essa posição inteiramente reforçada na obra de Althusser, na medida em que, definida a nível de representações, a ideologia apresenta necessariamente uma dupla função: (1) é sempre o índice de um problema real (não o reflexo de mudanças, mas o efeito de processos complexos de transformações); (2) oculta sempre esses problemas, substitui-os e os reconstitui no imaginário de soluções que, na maioria das vezes, revelam um caráter errôneo, enquanto soluções aplicáveis a problemas reais.

Manifestando, portanto, um duplo papel de máscara e de desvendamento, as ideologias manifestam sua eficácia histórica principalmente pelo caráter de materialidade que apresentam, ou seja, por sua forma: comportamentos e linguagem. Logo, se assumimos, baseados nessa perspectiva, que os homens, enquanto seres socialmente configurados e inseridos em práticas ideológicas que se inscrevem no sistema só

cio-econômico-político em que vivem, estão necessariamente sujeitos a uma ou outra das ideologias assim definidas, podemos afirmar com Voloshinov, que o domínio da ideologia coincide com o domínio dos signos. Com efeito, parece-nos arriscado pensar, com as evidências apresentadas, que a forma material de que se reveste a ideologia não se caracterizasse por apresentar um significado, uma vez que remeteria sempre a um sistema ideológico-padrão: o político, o religioso, o moral, etc. Decorrência imediata, vemos que a compreensão de um signo ideológico, na linguagem de Voloshinov, caracteriza-se por ser um ato de referência entre o signo apreendido e outros signos já conhecidos, fato imediatamente explicável a partir da existência de uma cadeia ideológica ininterrupta que caracterizaria as relações individuais-sociais.

Voltando a Althusser, vêmo-lo propondo, como definição provisória para as ideologias formações complexas de montagens de noções, de representações, imagens de uma parte e montagens de comportamentos-atitudes-gestos de outra parte, o conjunto funcionando como normas práticas que governam a atitude e a tomada de posição concreta dos homens, com relação aos objetos reais de sua existência social e individual e de sua história. Ora, se assumimos serem os comportamentos e atitudes humanos veiculadores de significado (estritamente ligado à sua função ideológica em uma sociedade), devemos incorporar, com Voloshinov, a noção de que a linguagem verbal, enquanto sistema de signos privilegiado, constitui um fenômeno ideológico por excelência. Por outro lado, se aceitamos que não somente a emissão, como também a compreensão de signos ideológicos, se concretizam com base em um (ou mais) sistema ideológico, então devemos aceitar que os signos somente podem aparecer em território interindividual, ou seja, não haveria, nesse sentido, uma criação puramente individual, totalmente desvinculada do social, dos signos.

Não fica difícil, a partir daí, caracterizar o valor da palavra, como o faz Voloshinov. Reassumindo, em parte, a posição saussureana, Voloshinov concebe a realidade da palavra como totalmente absorvida por sua função de signo. Decorrente dessa concepção,

surge a constatação mais importante para nosso objeto de investigação, na medida em que o consideramos ligado a um estudo sobre ideologia: a palavra, ao contrário de qualquer outro tipo de material semiótico, não se especializa em nenhum campo particular da criatividade ideológica. Quer isto dizer que, enquanto cada campo particular da criatividade ideológica possui seu próprio material ideológico e formula signos e símbolos que lhe são específicos e inaplicáveis a outros campos (ou, como o diria Althusser, estaria vinculado a um determinado aparelho ideológico de Estado, com uma função e uma história específicas), a palavra seria neutra com relação a qualquer função ideológica específica. Ou seja, a palavra, segundo Voloshinov, pode desempenhar funções ideológicas de qualquer tipo: científicas, estéticas, religiosas. Como conclusão disso, temos que a área da comunicação na vida humana se configura como uma área da comunicação ideológica que não se restringe a nenhuma esfera ideológica em particular, vinculando-se, como propõe Voloshinov, a um processo de produção e a esferas das diversas ideologias especializadas e totalmente desenvolvidas.

Qual seria a decorrência mais conseqüente dessa concepção para um estudo lingüístico que pretende afixar razões para justificar a importância do interlocutor na fala (discurso), mesmo monológica? E quais as ligações com o pensamento de Althusser?

Bem, assumamos como um progresso com relação ao pensamento de Marx, em suas obras da juventude, a concepção de Althusser segundo a qual se atribuiria às ideologias particulares uma história particular e à ideologia, enquanto constructo teórico, uma característica de fenómeno a-histórico, ou seja, não suscetível de receber uma história determinada (tomando este fato em seu sentido positivo). Por outro lado, atentemos para o fato de que cada campo da ideologia (cada ideologia particular) tem seus produtos próprios, seus símbolos particulares, ligados à sua história e função particulares. Se a linguagem representa comprovadamente um sistema de signos que se presta a desempenhar funções ideológicas de qualquer tipo, talvez aqui, traçando um paralelo entre a teoria de Althusser e o pensamento de Voloshinov, possamos pensar na linguagem como Ideologia. Obviamente não pensamos,

também nós, num sentido negativo para essa afirmação, ou seja, não pensamos na possibilidade de uma concepção a-histórica da linguagem. Gostaríamos apenas, baseados na distinção proposta por Althusser e em uma das afirmações primordiais da obra de Voloshinov, de retirar delas um procedimento generalizável para nossa investigação lingüística. Parece-nos então, se estamos corretos, que a linguagem concebida como Ideologia, nos termos de Althusser, ligada a um processo de produção, como quer Voloshinov, teria uma função social primeira, que remeteria à reprodução da ideologia da classe dominante, e, em última instância, à reprodução das relações de produção existentes. Neste e apenas neste sentido, entender-se-ia a linguagem como sistema de signos que se caracteriza por apresentar uma neutralidade ideológica e, nessa medida, como realidade que não apresenta uma história única, determinável e redutível a qualquer esfera de uma ideologia em particular.

Por outro lado, representando para Althusser uma marca material de não idealidade da ideologia, a linguagem se vincularia, para Voloshinov, a esferas das diversas ideologias especializadas e totalmente desenvolvidas. Isso quer dizer, ao que nos parece, que, embora possamos identificar, em uma instância, linguagem e Ideologia, não podemos, em outro nível, desvincular o estudo lingüístico das esferas ideológicas particulares de que se faz preencher a linguagem em circunstâncias diversas. Ou seja, com vistas ao presente trabalho, parecem relevar-se esses dois pressupostos básicos: (1) a linguagem, concebida como Ideologia, numa primeira etapa, tem uma função primordial que é a reprodução da ideologia da classe dominante; (2) a linguagem, servindo a várias ideologias particulares, deve, a fim de se determinar a sua função social específica, ser estudada à luz da função específica da(s) esfera(s) ideológica(s) com que, no momento, se identifica.

A explicação desses pressupostos torna-se importante na medida em que faremos daí decorrer algumas outras consequências no que toca às relações entre linguagem e ideologia. Visando a arrolar razões que justifiquem um estudo lingüístico a propósito da figura do

interlocutor, e desejando, no que se refere ao tema "ideologia", buscar uma justificação teórica para seu objeto de investigação, este trabalho toma por base a afirmação de Voloshinov, segundo a qual o aparecimento dos signos se dá em terreno interindividual e a compreensão de um signo se configura como um ato de referência entre o signo apreendido e outros já conhecidos (ou seja, usados, em outras ocasiões, com função ideológica específica). Temos então, a partir disso, uma razão teórica suficiente para a consideração das figuras de locutor e interlocutor como agentes da comunicação verbal. Mas, sendo eles seres socialmente configurados, vinculados a ideologias particulares do meio histórico em que vivem, seus comportamentos, gestos, em suma, sua linguagem, se vincula a "formações complexas de noções de representações", que caracterizam a(s) ideologia(s) que professam. Vimos estarem essas representações estreitamente ligadas a práticas sociais, ou seja, serem índices materiais da ideologia. Por outro lado, vimos ser uma das características principais da ideologia o interpelar os indivíduos como sujeitos. Mas, se sua função se reveste de uma dupla face, a de desvendar e a de mascarar, simultaneamente, os problemas reais, não fica difícil inferir dessa interpelação um caráter igualmente ambíguo, que teria a única função de levar os indivíduos a crer na eficácia de sua ação enquanto sujeitos dentro de uma realidade social. Dada a sua característica de materialidade, os atos individuais estando inscritos em práticas sociais, as ideologias particulares levam facilmente a cabo essa ambígua interpelação.

Com vistas a esses dados, qual seria a situação da linguagem, enquanto fenômeno ideológico por excelência? Se partirmos da situação base do autor-interlocutor (a comunicação se daria entre pelo menos duas pessoas com características sociais específicas), em que, pela linguagem, se configurariam as representações feitas por cada um deles, então temos pelo menos duas representações ideológicas em jogo. Se os indivíduos são interpelados como sujeitos pela ideologia, sem que isso lhes dê o conhecimento (científico) do mecanismo desse processo, então a ideologia dá a esse indivíduo a falsa crença de ser ele o agente de suas representações, o que o leva a orientar

sua linguagem com vistas a uma ação sobre seu interlocutor, a dar-lhe uma direção através de sua fala. Como diz Voloshinov, sempre que há uma orientação, há a conseqüente determinação. Orientada para um interlocutor específico, a linguagem do locutor seria determinada pela constituição social daquele. Por outro lado, o inverso também é válido, ou seja, o mesmo processo ocorreria na direção interlocutor-locutor, configurando a troca dialógica ininterrupta, um dos fundamentos da obra de Voloshinov. Ora, se isso é verdade, e se a linguagem, fenômeno ideológico (isto é, Ideologia) se presta, ao mesmo tempo, à função de índice material das ideologias, então é plausível a hipótese da existência de marcas ideológicas dentro da própria linguagem. Tais marcas indicariam a presença concreta das representações de locutor e interlocutor e, o que parece bastante importante, as orientações que a figura do locutor assume com vistas a exercer uma ação sobre seu interlocutor (tal como aquele, interpelado como sujeito pela ideologia).

II.2. Ideologia e História

O trabalho de Escobar (1978), de que trataremos a seguir, concentra-se na discussão da problemática de uma Ciência da História, na qual tem destaque a questão da ideologia. Tendo em vista nossos objetivos, ater-nos-emos principalmente ao capítulo "O conceito de ideologia", no qual é discutida a teoria de Althusser. Procuraremos daí retirar alguns pontos básicos para nosso estudo, como o é, por exemplo, a afirmação de que, na ideologia, a função prático-social se sobrepõe à função teórica ou função de conhecimento, configurando-se a ideologia, portanto, como portadora de uma função bi-aspectual, relativa ao conhecimento, por um lado, e à sociedade, por outro.

Nessa linha, o autor acentua o caráter objetivo da ideologia; com efeito, são relações e práticas sociais específicas que a constituem, caracterizando-se ela, portanto, como efeito da estrutura nas formas das práticas sociais específicas. Daí decorre a idéia de

que as sociedades investem ideologia - isto é, produzem-na ao se reproduzirem como estrutura e história; seu efeito de interpelação dos indivíduos como sujeitos, já referido, torna a história a "história dos homens", através da representação de motivos e preocupações ideológicas que tornam suportáveis as obrigações humanas em modos de produção específicos. No que se refere ao problema das relações entre o ideológico e o "concreto", ou "real", diz Escobar que não há distância entre os dois níveis uma vez que *"o que é apresenta-se sempre como existindo ideologicamente"*. A admissão da distância entre um e outro ou a suposição de uma estrutura real e existente atrás da aparência ideológica implicariam a afirmação de um discurso original não ideológico, inexistente enquanto tal. Por outro lado, embora da mesma maneira, nada separaria o real e o ideológico, pois todo real é, a nível das práticas, uma representação ideológica concernente aos papéis e às classes numa sociedade; não existiria, portanto, uma verdade atrás da ideologia, já que ela se constitui como uma espécie de apropriação do real.

Apoiando-se na definição dada por Althusser ao fenômeno da ideologia (*"na ideologia os homens exprimem, com efeito, não suas relações por respeito às suas condições de existência, mas a maneira pela qual eles vivem sua relação com respeito às condições de experiência"*), Escobar mostra o caráter desdobrado de que se reveste a ideologia, ao recobrir, ao mesmo tempo, "as relações reais" e as "relações imaginárias" nas relações ideológicas concretas. Quanto ao problema da ideologia da classe dominante (cuja reprodução, nos termos de Althusser, estaria, em grande parte, a própria reprodução dos meios de produção), configura-se como conjunto de explicações, valores e instituições com que essa classe representa sua posição no sistema de classes. Dessa maneira, o papel dominante da ideologia não consiste simplesmente em esconder o nível econômico sempre determinante, mas em esconder o nível que tem o papel dominante e, sobretudo, o próprio fato de sua dominância. Por outro lado, tendo-se presente o fato de que a ideologia se divide em regiões (moral, jurídica, política, religiosa, econômica, filosófica, etc.), a função direta de clas

se na dominação ideológica se mascara no jogo que a instância ideológica, como tal, efetiva nos deslocamentos de suas regiões.

Assumida, portanto, como uma representação deformada das verdadeiras relações de produção, a ideologia deve ser considerada também nas relações que estabelece com a prática científica. Sob esse ponto de vista diz o autor que, assim como os indivíduos ("sujeitos") e as classes só são concebíveis sobre o fundo complexo já dado e com a dominância de uma formação social, esses "sujeitos" são, desde logo, seres ideológicos. Ora, sabemos que estas representações ideológicas não se deixam perceber enquanto ideologia, ou seja, da mesma maneira como a estrutura das relações de produção não é imediatamente visível para os seus agentes, a estrutura e os mecanismos da ideologia não o são para os homens que lhes estão submetidos. Enfocando, a partir disso, a problemática da prática científica, diz Escobar que a representação da realidade, dada pela ideologia, faz, de certo modo, alusão ao real, trazendo aos homens um certo conhecimento de seu mundo, isto é, um conhecimento que lhes permite um reconhecimento da realidade. Ora, pelas condições citadas, que cercam o fenômeno da ideologia, pode-se depreender, com o autor, que o real "aludido" não passa de uma ilusão, bem como o fato de que o reconhecimento (da realidade) não passa de um desconhecimento (ideológico). Dessa forma, alusão/ilusão e reconhecimento/desconhecimento são, da parte da ideologia, sua relação com o "real" (sua "forma de conhecimento").

Com relação ao problema da existência de diversas ideologias (pertencentes às classes dominantes), existência essa reconhecida pelo próprio Marx, Escobar ressalta que a subordinação das ideologias dominadas é mais do que uma "obediência", uma vez que elas mesmas, como tais, estão essencialmente estruturadas nas idéias constitutivas da ideologia da classe dominante.

Abordando finalmente as bases para uma teoria geral da Ideologia, proposta por Althusser, o autor discute brevemente duas questões relacionadas ao fato da Ideologia não ser passível de um tratamento histórico, bem como a uma das características fundamentais da ideologia: a interpelação (o recrutamento) dos indivíduos como sujei-

tos. Com relação à primeira questão, lembra, com Althusser, que uma das justificativas para a proposição de que a Ideologia não tem história está no fato de que essa proposição se relacionaria diretamente com aquela de Freud, segundo a qual o inconsciente é eterno (isto é, não tem história) e, como tal, deve ser tratada. Quanto à segunda questão, faz daí decorrer duas proposições necessárias: (1) tudo que pode acontecer fora da ideologia passa-se, em realidade, na ideologia; (2) é necessário estar fora da ideologia, isto é, no conhecimento científico, para se poder dizer tanto "eu estou na ideologia" quanto "eu estava na ideologia".

O autor finaliza por afirmar que, embora as relações de produção, definidoras da instância do econômico, sejam consideradas pela ciência da história como o determinante em última instância, não se trata de esperar que a base econômica seja a causa, cujo reflexo seriam as instâncias do político e do ideológico. Isso porque essa base é determinante em última instância, mas apenas na medida em que a estrutura social for a unidade dialética de múltiplas causas.

O presente trabalho de Escobar tem o mérito de apresentar uma leitura bem cuidada da obra de Althusser, considerada atualmente como base para qualquer estudo que se volte para uma teoria da ideologia. Com vistas a nosso trabalho, gostaríamos de ressaltar-lhe alguns pontos, objetivando aqui a uma ratificação da primeira interpretação dada por nós à leitura de Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Muito embora o trabalho em questão não se ocupe de uma investigação acerca da linguagem, cuidando antes de métodos ligados à ciência da história, parece-nos ser ele de grande utilidade para um melhor entendimento do conceito de ideologia. Com esse objetivo, examinemos o texto em função da definição de ideologia dada por Althusser: na ideologia os homens se representam, sob uma forma imaginária, as suas condições de existência. Parece-nos fundamental rever o texto sob esse ponto de vista, com finalidade de depreender o efeito principal atribuído à ideologia (mascaramento/desmascaramento). Fazendo-se a retomada da definição aludida, esclarece-se o caráter desdobrado de que se reveste a ideologia: por um lado, "relações

reais" (as condições materiais de existência), por outro "relações imaginárias" (presentes na forma imaginária com que os homens se representam as suas condições de existência), relações essas a que se refere o autor, já no início da exposição, ao distinguir na ideologia uma função bi-aspectual-relativa ao conhecimento e relativa à sociedade.

Como vimos, essa função bipartida, de que decorre uma importante consequência (o fato de que, na ideologia, a função prático-social se sobrepõe à função teórica) está diretamente ligada ao duplo caráter atribuído à ideologia. Vejamos como isso se estrutura. As relações reais envolvidas na definição de ideologia remetem-nos aos seguintes pontos: relação entre o ideológico e o real; relação entre o ideológico e o conhecimento e, por desdobramento, a relação que se estabelece entre ideologia e prática científica; a relação entre a ideologia e os indivíduos ("sujeitos" numa segunda fase) e, por último, uma possível relação entre ideologia e linguagem. Por outro lado, as relações imaginárias que permeiam a definição de ideologia levam-nos à constatação da existência do seguinte: relação do ideológico com o real, na medida exata de sua identificação (e, portanto, da inexistência de um discurso original, não ideológico); relação do ideológico com a sociedade (opondo-se aqui o termo sociedade ao termo conhecimento); relação do ideológico com o "desconhecimento" (opondo-se a conhecimento científico); relação do ideológico com o "sujeito" (por oposição a "indivíduo") e, por último, como tentaremos indicar, uma relação entre o ideológico e a linguagem, neste segundo nível.

Esta divisão metodológica do caráter da ideologia com as relações que entretém, tem o mérito de nos reenviar à função ideológica primordial, principalmente no que respeita à parte lingüística. Com efeito, examinando os dois grupos de relações, baseadas no confronto com o real e no confronto com o imaginário, percebemos claramente que ao primeiro grupo delas vem se sobrepor o segundo, estabelecendo com aquele uma relação de dominância. Vejamos, metodologicamente, como isso se passa. Considerando, dentro das relações "reais" da ideologia, o seu contato com o concreto, vemos que um pri-

meio nível ideal, onde se suporia um discurso não ideológico (e, portanto, um distanciamento crítico do real) não tem sua existência passível de comprovação, uma vez que, pela ação das relações imaginárias, presentes na ideologia, real e ideológico se fundem numa única realidade: a existência ideológica. Na verdade, por essa ação dominante das relações imaginárias sobre as relações reais no fenômeno ideológico, o real se apresenta, a nível das práticas, como uma representação ideológica concernente aos papéis e às classes em uma sociedade. Daí, a ineficácia de se procurar, num primeiro nível "ideal", uma verdade subjacente à ideologia, já que ela se constitui, pela força de sua representação imaginária, como uma apropriação do real.⁴

Será útil lembrar aqui a proposição de Althusser, segundo a qual a Ideologia constitui um fenômeno a-histórico, opondo-se às ideologias, mais estreitamente vinculadas a modos e meios de produção a que servem. Digamos que essa constatação, a cuja discussão voltaremos mais adiante, ao mesmo tempo que fornece as bases para a elaboração de uma teoria geral da Ideologia, elimina, pelo menos em grande parte, a suposição da existência de uma "sociedade" (um modo de produção) ideal, em que a ideologia não teria uma presença significativa. De outra parte, a nível das relações entre a ideologia e o conhecimento, as relações "reais" ideológicas parecem, como bem o ressalta Escobar em seu artigo, fazer uma alusão ao real, fornecendo aos homens um certo conhecimento de seu mundo, conhecimento esse que lhes permitiria um reconhecimento da realidade. Ora, se aceitamos, pelas constatações anteriores, que não se poderia conceber uma separação entre real e ideológico, então há que se rever esse conhecimento/reconhecimento da realidade. É o que faz acertadamente o autor, ressaltando que as relações imaginárias, ao enfocar sobretudo uma função com vistas à sociedade, em detrimento das relações com o conhecimento, identificam essa alusão à realidade a uma ilusão (fato depreensível a partir das observações sobre o "real ideológico") e o reconhecimento da realidade a um desconhecimento ideológico.

Isto que se disse com relação ao conhecimento (enquanto "teoria", em contraposição à "prática" da sociedade) pode ser facil-

mente transposto aos termos de uma prática científica, certamente baseada no real ideológico e passível dos mesmos processos de alusão/ilusão, reconhecimento/desconhecimento ideológicos. Há que se considerar, no entanto, outro ponto abordado por Escobar em seu artigo, quando menciona o problema da não historicidade da Ideologia. Como uma das decorrências necessárias, atribuídas a essa primeira constatação formulada por Althusser, o autor considera o seguinte: *"É necessário estar fora da ideologia, isto é, no conhecimento científico, para se poder dizer tanto 'eu estou na ideologia' quanto 'eu estava na ideologia'"*. Para que o entendimento dessa proposição não incorra numa possível contradição com a teoria e os pressupostos até aqui expostos, é necessário colocar-se na seguinte perspectiva, ao que nos parece assumida por Escobar, e já referida por Althusser: a par de uma vivência estrita da ideologia, existiria uma forma de fugir a esta estreiteza, sem, no entanto, fugir ao fenômeno ideológico. Em outras palavras, reconhecendo ainda a predominância das relações imaginárias ideológicas sobre as relações reais, e o conseqüente processo de reconhecimento/desconhecimento, considera-se também que as representações ideológicas não se deixam perceber enquanto tais, de tal maneira que os homens a elas submetidos facilmente lhes desconhecem a estrutura e os mecanismos. Ora, diante dessa perspectiva, somente podemos entender a citada proposição do autor com relação ao conhecimento científico, como sendo este uma forma possível de desvelamento de alguns procedimentos e mecanismos ideológicos, ou ainda como uma maneira de percepção com referência às ideologias particulares ("regiões ideológicas"). Não diríamos, no entanto, e cremos que o autor também não o faria, que o conhecimento científico possibilite um "estar fora" absoluto com relação à Ideologia.

Mais uma vez verifica-se, portanto, a dominância das representações imaginárias sobre as relações reais, fato esse que, remetendo-nos a uma função ideológica primordial (o desmascaramento/masqueamento), reenvia também à problemática, encetada por Althusser, com respeito à interpelação dos indivíduos como sujeitos. Com efeito, vimos que, a nível das relações "reais" ideológicas, teríamos in-

divíduos, os quais, pelo efeito das relações imaginárias, são interpelados como sujeitos de um processo social (da própria história), procedimento esse que, nos termos do autor, cria motivos, preocupações, etc., com a finalidade de justificar/mitigar os encargos humanos, tais como aparecem em diferentes modos de produção. Com vistas a essa perspectiva, seria igualmente inútil (como já vimos verificar-se com o real/concreto) buscar, em um primeiro nível, a existência de "puros" indivíduos, uma vez que, concebidos, como também as classes sociais, sobre o fundo complexo já dado, e com a dominância de uma formação social, esses indivíduos são, desde logo, seres ideológicos.

Com os dados obtidos pelas investigações feitas acima, é-nos lícito, embora o autor não o faça nesse estudo, perguntar acerca das possíveis relações estabelecidas entre linguagem e ideologia. Situar-se-iam elas a nível das "relações reais" ou das "relações imaginárias" e qual seria o resultado do processo já referido? Para responder a essas questões, é necessário primeiramente que se defina a linguagem.

Tomemos, com vistas a nosso objetivo nessa parte do trabalho, as duas definições principais e usuais de linguagem e submetamo-las às "relações reais" e às "relações imaginárias" ideológicas. Referimo-nos às definições de linguagem como "transmissora de conhecimentos e informações" e como "instrumento de comunicação".⁵ A primeira definição, considerada a nível das "relações reais" ideológicas, aproximar-se-ia dos conceitos "ideais" de real, conhecimento, indivíduos. Vimos, no entanto, que a procura dessas entidades enquanto tais é inútil, porquanto a ideologia, com a força de suas representações imaginárias, constitui uma apropriação do real, apropriação essa que também identifica o conhecimento (reconhecimento) a um desconhecimento ideológico, interpelando os indivíduos como sujeitos. Seria também inútil, portanto, ainda a este nível, tanto esperar que a linguagem se caracterizasse como um fenômeno não-ideológico, quanto supor que a linguagem continuasse um instrumento de transmissão de conhecimentos e informações (caracterizados, na maior parte das vezes, como desconhecimentos).

Por outro lado, se consideramos a segunda definição e a colocamos, por força de sua função social (comunicação entre grupos humanos), como parte da função ideológica ligada à sociedade - remetendo-nos às representações imaginárias da ideologia - seguem-se duas decorrências necessárias. Se a ideologia exerce uma função preponderantemente prático-social, e a isso se liga a predominância das relações imaginárias, com vistas a uma apropriação/mascaramento do real, então a linguagem, tomada enquanto instrumento de comunicação, somente pode ser concebida como ideologia. Por outro lado, concebida como tal, a linguagem deve merecer uma reformulação de seu conceito, uma vez que, exibindo função prática, a ideologia, pelos dados referidos, não esgota nessa função a sua caracterização; a dominância das relações imaginárias, provocando a existência de um real ideológico, de um conhecimento/desconhecimento, de um indivíduo sujeito, exige, a nosso ver, uma nova conceituação que dê conta da linguagem como fenômeno ideológico.

Considerando aceita essa concepção de linguagem, (e, portanto, os pontos de vista de Voloshinov como coerentes e passíveis de um desenvolvimento teórico), gostaríamos de finalizar por acentuar duas proposições complementares do texto de Escobar, retomadas a Althusser. Primeiramente, a idéia de que a ideologia é objetiva, não implicando, dessa forma, a acentuação da importância de suas relações imaginárias sobre suas relações reais a imposição de um caráter subjetivo, ligado a crenças e/ou idiosincrasias pessoais, ao fenômeno ideológico. Por outro lado, a idéia de que a ideologia tem uma função primordialmente prática, o que leva a sociedade a investir ideologia. Gostaríamos de enfatizar esses dois pontos, com vistas tanto a demonstrar que a bipartição relações reais-relações imaginárias teve em nossa investigação uma função metodológica, quanto para demonstrar, ainda uma vez, que a caracterização desse "duplo" teórico confirma, pela dominância das representações imaginárias, a função eminentemente prática da ideologia.

II.3. A Concepção de Linguagem como Trabalho e como Mercado

Rossi-Landi (1975) parte da idéia de que, enquanto unidades da língua, as palavras são produtos saídos do trabalho lingüístico. Com base nisso, situa o centro do debate no fato de que tais produtos se tornam materiais e instrumentos no curso do trabalho lingüístico posterior pelo qual se produzem as mensagens.

Com vistas a obter uma noção generalizada do trabalho lingüístico, Rossi-Landi parte de um procedimento bastante semelhante ao que permitiu à economia clássica obter a noção generalizada de trabalho. Fundamentando-se na observação de que, entre a ausência de um produto ou resultado humano e sua presença, há uma diferença apenas explicável em termos do trabalho realizado pelos homens para obtê-lo, o autor aplica o mesmo princípio a palavras e mensagens que, fenômenos inexistentes na natureza, somente podem definir-se como produtos do trabalho lingüístico humano. Essa expressão, como ressalta o autor, tem o mérito de situar este tipo de trabalho no mesmo plano em que se encontra o de "manipulação" ou de "transformação", pelo qual são produzidos objetos físicos, de tal forma que se poderia traduzir a unidade do homem, enquanto animal trabalhador e falante, distinto de todos os outros, como: *"produz ferramentas, assim como palavras e se forma historicamente por esta produção que é 'o social'"* (p.112).

Recusando as concepções de "naturalidade" da linguagem, ou ainda de sua não naturalidade absoluta, Rossi-Landi alega que se as línguas não fossem produtos (e a linguagem, trabalho) seriam apenas algo de natural, isto é, de hipo-histórico, do mesmo modo que a digestão ou a respiração, ou algo de não natural, isto é, de meta-histórico. Sendo a complexidade do trabalho determinada pela complexidade da necessidade, e a esta também determinando (assim como o que se passa com o trabalho de manipulação e transformação), a linguagem, da mesma forma que as línguas, compreendidas como produto, se forma na dialética da satisfação das necessidades, ou seja, no processo em que se instituem as relações de trabalho e produção.

Quando se fala em língua, para o autor, fala-se antes de

tudo em uma atividade social que exige o uso de técnicas coletivas e comunitárias. A utilização dos termos "coletivas" ou "comunitárias", ao invés de, por exemplo, "intersubjetivas", justifica-se metodologicamente, segundo o autor, pelo fato de não ocorrer na língua o caso de sujeitos independentes que viriam, em consequência, a desenvolver um trabalho e a aplicar uma técnica, mas sim de um trabalho e de uma técnica suficientemente semelhantes para cada um deles, enquanto sujeitos já separados.⁶ Em outras palavras, a linguagem só responde às necessidades do indivíduo, na medida em que este responda, antes de tudo, às necessidades de toda a comunidade.

Com relação à problemática de uma abordagem social da linguagem, Rossi-Landi propõe uma tripartição conceptual metodológica: o trabalho lingüístico (coletivo) produz a língua (coletiva) sobre a qual se exerce o falar dos indivíduos cujas produções retornam para a totalidade coletiva de onde foram tirados os materiais e os instrumentos. A redução da linguagem à simples unidade língua-palavra criaria, segundo o autor, um obstáculo ao estudo das técnicas coletivas e comunitárias da linguagem. Seguindo nessa abordagem, Rossi-Landi propõe a noção de "falar comum", como parte constitutiva (necessária e fundamental), encontrável no interior de todas as línguas reais ou possíveis, pela qual se exprimiria o seguinte fato: a linguagem responde às necessidades sociais, sendo um instrumento da sociedade e não somente do indivíduo. Decorrente disso, tem-se que a semelhança das funções assumidas pelas diversas línguas proviria do fato *"de que no processo histórico de desenvolvimento são necessariamente representadas as formas gerais da história das sociedades, isto é, as relações de trabalho e de produção que distingue toda sociedade humana de qualquer sociedade pré-humana"* (p. 119). Detendo-nos um pouco neste ponto, a fim de traçar possíveis paralelos entre as teorias abordadas, bem como sua eficácia para o presente objeto de investigação, parece-nos já haver aqui uma base teórica de comparação. Como bem o ressalta Geraldí (1978), a partir de outro trabalho de Rossi-Landi, a diferença fundamental entre a teoria desse autor e a de Voloshinov situa-se no ponto em que cada um deles concebe a língua-

gem, no "edifício social" vislumbrado por Marx. Com efeito, enquanto Voloshinov situa a linguagem no plano da superestrutura, Rossi-Landi *"embora reconhecendo-lhe desenvolvimentos superestruturais, situa-a num nível intermediário entre infra-estrutura e superestrutura"* (p. 54). Na verdade, a proposição de Rossi-Landi de uma conceituação metodológica tripartida, pela qual o trabalho lingüístico coletivo produziria a língua, também ela coletiva (sobre e pela qual se exerce o falar dos indivíduos), parece garantir essa diferença de concepções, na medida em que a função da língua se encontraria a meio caminho entre o trabalho lingüístico e a representação ideológica proposta por Althusser. Ou seja, a teoria de Rossi-Landi, embora reconhecendo nas línguas a sua função de representação das formas gerais da história das sociedades, bem como uma ligação básica com fatos infra-estruturais (o trabalho lingüístico), não as situa necessariamente ao nível superestrutural de ideologia, com a função específica de reprodução das relações de produção existentes. Poder-se-ia dizer que, para o autor, a linguagem é vista antes como atividade social que remete ao aparato ideológico, ao invés de constituir uma forma privilegiada deste, como propõe Voloshinov.

Na parte "Trabalho, produto e uso do produto", patenteia-se a rejeição de Rossi-Landi a um estudo da linguagem que visasse primeiramente às chamadas "operações mentais", que a regeriam. Isto se deve ao fato de tal estudo se apresentar como uma introjeção individualista que tenderia a substituir o estudo social da linguagem pelo enfoque do pressuposto teórico, segundo o qual, o indivíduo, pelo único fato de ter aprendido a se servir de uma língua, teria igualmente aprendido a produção lingüística. O autor contesta esta concepção pela constatação de que aprender a falar significa aprender a utilização das palavras, e não a sua produção, uma vez que *"os processos pelos quais as palavras são produzidas só aparecem num estudo especializado das línguas e da linguagem"* (p. 125).

Desenvolvendo esse aspecto no "Capital lingüístico", Rossi-Landi afirma que é necessário considerar a língua, a par de seu caráter de instrumento, produto de um trabalho precedente, também co-

mo material, ou seja, como objeto sobre o qual se exercem novas operações. Dessa maneira, enquanto material, instrumento e dinheiro (ou seja, como valor de troca), a língua constituiria o capital constante de toda operação lingüística posterior (isto é, de toda a expressão e comunicação), ao qual deve ser adicionado um capital variável, composto da força de trabalho lingüística fornecida pelos homens que falam e compreendem esta língua, que se exprimem e se comunicam por ela - quer se encontrem na posição daquele que fala, escreve, escuta ou lê -, em suma, na posição de locutor e interlocutor.

Aceita a concepção da linguagem como trabalho, apresenta-se a hipótese de pesquisa segundo a qual as expressões e mensagens seriam utilizadas, transmitidas e recebidas de acordo com o seu valor de troca. Numa primeira abordagem, o autor propõe que se pesquise o valor de troca das palavras e expressões, nas relações recíprocas que instauram no interior da língua de que fazem parte; no caso das mensagens, ele será *"pesquisado no seu processo de transmissão e de recepção no interior de uma comunidade lingüística, isto é, no seu próprio processo de circulação sobre um mercado lingüístico constituído por elas"* (p. 131). As palavras, as expressões e as mensagens, enquanto objetos úteis, servem, como o ressalta o autor, para satisfazer necessidades de expressão e de comunicação tais como, exprimir, denotar, conotar, informar, qualificar, ordenar, pedir, raciocinar, etc., observando-se o dito fenômeno do "caráter inevitável do significado", isto é, embora consideradas as variações de contexto e inclinações pessoais do locutor, um ouvinte não poderia começar a interpretar de uma certa maneira uma expressão emitida por um falante pertencente à mesma comunidade lingüística. Em outras palavras, se o locutor diz "terra", o ouvinte não interpretará isso como "água", etc. O autor conclui pela constatação de que a capacidade de falar e de compreender o valor de troca das palavras, expressões e mensagens, constituindo um simples dispêndio de força de trabalho lingüística, configura-se como um trabalho lingüístico considerado abstratamente como uma atividade de produção geral indiferenciada, em função da qual se determina a distinção entre valores lingüísticos de troca e valores lin

gôísticos de uso.

A interessante proposição de Rossi-Landi, embora não inteiramente revolucionária em suas premissas básicas, tem o mérito de situar alguns problemas fundamentais para uma perspectiva de estudo social da linguagem.⁷ O grande mérito do artigo mencionado, diz respeito à tentativa de uma abordagem social da linguagem, fazendo uso de conceitos marxistas, hoje muito valorizados nas recentes teorias a que nos referimos. Com efeito, a perspectiva da linguagem como trabalho lingüístico e de língua como produto, remetendo à concepção de linguagem como ação, configura igualmente um estudo cujo material privilegiado seria a "utilização" das palavras pelos homens, e não exatamente a sua produção.

Essa posição, embora divorciada da de Voloshinov, que vê no processo mesmo do surgimento de signos o reflexo da luta de classes que o sustenta (e que sustentaria a história de cada ideologia particular, segundo Althusser), tem, a nosso ver, um ponto de ligação com a perspectiva que vimos assumindo. Ou seja, se a utilização das palavras pelos homens representa o material privilegiado para um estudo social da linguagem e das línguas, e se essa utilização representa, em última instância, o produto de um trabalho lingüístico humano, então é justo pensar que essa utilização reflete o que se passa nas bases, isto é, nesse trabalho lingüístico que a produziu. E, embora situe a linguagem num ponto intermediário entre a infra-estrutura e a superestrutura, o que, de certa forma, lhe rouba o caráter de refração da realidade infra-estrutural (atribuído à linguagem por Voloshinov), Rossi-Landi propõe que se estude a língua também como material, ou seja, como objeto sobre o qual se exercem novas operações. Considerada dessa maneira, como capital constante de toda operação lingüística posterior⁸, uma língua se constituiria também de uma forma de trabalho lingüística, fornecida pelos homens que a falam e que a compreendem (capital variável) - quer se encontrem na posição de locutor ou de interlocutor. Vista, dessa forma, como materialidade, a linguagem teria, na utilização que dela fazem os indivíduos, um retorno para o trabalho lingüístico de que fala Rossi-Landi.

Por outro lado, de acordo com a hipótese de que as expressões e mensagens teriam sua utilização, transmissão e recepção determinadas por seu valor de troca, e de que esse deveria ser pesquisado nas relações recíprocas que instauram expressões e mensagens no interior de uma língua, voltamos novamente a importantes tópicos levantados por Voloshinov. Primeiramente, a importância da consideração da situação de emissão e de recepção da "mensagem" (nos termos de Rossi-Landi) para um estudo lingüístico que tenha, de certa forma, preocupações menos particularizantes. De outra parte, a consideração de um valor de troca de expressões e mensagens, opondo-se, de certa maneira, a seu valor de uso, remete-nos não mais a uma simples necessidade de comunicação, que estearia, no limite, toda atividade lingüística, configurando-se como uma função que transcende a utilidade para remeter ao plano infra-estrutural da produção e, em termos teóricos, a uma função ideológica dessa realidade de base.

Um outro ponto, que se nos afigura de fundamental importância, é aquele referente aos conceitos de valor de troca e valor de uso de expressões e mensagens. Atribuindo à capacidade de falar e de compreender o valor de troca (de palavras, expressões e mensagens) o caráter de atividade de produção geral indiferenciada, o autor parece colocar o problema da comunicação no âmbito dos valores lingüísticos de uso, de tal forma que, ligados enquanto produto de trabalho lingüístico humano, os valores de troca se traduziriam no processo de circulação sobre um mercado lingüístico constituído por sua transmissão e recepção no interior de uma comunidade lingüística. Ou seja, tanto o valor de uso quanto o valor de troca, estariam vinculados ao trabalho lingüístico, mas apenas a investigação do último parece, pela exposição do autor, dar as condições de se chegar efetivamente à situação lingüística, que ultrapassa as necessidades da comunicação, criando-se assim as condições para uma explicação adequada das verdadeiras relações entre locutor e interlocutor na linguagem.

Concluindo, parece-nos que, do artigo de Rossi-Landi, e de sua comparação com o pensamento de Voloshinov e de Althusser, podemos tirar algumas decorrências para nosso objeto de investigação. Podemos

sando na proposição de Rossi-Landi, diríamos que lhe falta maior consistência teórica, decorrente desse fato de apresentar ela constatações importantes para uma perspectiva social do estudo linguístico, sem, no entanto, levá-las à última consequência dos pressupostos marxistas assumidos (isto é, a linguagem vista como manifestação ideológica, reflexo/refração dos fatos de infra-estrutura). Assim sendo, tornam-se mais tênues certos conceitos (como, por exemplo, o de língua como produto), bem como determinadas distinções (é o caso de valor de uso e valor de troca de expressões e mensagens linguísticas), que poderiam, a nosso ver, ter um melhor rendimento no estudo social da linguagem, caso se situassem não mais na "terceira dimensão vislumbrada por Marx" mas sim no plano superestrutural.

No que se refere ao nosso objeto de estudo, parecem-nos úteis alguns conceitos de Rossi-Landi (como, por exemplo, os que concernem à pesquisa do valor de troca de palavras e expressões, na comunidade em que são usadas), podendo eles, tendo em vista a discussão precedente, contribuir para a comprovação da validade da posição de Voloshinov, segundo a qual a linguagem não seria apenas um produto de um trabalho linguístico humano mas, como fenômeno ideológico por excelência, desempenharia funções primordiais como refletir e refratar os fatos infra-estruturais.

II.4. Linguagem e Representação

Em anos recentes, tem crescido o interesse, no âmbito da Linguística, pelo modo como se relacionam a linguagem e a sociedade, concentrando-se alguns estudos na determinação de critérios para a compreensão do alegado caráter da linguagem como representação da realidade, seja de um ponto de vista que recorre em alguma medida à história, seja de um ponto de vista linguístico formal. Analisaremos aqui dois trabalhos que refletem duas diferentes tendências, o primeiro continuando a tradição iniciada por Saussure e buscando a incorporação de certas contribuições sociológicas modernas, o outro assumindo uma perspectiva pragmática (centrada na argumentação pela linguagem)

e procurando descobrir marcas lingüísticas identificadoras da influência da realidade social no intercâmbio verbal.

II.4.1. Benveniste: *"Estrutura da Língua e Estrutura da Sociedade"*

Objetivando examinar as relações entre as duas grandes entidades, língua e sociedade, Benveniste (1974) assume, no trabalho que dá título a esta seção, ser a linguagem para o homem o único meio de perceber o outro, de lhe transmitir e de receber dele uma mensagem. Conseqüentemente; a seu ver, a linguagem, ao mesmo tempo que põe e supõe o outro, é nascida da mesma necessidade que gerou a sociedade, donde decorre a possibilidade de se encontrarem, entre uma e outra, correlações precisas e constantes. A discussão se centra no fato de os vários estudos que objetivaram a descoberta dessas relações não terem alcançado êxito em distinguir uma analogia na estrutura respectiva de língua e sociedade. O argumento mais clássico para esse tipo de insucesso diria respeito à existência de línguas dotadas de estruturas semelhantes, servindo a sociedades diferentes, ou ainda ao fato de que a língua e a sociedade evoluem separadamente⁹. A constatação desse problema tem gerado, segundo Benveniste, a tomada de posições inconciliáveis por parte dos teóricos que visam à sua resolução. Assim, enquanto de uma parte, lingüistas e antropólogos defendem a posição de que a sociedade e a cultura inerente a ela são independentes da língua, por outro lado, vários autores identificam a língua como espelho da sociedade, refletindo a estrutura social em suas particularidades e em suas variações, ou seja, como índice mesmo das mudanças que se operam na sociedade.

Reconhecido esse impasse, proveitoso para nosso objeto de investigação, Benveniste acentua com acerto que o estabelecimento de relações únicas, que fariam corresponder isomorficamente estruturas sociais a estruturas lingüísticas, se configure como um ponto de vista por demais simplificador dos fatos. Para demonstrar isso, arrola razões teóricas acerca da caracterização da estrutura lingüística e da estrutura social; assim, enquanto a primeira seria composta de uni

dades distintivas, definidas por quatro caracteres (serem unidades discretas, em número finito, combináveis e hierarquizadas), a segunda teria uma natureza dupla, o que a impediria de se reduzir a um esquema único. Com efeito, seguindo o pensamento do autor, a estrutura social seria composta, de um lado, por um sistema relacional (sistema de parentesco) e, de outro, por um sistema de relação, de divisão (sistema de classes sociais, agenciado pelas relações de produção), não passando, portanto, a metáfora da família, enquanto célula social, de mais uma maneira de escamoteação dos fatos.

Diante desses enganos, freqüentemente cometidos, Benveniste propõe uma divisão teórica entre duas possibilidades de acepção do termo "língua" e do termo "sociedade", pela qual se teria, de um lado, a sociedade como dado empírico, histórico, e, de outro, a sociedade como coletividade humana, base e condição primeira da existência dos homens. Também o termo língua seria passível desse desmembramento de acepções: idioma empírico, histórico, de uma parte, poderia também ser considerado como sistema de formas significantes, condição primeira da comunicação. Essa distinção metodológica possibilita ao autor reconhecer duas unidades em cada uma das entidades: um histórico e um fundamental, que, por sua vez, permitem admitir dois níveis nas relações possíveis entre língua e sociedade. Quer isto dizer, tendo em vista a análise do autor, que há necessidade de se distinguir uma língua e uma sociedade "fundamentais" (que não seriam passíveis de sofrer as mudanças humanas, uma vez que estas só poderiam recair sobre instituições, mas jamais sobre o princípio social e lingüístico, enquanto suporte e condição da vida coletiva e individual e da comunicação humana) de uma língua e uma sociedade "históricas" (sobre as quais podem recair as modificações veiculadas pelos homens, quer elas se exerçam sobre as "designações" lingüísticas, quer sobre as "instituições" sociais). A crença do autor na necessidade dessa distinção básica leva-o a algumas afirmações dignas de uma discussão posterior, quais sejam a de que entre uma língua histórica e uma sociedade histórica não se pode fazer correlação com um signo de necessidade, bem como a afirmação de que acima das classes, dos grupos e

das atividades particularizadas haveria um poder coesivo que faz de um agregado de indivíduos uma comunidade e que cria a possibilidade mesma da produção e da subsistência coletiva.

Visando a articular uma possível análise da relação língua-sociedade, a partir da distinção proposta, Benveniste prevê para essa relação uma característica não-estrutural (dada a impossibilidade de relações isomórficas língua-sociedade), não-tipológica (pois o tipo da língua não influiria sobre a sociedade) não-histórica ou genética (visto que o nascimento de uma não dependeria da outra), mas sim através de um trabalho coletivo e por ele (uma vez que seria o esforço de produzir os meios de subsistência, de transformar a natureza e de multiplicar os instrumentos, o processo pelo qual língua e sociedade se elaborariam). A partir disso, formula então duas proposições: 1) A língua é o interpretante da sociedade e 2) A língua contém a sociedade, a segunda justificando a primeira e sendo justificada, por sua vez, empírica e teoricamente, pelo fato de a língua poder ser isolada, estudada e descrita por si mesma, sem se referir a seu emprego na sociedade (enquanto seria impossível descrever a sociedade, a cultura, fora de suas expressões lingüísticas) e pelo fato de a língua fornecer a base constante e necessária da diferenciação entre o indivíduo e a sociedade. Por outro lado, a língua poderia ser dita interpretante na medida em que, instrumento de comunicação que é e deve ser comum a todos os membros da sociedade, está também investida de propriedades semânticas, funcionando como uma espécie de máquina de produzir sentido. Além disso, a língua se configura, para Benveniste, como o instrumento próprio para descrever, para conceptualizar, devendo-se a esse poder (lingüístico) de transmutação de experiências em signos e de redução categorial, a possibilidade de a língua tomar por objeto não importa que ordem de dados. Haveria uma metalingua mas não uma metasociedade.

Dessas constatações, seguem-se três importantes observações no corpo do trabalho de Benveniste. A primeira diz respeito ao fato de que a língua configuraria a sociedade através de um semantismo social, ou seja, segundo o autor, o vocabulário conserva os teste-

munhos sobre as formas e as fases das organizações sociais, entre outros aspectos. Em segundo lugar, considerando o fenômeno da polissemia, nele observa a capacidade de subsumir em um termo constante uma grande variedade de tipos, e, por consequência, de admitir a variação da referência na estabilidade da significação. E, em terceiro lugar, Benveniste observa que cada um fala a partir de si, de tal maneira que, para cada falante, o falar emana de si e retorna a si, cada um se determinando como sujeito com relação ao outro e aos outros. A partir dessa terceira constatação, o autor conclui que o instrumento lingüístico que assegura na língua o duplo funcionamento, subjetivo e referencial, do discurso é a distinção indispensável entre o eu e o não-eu, operada por formas tais como os pronomes. Assim, enquanto o funcionamento "subjetivo" seria assegurado por uma estrutura de alocução pessoal (eu/tu), exclusivamente inter-humana, a operação de referência se efetuaria por uma segunda oposição, de pessoa e não-pessoa (eu/tu/ele), que funda também a possibilidade do discurso sobre qualquer coisa.

Exige-se agora uma nova configuração da língua, que, passando a incluir o falante em seu discurso, constitui-se como uma consideração pragmática que coloque a pessoa na sociedade enquanto participante de um complexo conjunto de relações. Vista, por esta perspectiva, como prática humana que revela o uso particular dos grupos, a língua, como também a sociedade, deveria ser investigada na prática, no exercício da relação de comunicação inter-humana.

Levando em conta as acepções consideradas anteriormente, podemos dizer que o presente trabalho de Benveniste constitui uma importante referência ao problema que cerca as relações entre língua e sociedade, de um ponto de vista lingüístico, muito embora esteja ele apegado a posições que poderiam ser ditas idealistas. É precisamente em torno dessas relações que gostaríamos de fazer girar a nossa discussão do artigo, partindo da premissa estabelecida por Benveniste de que, pondo e supondo o outro, a linguagem teria seu processo advindo da mesma necessidade que gera a sociedade, de onde decorreria a possibilidade de se encontrarem entre elas correlações precisas e constan-

tes. Este ponto, e mais a constatação do insucesso da maioria dos estudiosos que se aventuraram a estudar o assunto, quer defendessem a posição de que língua e sociedade constituiriam processos independentes, quer identificassem a língua como espelho e índice das mudanças sociais, leva-nos a reconhecer como inicialmente primordial o conceito de necessidade. No corpo do trabalho estudado, vemos que esse conceito se encontra fundamentalmente ligado à bipartição metodológica que leva o autor a reconhecer na língua e na sociedade um nível fundamental e um histórico, distinção essa cuja desconsideração teria sido, em grande parte, responsável pelos fracassos citados. Senão vejamos. Caracterizando a língua e a sociedade "fundamentais" como não passíveis de sofrer mudanças humanas, já que são elas a condição primeira da comunicação, e da própria existência dos homens, respectivamente, o autor introduz a primeira versão, e a mais contundente, do conceito de necessidade: língua e sociedade teriam seu processo gerado pela própria necessidade humana de, grosso modo, falar e viver em grupo. Por outro lado, distinguindo na língua e na sociedade "históricas" a possibilidade de nelas se exercerem as mudanças humanas, (recaindo estas quer sobre as instituições, quer sobre as designações lingüísticas), Benveniste afirma não ser possível estabelecer entre elas uma correlação sob um signo de necessidade, posição que supõe fundamentada pelo fato de a estrutura lingüística e a estrutura social apresentarem características não semelhantes (a primeira podendo ser analisada em unidades distintivas, a segunda apresentando uma natureza dupla, o que impossibilitaria a sua redução a um esquema único), bem como a própria constatação de que língua e sociedade apresentariam uma evolução independente, podendo servir estruturas lingüísticas semelhantes a sociedades diversas (ou vice-versa). De nossa parte, consideramos esse último argumento já suficientemente abordado e esclarecido (particularmente com o exemplo, freqüentes vezes citado, acerca da língua e sociedade russas antes e após a Revolução) para se prestar a questionamentos. Quanto ao primeiro argumento, parece-nos também claro que a procura de relações isomórficas que procurassem reduzir estruturas sociais a estruturas lingüísticas (e vice-

-versal), com base numa possível correlação de características estruturais entre elas, estaria fadada ao insucesso. Considerando, portanto, esses dois argumentos, de certa forma, como pressupostos, restamos saber se são eles suficientes para encerrar a problemática de língua e sociedade tomadas no sentido "fundamental" e no seu sentido "histórico". Parece-nos que reconhecer, simplesmente, que sociedade e língua tenham sido geradas por uma única e mesma necessidade, o que lhes daria a dita característica "fundamental", remetendo-nos, em última instância, ao que diferencia o homem do animal (como o acentua, acertadamente, Rossi-Landi), não resolve o problema da consideração do conceito de necessidade quando aplicado à língua e à sociedade, quando consideradas em suas características históricas. Pelo contrário, afirmar um lado "fundamental" de língua e sociedade parece-nos um pressuposto tão básico e, até certo ponto, tão desligado do problema de sua consideração enquanto entidades históricas que, ao mesmo tempo que deixa incólume esta última problemática língua/sociedade, leva o autor a constatações marcadamente idealistas como o é, por exemplo, a afirmação de que acima das classes, dos grupos e das atividades particularizadas, haveria um poder coesivo que faria de um agregado de indivíduos uma comunidade, criando a própria possibilidade da produção e da subsistência coletivas. Ora, a nosso ver, tal afirmação, sem propor qualquer índice para a resolução do problema das relações língua/sociedade enquanto entidades empíricas, remete-nos apenas ao pressuposto de que o homem é um ser, dotado da capacidade de se comunicar através da língua, bem como um ser cujas características principais reenviam para uma vida em comunidade. Digamos, então, que a bipartição metodológica que propõe o autor, conquanto fundamentada, continua a deixar pendente a problemática que a motivou. Por outro lado, lembremo-nos de que o ponto de partida que guia a nossa discussão do presente artigo é o conceito de necessidade, na medida em que este parece assumir, no trabalho de Benveniste, uma importância primordial para o tema em questão. Vimos, com efeito, que este conceito, ligado primeiramente à característica "fundamental" de língua e sociedade aparece-nos em uma relação direta com o que o autor chama

de "condições primeiras da existência humana". Feitos, por outro lado, alguns comentários sobre a divisão metodológica proposta por Benveniste, vejamos agora sua posição a respeito de língua e sociedade enquanto entidades históricas. Acentuando, como dissemos, a impossibilidade de se estabelecer entre elas relações sob o signo da necessidade, Benveniste articula um esboço de análise (tendo sempre como base a citada distinção metodológica), que prevê para estas relações um caráter não-estrutural, não-tipológico, não histórico ou genético, mas baseado em um trabalho coletivo, e através dele. Assim, enquanto o princípio fundador de língua e da sociedade "fundamentais" seria uma necessidade tomada como inerente ao próprio ser humano, visto como um ser de características particulares, a base da consideração de língua e sociedade "históricas", se centraria no esforço de produzir os meios de subsistência, de transformar a natureza e de multiplicar os instrumentos. Esta posição do autor é reforçada no final do artigo, quando é proposta uma nova visão de linguagem, pragmática, que inclui no discurso o falante enquanto pessoa "social", participante de um complexo conjunto de relações. Tal proposição reenvia-nos a uma concepção já nossa conhecida neste trabalho, de um estudo do "falante" e do "ouvinte", enquanto seres socialmente configurados, co-participantes de determinada realidade sócio-econômica (Voloshinov), bem como parece apontar para uma posição que identifica a linguagem humana a um trabalho, entendido aqui como o esforço de transformação da natureza.

Voltando, no entanto, ao trabalho de Benveniste, vêmo-lo formulando duas proposições básicas, que deverão ser investigadas. A primeira, definindo a língua como o interpretante da sociedade, seria justificada pela segunda: "A língua contém a sociedade" e pelo fato de que, além de ser instrumento de comunicação, a língua se investe também de propriedades semânticas, podendo-se ainda pensar na possibilidade de uma metalíngua, cujo termo correlativo "metasociedade" não teria sentido. Voltando à primeira razão que justificaria essa proposição, "A língua contém a sociedade", vemos que, para não incorrer num possível raciocínio circular, o autor justifica essa razão atra-

vês da consideração de que a língua pode ser isolada, estudada e descrita sem qualquer referência a seu emprego na sociedade, ao passo que a sociedade não pode ser analisada sem a presença primordial das suas expressões lingüísticas.

Exposto isso, qual seria a relação real entre o que o autor propõe no início do artigo, em suas observações sobre uma análise que procure investigar as relações entre língua e sociedade consideradas historicamente, e estas últimas proposições? Na verdade, definindo, a um dado momento, o processo inicial pelo qual língua e sociedade se elaborariam (o de transformação da natureza e de multiplicação dos instrumentos, para produzir os meios de subsistência), torna-se estranho o fato do autor subsumir a sociedade à língua, na medida em que, não vendo a possibilidade de lhes atribuir uma relação necessária, considera a língua como uma função dupla de interpretante e continente da sociedade. Queremos deixar claro que, ao dizer isso, não nos vem à mente a possibilidade de estabelecer relações isomórficas entre língua e sociedade, mesmo se, assumindo a divisão metodológica de Benveniste, considerarmos-as historicamente. Nosso questionamento volta-se, por outro lado, para a procura do que seriam essas relações entre língua e sociedade enquanto entidades empíricas. Ora, se, como dissemos acima, Benveniste reconhece uma necessidade comum para a elaboração das duas entidades investigadas, parece faltar um elo que una essa posição às justificativas arroladas. Ou seja, se é possível admitir que, num certo estágio puramente metodológico, se não artificializante, se pudesse estudar a língua sem levar em conta sua função social, torna-se difícil considerar esta como uma razão suficiente para identificar a língua como contendo a sociedade. Por outro lado, caracterizar a língua como base constante e necessária para a diferenciação entre os indivíduos e a sociedade, parece vir de encontro à proposta final do autor: a consideração de uma língua, como prática que deveria ser investigada no próprio exercício da relação de comunicação inter-humana. Em outras palavras, a proposta, exortação final de Benveniste, tipicamente pragmática, só pode ser entendida com base na prática lingüística de interação dialética in-

divíduo-sociedade (onde inexistiria, portanto, a diferenciação necessária e constante). E se temos ainda presente esta proposta do autor, torna-se menos confortável aceitar o primeiro argumento (possibilidade de a língua ser estudada sem qualquer relação com sua função dentro da sociedade), uma vez que, embora se admitindo, em certo momento, um estudo lingüístico desse tipo, não se encontraria, a nosso ver, muita razão para levá-lo a cabo. Além disso, dizer ser a linguagem interpretante da sociedade e fundamentar essa afirmação a partir da asserção de que a língua contém a sociedade, parece, pelo menos, improvável, se se tem em vista as depreensões anteriores. Dizer ainda que a língua estaria investida de papéis semânticos, o que lhe valeria, ainda uma vez, a posição de interpretante da sociedade, a par de sua possibilidade de transmutar experiências em signos, bem como de redução categorial, (constatação de que parece decorrer a primeira observação de Benveniste, segundo a qual a língua configuraria a sociedade através de um semantismo social, manifesto particularmente no vocabulário), não nos parece ainda suficiente. Isso porque a identificação na língua de propriedades semânticas investidas da faculdade de transmissão de conhecimentos, mesmo que como possibilidade, parece ignorar, ainda uma vez, a proposta final do autor, pela qual a língua seria entendida, senão primordialmente, pelo menos em grande parte, como dotada de propriedades residuais de sua função de transmissão de conhecimentos e informações (novos).

As observações finais do autor parecem se dirigir para o fortalecimento da última proposta. Com efeito, tanto a consideração da polissemia como um fenômeno capaz de subsumir em um termo constante uma grande variedade de tipos (remetendo para a possibilidade, levantada pelo autor, de um estudo que visasse à verificação da apropriação feita por grupos de um aparelho de denotação, comum a todos), como a afirmação de que o falante sempre se determina com relação ao outro, remetem-nos não só às teorias de que temos tratado, como, insistimos, à proposta final do autor. Como já indicamos, parece faltar ao artigo em discussão um elo teórico que estabeleça uma ligação entre a bipartição metodológica e suas observações e propostas finais,

atingindo particularmente as concepções que configuram a língua, a par de sua natureza de interpretante da sociedade, como continente desta última. A nosso ver, esse elo teórico residiria essencialmente em dois pontos fundamentais, estreitamente vinculados. Primeiramente, uma visão dialética de língua e sociedade, pela qual, em lugar de se fazer subsumir uma à outra, se procurem as interações efetivas que as compõem, a partir de uma necessidade primitiva comum (corretamente levantada por Benveniste) e através de seu desenvolvimento num processo sócio-econômico (histórico) determinado. Assim, se língua e sociedade não podem ser ditas terem uma evolução independente e ~~se não há~~ sequer uma ~~contigüidade~~ contigüidade entre línguas e sociedades semelhantes, não se pode contestar que seria, como reconhece o próprio Benveniste, o próprio exercício prático da língua o lugar privilegiado de um estudo lingüístico que procurasse refletir as relações entre as duas entidades, em detrimento talvez de um estudo que tivesse como objeto apenas o vocabulário ou estruturas lingüísticas que visam a transmitir conhecimento. Sob esse ponto de vista, não se diria ser a linguagem interpretante da sociedade, mas que estabelece com esta uma relação de co-interpretação. A afirmação de que a linguagem contém a sociedade, mesmo admitindo-se, em dado momento, características estruturais diferentes, seria melhor interpretada através dessa interação mútua, na qual não haveria conteúdos e continentes, mas entidades que se interrelacionam dialeticamente, num processo contínuo.

Em segundo lugar, e finalmente, parece-nos ainda essencial, com o elo teórico pretendido, a consideração de uma Teoria das Ideologias que possa dar conta de algumas observações de Benveniste, bem como de sua proposta final. Dessa forma, observar que a polissemia representa um fenômeno lingüístico importante, pelo qual se poderia investigar um fenômeno sócio-lingüístico também fundamental (a apropriação do aparelho de denotação, comum a todos, por parte de grupos e/ou classes sociais dados), ao mesmo tempo que nos remete à interação dialética língua-sociedade, anteriormente mencionada, seria enriquecida pela consideração de uma Teoria das Ideologias, pela qual, concebendo-se a linguagem como materialidade ideológica privilegiada,

se veria nessa apropriação um procedimento comum em determinado tipo de sociedade, onde as relações de produção são também resultado de apropriação por parte da classe dominante.

E, em último lugar, o problema do par locutor-interlocutor, centro de nossa atual investigação, caracterizado por Benveniste como lugar de retorno da linguagem ao sujeito (falante), parece ser explicado com mais exatidão se atentarmos para o fato de que a interação dos indivíduos como sujeitos é uma característica fundamental da ideologia, tal como se apresenta em certos tipos de sociedade. Dessa maneira, torna-se possível explicar a interação estabelecida entre locutor e interlocutor, interação essa determinada pela posição social ocupada por aqueles, o que nos impede de considerar simplesmente um retorno da fala ao seu "sujeito", levando-nos a atentar também para o direcionamento ideológico que assume essa fala (visando ao interlocutor). Em conclusão, interpelados ambos os indivíduos como sujeitos (ideologicamente), não teríamos apenas uma bipartição locutor/interlocutor, mas sim locutores simultaneamente interlocutores (e vice-versa), direcionando mutuamente as suas falas.

II.4.2. Vogt: *"Por uma pragmática das representações"*

Visando a fechar, nesta parte de nosso trabalho, um primeiro quadro teórico a propósito de nosso objeto de investigação, passamos a discutir um estudo estreitamente vinculado às posições até agora consideradas. Trata-se de *"Por uma pragmática das representações"* (Vogt, 1979), cujo objetivo principal diz respeito à discussão das relações entre linguagem e ideologia, procurando mostrar que o objeto específico da pragmática é o domínio dessas relações. Dando ao termo "ideologia" duas acepções específicas - a primeira designando as representações sociais (no sentido estrito), a segunda os sistemas de atitudes e comportamentos sociais (os "costumes") - o autor pretende, neste artigo, apontar que o ideológico também está inscrito na linguagem humana e, por conseguinte, apontar um dos possíveis tratamentos que a lingüística poderia dar a essa problemática. Par-

te, então, da observação de que, do ponto de vista semântico, as representações são, em diferentes níveis, propriedade das línguas naturais, para propor que o domínio do ideológico corresponderia, de modo geral, ao espaço móvel das relações entre signo, objeto e interpretantes, tendo esta última afirmativa como parâmetro a perspectiva de Peirce. A escolha dessa perspectiva se justifica no corpo deste artigo, na medida em que, ao colocar a retórica pura como uma das partes da semiótica, ao lado da gramática especulativa e da lógica, a proposta de Peirce valoriza a incorporação, na análise do signo, de uma abordagem pela qual *"em toda inteligência científica, um pensamento provoca outro"*. Utilizado, portanto, numa acepção mais acentuadamente teatral, o termo "representações" designará os diferentes papéis nos atos de fala, cujo desempenho caberia aos interlocutores que dele participam, através de um mascaramento recíproco, parte constitutiva essencial, segundo o autor, do jogo argumentativo da linguagem.

Na parte "Linguagem, ideologia e pragmática: nas trilhas de uma macrossintaxe", Vogt acentua que, do ponto de vista semântico, não apenas o sentido ou o significado, nos termos de Frege, constituem as propriedades fundamentais da língua, mas também, ainda que a título diferente, as significações. Diante disso, deveremos considerar que o emprego de uma frase é um fenômeno interindividual, um acontecimento na história das relações entre vários indivíduos, configurando-se a situação em que o locutor se encontra, diante dos seus interlocutores, como o fator que o leva a empregar tal frase ou o autoriza a fazê-lo. Além disso, o emprego de determinada frase por um falante, decorre da intenção de produzir um certo efeito sobre aqueles com quem ou para quem fala. Segundo o autor, não bastaria, portanto, simplesmente, falar em enunciação, situação, contexto para que se tivesse como consequência automática uma dimensão da linguagem humana *"jamais tangida pela semântica"*. E, nessa linha, se se pretende manter uma distinção semântica/pragmática, será preciso dar ao segundo termo do par uma interpretação mais restrita, pela qual será entendida como o estudo da atividade interindividual realizado no diâ-

logo, e este, por sua vez, como uma unidade fundamental da significação das línguas naturais. A língua será, dessa maneira, entendida como atividade¹⁰, tomada essa afirmação num duplo sentido: como atividade que se manifesta pelo uso que os indivíduos fazem da língua e, sobretudo, como atividade que se inscreve sistematicamente no interior da própria língua. Daqui se derivam duas importantes constatações. A primeira respeita ao fato de que, além de uma inegável, segundo o autor, veiculação de conhecimento, as línguas naturais apresentariam também um valor de ação, entendida esta última como um ato social que une, separa, influi, persuade, modifica e fundamenta comportamentos para os indivíduos de uma mesma comunidade. A segunda constatação se refere ao conceito de intenção que, considerado fundamental para a teoria dos atos de linguagem, não deveria ser entendida como um conceito psicológico, mas como tendo um caráter hermenêutico ou semântico, ou seja, assumida como válida a concepção da língua como atividade, deve ser suposto que quem fala tem certas intenções de comunicação. Diante do exposto, o autor afirma que, quando se pensa no estudo da significação lingüística, seria mais interessante partir, ao mesmo tempo, dos dois termos contrários (supra-estrutura e infra-estrutura) e tentar chegar a um possível ponto teórico de sua interação. Para isso, há que se levar em conta certas necessidades básicas. Primeiramente, constatado o fato de que o sintático representaria uma especificidade relativa das línguas, haveria necessidade de se atentar para outros sistemas de representação social, com os quais a linguagem mantém relações bastante particulares. Por outro lado, decorrente disso, sustenta-se a necessidade de pesquisas pragmáticas cujo objeto de estudo deveria atingir essas imbricações de diferentes sistemas de representação¹¹, sem, no entanto, se voltar unicamente para os conteúdos das representações. Admitindo a distinção, proposta por Benveniste, entre história (pela qual se teria a apresentação de fatos ocorridos num dado momento, sem a intervenção do locutor no "texto") e discurso (entidade que, além de supor um locutor e um interlocutor, supõe também uma intenção, por parte do primeiro, de influenciar, de algum modo, o segundo), Vogt propõe o que seria o

objeto da semântica e o da pragmática. Assim, afirma que, enquanto a primeira estudaria a conversão da linguagem em história, a pragmática teria como objetivo o estudo dos mecanismos da linguagem em discurso.

Na 2ª parte do artigo, "As representações discursivas: os papéis complementares da subjetividade", o autor afirma que o problema central da questão até agora discutida, se situa em torno das relações entre o indivíduo que dirige a palavra e "aquele a quem ele se dirige, dirigindo-o". Sendo, dessa forma, questionada a própria noção de "sentido lingüístico", esta deveria ser encarada principalmente como a direção, as conclusões e como o futuro discursivo de um enunciado utilizado, e não simplesmente como identidade ou diferença entre a sua estrutura e a estrutura do fato a que ele se refere. Esse chamado "futuro discursivo" dos enunciados representa assim o próprio objeto da semântica argumentativa (ou macrossintaxe, nos termos do autor), na medida em que esses mesmos enunciados poderiam manter, ao mesmo tempo, relações sintagmáticas (ou seja, tendo em vista as combinações possíveis deste enunciado com os demais enunciados da língua, enfim, o seu valor argumentativo) e relações paradigmáticas (isto é, relações estabelecidas pelo enunciado com os demais enunciados pertencentes ao mesmo paradigma argumentativo).

Posto isso, e admitindo ser necessário tentar dispor de um quadro de alternativas formais, comportamentos e representações que, presentes virtualmente na língua, obrigam o indivíduo a assumir substantivamente, nas situações de uso efetivo da linguagem, os papéis que ela prescreve, Vogt avista um novo problema: pensando no caso do discurso referido, é necessário saber quem e a maneira pela qual o intercurso de vozes (de que se forma o teor das representações) aí presente "coa" as informações (o dado). Evidentemente, como o acentua Vogt, para que se efetue a passagem do "autor" e do "leitor" implícitos no próprio texto para o "autor" e "leitor" reais, historicamente identificados, dever-se-ia passar por mediações de outra ordem - sociais, econômicas, políticas, psicológicas, etc. - sem nunca prescindir, no entanto, das representações que a linguagem institui como tal.

Diante disso, a proposta do autor volta-se para uma distinção, no interior do enunciado, entre três diferentes níveis de participação do sujeito: num primeiro nível, gramatical ou locucionário, se identificaria a capacidade ou a competência dos indivíduos de produção e reconhecimento de frases numa língua determinada; o segundo, o semântico, seria o domínio onde se dariam as condições de referência efetiva aos indivíduos designados por eu e tu, no ato de enunciação; quanto ao terceiro nível, pragmático, situar-se-ia no espaço que medeia necessariamente os dois primeiros níveis, constituindo o lugar de articulação do eu e do tu representados no ato de fala, de tal forma que por ele passaria necessariamente o processo de auto-referência (característico de toda ocorrência do pronome de primeira pessoa) ou, visto de maneira mais ampla, o processo de auto-referência contido em todo ato de referência efetivamente realizado. Vogt acentua ainda o caráter relativo do processo de identificação dos interlocutores, dependendo esse fato da integração dinâmica da identidade de um e de outro. Em consequência dessa integração dinâmica necessário se faz que a referência positiva aos indivíduos do mundo leve em conta os predicados dessa representação.

Na terceira e última parte do artigo, "A linguagem como ação dramática", o autor, voltando-se ainda uma vez para as noções de destinatário representado e de enunciador ou destinador, acentua que, a partir de tais noções, é necessário reconhecer na atividade linguística outras categorias que não simplesmente as categorias locucionárias falante-ouvinte e as identidades semânticas ou referências enunciadador-destinatário que lhes correspondem. O autor pensa em personagens discursivas intermediárias, de identidade e natureza um pouco mais complexas, cuja constituição se faria pela atribuição dos papéis que os atos de linguagem estabelecem no processo de interação verbal. Com relação ao enunciador, visto como categoria pragmática, não exibiria uma identidade positiva, mas se mostraria como uma superposição de máscaras *"que representam a duplicação do rosto da personagem e a tensão que se esconde atrás da aparente unidade do enunciado produzido pelo falante"*. (1979:41)

Como observação final, podemos ressaltar que o autor, ao estabelecer os limites da região ideológica em que se reproduzem e combinam as imagens do enunciador e do destinatário, como ele mesmo o acentua, pretende apenas dizer que as significações que assim se produzem têm o limite das convenções sociais que as autorizam.

O artigo em questão apresenta-nos algumas opções interessantes para nosso objeto de investigação. Em primeiro lugar, as linhas mestras do seu desenvolvimento parecem justificá-lo na linha que vimos considerando. Referímo-nos, com efeito, ao próprio objeto do artigo (as relações entre linguagem e ideologia), bem como à constatação, posteriormente proposta, de que o futuro da questão se situaria nas relações entre o indivíduo que dirige a palavra e *"aquele a quem ele se dirige, dirigindo-o"*.

Nessa linha de pensamento, verificamos que o autor, a partir de um desdobramento do conceito de Ideologia (enquanto representação social, num sentido estrito, e como sistema de atitudes e comportamentos sociais, num sentido mais amplo) pretende demonstrar que o ideológico também está inscrito na linguagem humana. Decorrente disso, considera as representações como propriedade das línguas naturais, fazendo corresponder o campo do ideológico ao espaço móvel das relações entre signo, objeto e interpretantes. Disso resulta, afirma o autor, uma aceção mais teatral do termo "representações", que passará a designar os diferentes papéis nos atos de fala (cujo desempenho caberia aos interlocutores que dele participam, através de um mascaramento recíproco).

Retomando os pontos considerados, cremos ser possível afirmar que se trata de uma visão mais específica das relações entre linguagem e ideologia. Na verdade, tomando como base a concepção de Voloshinov, pela qual se identificaria a linguagem como fenômeno ideológico por excelência, parece incongruente afirmar que o *"ideológico também se inscreveria na linguagem"*, já que, como vimos, haveria uma identidade entre os dois fenômenos. Por outro lado, o trabalho de Althusser, embora pioneiro na busca de uma sistematização do conceito de ideologia, parece cuidar antes de aspectos gerais concernentes a

esse tema, que propriamente estabelecer relações concretas linguagem-ideologia. Quer-se com isto dizer que, a despeito dos vários trabalhos já realizados sobre o assunto¹², escasseiam ainda métodos de aplicação da categoria "ideologia" ao fenômeno lingüístico.

Nessa perspectiva, talvez se possa dizer que o trabalho agora analisado apresenta, com relação às perspectivas anteriormente assumidas, uma característica principal: situa-se em um ponto de vista mais específico, sem, no entanto, parecer fugir completamente às premissas já analisadas. Vejamos se essa constatação se confirma e, em caso positivo, as decorrências que se lhe seguem. A afirmação do autor de que o ideológico se inscreve na linguagem decorre, a nosso ver, de duas perspectivas: a primeira referente à importância do conceito de ideologia, tal como o vimos analisando, para um estudo que vise a uma abordagem mais totalizante da linguagem; situando-se a segunda, ao que parece, na necessidade de uma tentativa mais concreta de aplicação do conceito de ideologia e seus decorrentes, ao fenômeno lingüístico. Daí as aplicações práticas em que se detém o autor, a partir, por exemplo, de fenômenos lingüísticos como a comparação ou o aparecimento de partículas como mas (com dois usos vinculados a duas diferentes posições do locutor com relação ao seu interlocutor) que mostram, através do intercurso de vozes, visualizado pelo autor, a acepção teatral do termo representação, enquanto jogo de papéis sociais veiculados pela linguagem. Por outro lado, considerar que o ideológico também se inscreve na linguagem, surge-nos como uma posição mais restrita com relação à concepção de Voloshinov, na medida em que se inscreve na possibilidade potencial de certos fenômenos lingüísticos. Não se quer com isto dizer que sua análise não se mostre reveladora dessa "luta ideológica", e, como tal, de grande importância na identificação dos papéis dos "agentes" da comunicação.

Na verdade, o próprio Voloshinov toma atitude semelhante ao privilegiar o discurso referido (de que trataremos adiante) como um dos fenômenos suscetíveis de mostrar com clareza a luta das vozes, onipresente na linguagem. Dizemos que a posição acima referida é mais restritiva, do ponto de vista metodológico, pelo fato de suprimir,

por vezes, algumas decorrências importantes do conceito de ideologia como o é, por exemplo, a nosso ver, a interpelação dos indivíduos como sujeitos, aparentes produtores de seu discurso. Essa noção, embora não suficientemente explicitada na obra de Althusser, parece-nos entreter estreita ligação com a problemática das vozes, em suma, do diálogo lingüístico, bem como com as noções, consideradas por Vogt, da linguagem como ação e de intenção. Ou seja, interpelados ambos, locutor e interlocutor, como "sujeitos" (fonte) de sua fala, parece explicitar-se com maior clareza a noção de linguagem como ação social (que une, separa, etc.), assim como o conceito de intenção presente em cada ato lingüístico: quem fala, fala com uma intenção determinada, visando a um "ouvinte" determinado. Ora, vimos acima que todos esses conceitos, se decodificados à luz da ideologia, não passam de alusões que iludem ou conhecimentos que implicam desconhecimentos. Sendo assim, torna-se fácil entender porque se estabelece esse mascaramento a que se refere Vogt, bem como a própria relatividade presente no processo de identificação dos interlocutores. No rastro de Voloshinov, diríamos que, tendo presente a contínua troca dialógica estabelecida na e pela linguagem, as próprias figuras de locutor e interlocutor se confundem, numa ação recíproca nascida, ao que nos parece, nessa interpelação ideológica dos indivíduos como sujeitos.

Retomando o texto de Vogt, vemos que, com a finalidade de estabelecer o que viria a constituir verdadeiramente o objeto da semântica e da pragmática, Vogt assume, a um certo momento, a distinção entre história e discurso (Benveniste). Tendo estabelecido anteriormente para a pragmática a tarefa de estudar a atividade interindividual realizada no diálogo, considerado este, por sua vez, como uma unidade fundamental da significação nas línguas naturais, o autor, considerada a referida bipartição, entrevê para a semântica o estudo da conversão da linguagem em história e para a pragmática, o estudo dos mecanismos da linguagem em discurso. Retomando a essência dessa bipartição de Benveniste, vemos que a história se configuraria como uma apresentação de fatos ocorridos num dado momento, sem a intervenção do locutor no "texto", e o discurso como uma entidade que,

além de supor um locutor e um interlocutor, supõe também a intenção do primeiro em influenciar, de alguma forma, o segundo. A nosso ver, a assunção dessa distinção história-discurso confirma nossa posição, pela qual se considera a perspectiva do autor (sempre tendo como parâmetro as concepções de Voloshinov), embora metodologicamente viabilizável de forma mais evidente, como mais restritiva com relação a posições anteriormente consideradas. Em outras palavras, a distinção história-discurso, ao considerar o primeiro membro do par como um espaço em que o locutor não está presente, sendo o discurso onde essa presença, (bem como a intenção de influenciar o destinatário), estaria marcada, parece ter sido criada, se nos atemos duplamente à teoria de Voloshinov e às concepções de Pêcheux - que veremos adiante, a partir de uma consideração simplista do duplo funcionamento lógico-lingüístico (no sentido que lhe dá Pêcheux) da linguagem. Ou seja, não parecem ter entrado em exame as representações ideológicas presentes em todo ato lingüístico (caso contrário, seria assumir a presença de uma espécie de linguagem neutra por oposição a uma linguagem ideologicamente marcada) nem tampouco a contínua troca dialógica que se estabeleceria, ao ver de Voloshinov (que temos estado a assumir), em cada ato de fala. Referimo-nos, com esses comentários, à noção de história de Benveniste, que se caracterizaria como espaço desprovido da intervenção do locutor (e portanto, presume-se, também por oposição à definição de discurso, implicando uma presença neutra do interlocutor). Ora, se nos atemos às concepções de Voloshinov, fundadas posteriormente numa conceituação de ideologia, a existência desse espaço se torna inviável, podendo a distinção em questão ser entendida apenas como um "constructo" teórico, baseado unicamente num sistema lingüístico considerado em sua relativa autonomia dos aspectos sociais (como se discutiu na parte II.4.1). No cômputo geral das contribuições do artigo de Vogt, parece-nos que a assunção da oposição história-discurso, na medida em que restringe uma noção básica com relação aos postulados até aqui considerados, sem se tornar incoerente no corpo do trabalho, restringe-lhe o objeto, e possibilidades latentes no sistema lingüístico, que, como tal, parece assumir novamente (como

também Benveniste) uma posição de relativa autonomia com respeito a aspectos sociais mais categóricos. cremos, por outro lado, que este ponto está previsto no artigo de Vogt, quando este se refere à necessidade de se passar por mediações sociais, econômicas, políticas, etc, para se efetuar a passagem entre o "autor" e o "leitor" implícitos no próprio texto e o "autor" e o "leitor" reais, historicamente identificados. De nosso ponto de vista, o que gostaríamos de mostrar através do trabalho, esta afirmação, apesar de firmemente esteada pela argumentação do autor, parece bastante radical e mais uma vez restritiva. Em outras palavras, cremos que a consideração de fatores de ordem social (e particularmente estes) não seria necessária apenas para que se efetue a passagem supra-citada (que, de resto, aparece-nos como um projeto na maioria das vezes utópico), mas também, e principalmente, para um estudo que procure ultrapassar a relativa autonomia do sistema lingüístico diante de seus condicionantes sociais. Aqui vislumbramos a figura do interlocutor como lingüística e social (uma vez que esses dois planos não se separariam), que mostra que às possibilidades latentes do sistema lingüístico (enquanto representação ideológica) unem-se outras representações, igualmente ideológicas, a dirigí-lo e a realizá-lo, ponto a que voltaremos adiante.

Enfim, vale a pena retomar a tentativa de Vogt de "reformulação" do conceito de sentido lingüístico que o identifica com a direção, conclusões e futuro discursivo do enunciado utilizado. Parece-nos que essa "redefinição", reenviando-nos a Pêcheux¹³ (quando este se refere ao fato de que as palavras, expressões e proposições não apresentam um sentido único, ligado à sua literalidade) e ao próprio Voloshinov, é suscetível de ser analisada à luz do conceito de ideologia, centralizando-se na figura do interlocutor. Ou seja, continuando em nossa linha de pensamento, importariam menos as relações entre o lingüístico e seu referente, que a compreensão surgida a cada nova situação de emprego dos signos. E a isso parece estar estreitamente ligada a figura do interlocutor, concebida aqui, a nosso ver, num sentido mais amplo que o de simples virtualidade lingüística.

NOTAS

1. Para Althusser, formação social é um todo complexo estruturado "em dominância". Esse todo tem como base a unidade particular das seguintes instâncias: a estrutura econômica (base) e as superestruturas política e ideológica, articuladas na forma de uma determinação recíproca, desnivelada graças ao fato de ser governada pela determinação "em última instância", pelo econômico. O econômico, com efeito, é sempre determinante, mas nem sempre dominante, na medida em que há condições importantes de existência de uma formação social que não são necessariamente econômicas. Enfim, para Althusser, são as superestruturas as condições essenciais da existência da formação social, o que torna necessário não só levar em conta a eficácia causal real destas, como o fato de não ser o econômico o único determinante, não obstante seu papel de destaque.
2. No ensaio sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, Althusser define-os como *"um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas"*, servindo à reprodução da ideologia dominante (razão por que são considerados "de Estado"). Distinguem-se do Aparelho Repressivo, na medida em que são múltiplos, atuando preponderantemente pela veiculação da ideologia (tendo, portanto, uma autonomia relativa em relação ao Estado), enquanto aquela é uno, tem unidade de comando e atua preponderantemente por meio da coação e da violência. Não obstante a especialização que distingue os Aparelhos Ideológicos de Estado do Aparelho Repressivo, assim como este, por vezes, recorre à ideologia, aqueles têm também suas formas de coação e de violência.
3. Alusão à metáfora marxista de "edifício".
4. Isso não exclui o reconhecimento da materialidade específica da ideologia, que a faz incidir também no plano concreto e não apenas a nível do imaginário.
5. Lembramos que não as estamos assumindo, mas tão somente com elas trabalhando.

6. O uso do termo "intersubjetivas" só seria aplicável a uma fase posterior, quando se poderia pensar em reunir, novamente, no interior de uma comunidade, indivíduos porventura considerados separadamente, após ter negligenciado a natureza social de sua origem e formação.
7. Dizemos não ser inteiramente nova, na medida em que não se deveriam esquecer trabalhos anteriores, que demonstram um interesse semelhante pela linguagem. É o caso, por exemplo, de Whitney (1827-1894) que, no século passado, opondo-se a Schleider e a Max Möller, teorizava a propósito da língua, considerada antes como um fato social que como uma propriedade biológica do homem. Com efeito, partindo da idéia de que o desejo de comunicação representa a causa que contém em germe toda a história da linguagem, Whitney chega à constatação de que a linguagem não é um poder, uma faculdade, o exercício imediato do pensamento, mas sim o produto mediato desse pensamento, um instrumento. Percebendo já a importância da situação no processo de comunicação, o autor vislumbra como realidade lingüística não o som articulado e isolado que, num certo sentido, poderia ser considerado como um produto físico, mas o que chama de "som significante do pensamento"; e o produto seria um sistema de sons com um conteúdo inteligível.
8. Ponto que apresenta uma ligação com a teoria de Voloshinov, na medida em que se propõe um estudo histórico de enunciados, a fim de se poder igualmente situar os seus desenvolvimentos posteriores.
9. Como o provaria, também classicamente, o exemplo da língua e sociedade russas, antes e após a revolução.
10. Visão pela qual se assumiria a pertinência teórica de questões como: Este enunciado é apropriado a esta situação? Não seria ele fora de propósito? Que atos de linguagem ele permite realizar? Que reação ele exige do interlocutor? Quais as intenções do locutor ao produzi-lo? etc.
11. Num estágio posterior, segundo Vogt, talvez se pudesse pensar nas formas de interação, de determinação recíproca destes domínios de representação simbólica e chegar a uma "macrossintaxe das línguas

naturais".

12. Na área lingüística, particularmente os voltados para a Análise do Discurso.

13. A cujo trabalho faremos referência no Capítulo IV.

CAPÍTULO III

RETÓRICA E INTERLOCUTOR

A trajetória de nossa exposição, baseada no pensamento de autores que se detiveram mais aprofundadamente sobre o aspecto social da linguagem, vem-nos mostrando algumas características dessa entidade, concebida de um modo determinado: materialidade específica da ideologia, (pensamos em Althusser), e fenômeno ideológico por excelência para Voloshinov, a linguagem se define, desta vez, com referência à organização social dos participantes, de seus atos, bem como em relação às condições imediatas de sua interação. Essa posição, encontrada também em Rossi-Landi de forma semelhante (através de sua noção de mercado lingüístico), reenvia à concepção que identifica linguagem a ideologia, na medida em que, assumindo-se que todo fenômeno ideológico tem um significado ("semiótico", para Voloshinov), deve-se também considerar que esse fenômeno produzirá um efeito semiótico, grosso modo, sobre a comunidade (de características sociais marcadas) em que se originou e a que se destina. Com efeito, a assunção da existência de um significado para o signo ideológico é de fundamental importância para uma teoria lingüística que se vincula, de certa forma, a uma teoria das ideologias, uma vez que a natureza desse significado está estreitamente ligada a uma concepção ativa de linguagem. Senão vejamos. Se o fenômeno ideológico tem por função refletir e refratar os fatos reais (os fatos de infra-estrutura) e se cada ideologia particular (ligada a um Aparelho Ideológico de Estado) desempenha determinada função, que nos remete, em última análise, à função primeira de reprodução das relações de produção, então o significado de um signo ideológico está diretamente ligado à função dialética de mascaramento/desmascaramento dos fatos de base. Aceitar isso implica, portanto, aceitar uma função ativa do signo ideológico e, por conseguinte, da linguagem enquanto fenômeno ideológico privilegiado. Caso contrário, negar-se-ia a reação semiótica ideológica que os signos verbais (mantendo-se a concepção de sua característica ideológica por

excelência) produzem no âmbito social de um grupo de falantes/ouvintes, como os vimos concebendo até aqui.

Cabe, no entanto, a retomada de alguns pontos essenciais a respeito da vinculação entre linguagem e ideologia, para uma melhor apreensão do fenômeno lingüístico da intervenção do interlocutor na fala do locutor e as decorrências que se lhe seguem. Primeiramente, lembremos com Voloshinov, a obrigatoriedade da presença de um interlocutor na produção de cada ato lingüístico. Obviamente implica esse fato não apenas a importância dessa categoria, como também a influência exercida por ela com relação à fala do locutor e, por conseguinte, à própria linguagem. Em segundo lugar, será útil retomar dois pressupostos básicos ligados ao conceito de Ideologia. Referimo-nos ao problema do conhecimento/desconhecimento (alusão/ilusão) propiciado aos indivíduos pelo fenômeno da ideologia, bem como ao fato de que os indivíduos seriam interpelados como sujeitos por esse mesmo fenômeno. Essas duas noções veiculadas pela prática ideológica, ao mesmo tempo que remetem novamente a um conceito de ação (presente na própria ideologia enquanto materialidade e reduto da luta de classes), reenviam, por outro lado, para uma provável noção decorrente: a manipulação. Acompanhemos o processo, tentando estendê-lo a nosso objeto de investigação: se o fenômeno ideológico fornece aos indivíduos elementos de reconhecimento da realidade (vinculados, como vimos, às "relações reais" entretidas pela ideologia) numa função de desvelamento, por outro lado ele os esconde, revelando-os antes como efeitos de desconhecimento que de conhecimento. Da mesma forma, ao operar sua interpelação dos indivíduos, a ideologia os faz acreditar serem eles a fonte de seus atos, ao mesmo tempo que os revela sujeitos a uma ou várias práticas ideológicas, ligadas à função primeira da ideologia. Tendo em vista o exposto, o que ocorreria com a linguagem? Se a considerarmos fenômeno ideológico por excelência, não fica difícil perceber que o processo é semelhante. Constituindo-se como possível processo de tramitação de conhecimentos e informações (a que se ligaria a função de desvelamento ideológico) a linguagem teria essa função relegada diante de um papel mais forte, ligado ao desconhecimento ideológico e

que a configuraria antes como um processo de interação verbal (ligado obviamente, a seus participantes) socialmente configurado, que como um instrumento de transmissão de conhecimentos. Ora, vimos na primeira parte do nosso trabalho, que a categoria de interlocutor, constituindo também um bom ponto de ataque do problema, configura-se como um dos aspectos centrais da troca dialógica e da direção a ela imposta, vinculando-se estreitamente à questão da interpelação ideológica. Diante disso, e voltando ao ponto inicial da presente discussão, há que se considerar dois importantes aspectos: a linguagem como ação e a linguagem como manipulação, ligados à figura do interlocutor. Em suma, trata-se de investigar agora qual o estatuto da ação lingüística, bem como a existência ou não de uma manipulação pela linguagem, além de sua caracterização.

A concepção de linguagem como ação, bem como o provável conceito decorrente de manipulação, está, no entanto, longe de ser uma aquisição moderna, podendo ser remetida à Antigüidade Clássica, e aos primeiros escritos sobre Retórica. Essa perspectiva de retomar a Retórica Clássica tem permeado com freqüência estudos lingüísticos modernos (particularmente os ligados à semântica não-formal e à análise do discurso), com o fito de se obter uma reavaliação dos aspectos interindividuais da linguagem, no que esta possibilita uma ação direta do falante sobre o ouvinte ou, se quisermos usar termos mais próximos da proposta aristotélica, em seus aspectos persuasivos.

No que se refere ao nosso objeto de estudo, e sempre tendo em vista a perspectiva inicialmente assumida, parece particularmente interessante a retomada de aspectos lingüísticos e/ou ideológicos¹ da Retórica Clássica, bem como de seus desdobramentos em teorias recentes, como, por exemplo, a teoria mais famosa a esse respeito: a Nova Retórica de Perelman, constituída, sobretudo, no fato de atribuir uma categoria temporal e introduzir uma noção de totalidade no fenômeno retórico.

III.1. A Retórica Clássica: Aristóteles

Como bem o acentua Ducrot (1973), o surgimento da Retórica enquanto disciplina específica, marca o primeiro testemunho, na tradição ocidental, de uma reflexão sobre a linguagem. Configurando-se assim, em seus primórdios, sobretudo como uma técnica que deveria permitir a quem a dominasse atingir o alvo desejado (dentro de uma situação discursiva), a Retórica caracterizava-se por apresentar um caráter pragmático: convencer o auditório da justeza de uma causa. Mas como ainda lembra Ducrot (op. cit.), o conhecimento das propriedades do discurso é uma condição para torná-lo mais eficaz, do que decorre representar a obra de Aristóteles um corpo de saberes, categorias e regras, *"do qual, na verdade, apenas uma parte diz respeito ao que consideramos hoje como o domínio do 'lingüístico'"* (op.cit.).

De nossa parte, insistimos, move-nos duplo interesse. Em primeiro lugar, retomar alguns princípios básicos da Retórica Clássica, com vistas a lançar algumas luzes sobre um trabalho lingüístico centrado na figura do interlocutor, particularmente no que toca às noções de ação lingüística (e à potencial manipulação pela linguagem). Paralelamente, retomando o que diz Ducrot quanto ao que seria o que hoje se chama domínio lingüístico na Retórica Clássica, seria útil, ao que nos parece, investigar o seu alcance. Em outras palavras, respeitadas as limitações de apreensão do "clima de opinião" que circunda a época de Aristóteles, trata-se, ao nosso ver, de investigar quais elementos de sua obra seriam hoje suscetíveis de permear um estudo lingüístico que contenha as preocupações que vimos arrolando.

Em nossa perspectiva, da leitura da Retórica de Aristóteles (s.d.), bem como de alguns estudos posteriores sobre ela, partilhamos com Osakabe (1979) a idéia de que um dos melhores critérios de interpretação seja o da escolha dos temas que nelas se consideram fundamentais. Segundo Aristóteles, a Retórica é a faculdade de descoberta do que é persuasivo, opondo-se a outras ciências que comportariam, ao mesmo tempo, coisas próprias do ensino e à persuasão, ou seja, apenas a Retórica se ocuparia exclusivamente da persuasão.

Com respeito ao aspecto lingüístico que possibilita "o persuadir" (como veremos, há outros aspectos que o determinam), talvez seja útil uma breve referência às diferentes posições mantidas por Platão e Aristóteles com relação à linguagem. Platão (1972), baseado em sua concepção de existência das Idéias (puras e imutáveis), via na linguagem, constituída como forma contingente e degradante do comportamento humano, uma distorção dessas Idéias, ao passo que Aristóteles concebia a linguagem como a dimensão própria do homem, melhor definidora de sua essência que o uso da força. Daí decorrem as diferentes posições mantidas por esses filósofos com relação à Retórica. Platão entendia o ato de falar como um compromisso com a verdade, filiando-se essa concepção ao fato de que nenhuma ficção persistiria diante das Idéias, consideradas como "realidades vivas". Assim, admitia duas espécies de Retórica: uma reveladora das essências (tendo, portanto, a verdade como condição) e outra como simples produtora de aparências. Aristóteles, como já vimos, considerava o objetivo da Retórica a descoberta (especulativa), do que, em cada caso, é próprio para persuadir, situando sua base no verossímil.

Pela leitura da Retórica de Aristóteles, fica claro que apenas a fala do locutor, tomada como uma forma de ação específica e particular de persuadir, é objeto da atenção do filósofo, pouco importando a possível função dessa fala como reveladora de conhecimento do mundo. Dessa maneira, fica fácil depreender que a relação fundamental entre orador e ouvinte, do ponto de vista aristotélico, constitui-se antes como uma relação de ação verbal orientadora que de transmissão de informação. Vale retomar, com vistas a esse ponto, as diferentes concepções, aristotélica e platônica, sobre o discurso, uma vez que a ele é atribuída a "produção de persuasão", *"quando fazemos aparecer o verdadeiro e o verossímil daquilo que cada tema comporta de persuasivo"*. Platão concebe a participação do emissor e do receptor da mensagem como fechada. O que o leva a duas afirmações: qualquer concessão porventura feita ao ouvinte, teria objetivos de adulação e, por outro lado, a intervenção do orador redundaria em uma imposição descabida de um ponto de vista. Já para Aristóteles, orador, ouvinte

e assunto são concebidos como realidades indissociáveis, determinantes da mensagem global, de tal maneira que se poderia falar em uma função interpessoal dominante no sistema retórico. Da mesma maneira, poder-se-ia afirmar que o domínio da Retórica ultrapassa o da oratória, estendendo-se a todas as formas discursivas que têm finalidade persuasiva, já que, tendo o verossímil como valor-chave na persuasão, erige o homem (enquanto detentor de crenças compartilhadas por seus semelhantes) como o centro do sistema retórico e o patrimônio cultural comum (ou seja, regras sancionadas por toda a comunidade) como suas premissas.

Vejamos como se articulam as figuras de locutor e interlocutor através dos temas propostos pela Retórica aristotélica. São consideradas em sua obra como "provas técnicas" (*"aquelas que podem ser fornecidas pelo método e pelos nossos meios pessoais"*) três elementos distintos, aproximados pelo próprio ato de discurso: "o caráter do orador", "as disposições onde se situa o ouvinte" e "aquilo que o discurso demonstra ou parece demonstrar", elementos que, como vimos acima, mantêm estreita ligação entre si. Com relação ao caráter do orador, o autor ressalta que, colocado em ação pela fala, constitui o único meio válido para que se possa atingir o fim de persuadir. Concebido, a uma só vez, como agenciador político e mestre do raciocínio, o orador existirá, para Aristóteles, apenas na e pela ação, correspondendo sua criatividade à habilidade para chegar à persuasão sobre fatos circunstanciais. Como bem o acentua Osakabe (op. cit. 1979), não se teria aqui apenas o caso de uma demonstração não interessada, mas sim uma argumentação engajada.

Quanto ao papel do ouvinte (que, como se verá adiante, representa um dos critérios para a diferenciação dos gêneros da Retórica), caminha lado a lado com o do orador. Isto é, sua disposição é suscetível de produzir a persuasão a que visa o discurso, quando este, por sua vez, é suficiente para lhe suscitar uma paixão. A terceira espécie de provas técnicas, caracteriza-se por apresentar um valor de verdade demonstrativa (e não de verdade absoluta, como quer Platão). Isto é, apresentando-se como uma ação que visa ao ouvinte, e

tendo esta ação como alvo a persuasão, o discurso somente será eficaz se revelar o caráter do orador e chegar a tornar o ouvinte disponível à persuasão, sendo fundamental a habilidade do orador em demonstrar o objeto do discurso.

Como vemos, apresenta-se a teoria aristotélica com elementos de tal forma vinculados que cada um deles mantém íntima dependência com os demais. Este fato torna-se ainda mais perceptível quando se passa para a definição e caracterização dos gêneros: o deliberativo, o jurídico e o epidítico. Com efeito, caracterizando-os com base no critério do persuasivo e na noção de politicidade, a Retórica os define segundo três elementos primordiais: o ouvinte, os fins e o tempo, que também se apresentam como interdependentes. Estabelece-se uma cadeia de implicações, iniciada por um tipo definido de ouvinte (que implica um tipo definido de fim) e concluída por um tipo específico de discurso (cujo tema se situa num tempo determinado). Com relação aos tipos de ouvinte (fator que constitui o elemento essencial na definição dos gêneros), distinguem-se três: aquele que julga o passado (ligado ao gênero judiciário); aquele que se pronuncia sobre o futuro (gênero deliberativo) e o ouvinte que se pronuncia sobre o talento do orador (gênero epidítico). Somente a este é negada a função pública, na medida em que sua ação é de simples expectador. Dirigindo-se a esses três tipos de ouvintes, o orador pode acusar ou defender, aconselhar ou desaconselhar, fazer o elogio ou a crítica, respectivamente. Por outro lado, quanto aos fins, segundo elemento definidor dos gêneros, Aristóteles distingue três espécies: o justo e o injusto; o útil e o prejudicial; e o belo e o feio. Em último lugar, o tema se caracteriza segundo o tempo a que se refere: o tempo passado é o tempo daquilo que o ouvinte deverá considerar como justo ou injusto; o futuro refere-se àquilo que o ouvinte deverá considerar útil ou prejudicial, e o presente é o tempo a que pertencem principalmente os acontecimentos sobre os quais o orador apresenta críticas ou elogios.

Outro elemento importante refere-se ao critério fundamental da demonstração, o qual, uma vez mais, apresenta estreitas liga-

ções com o problema do ouvinte (e, claro, do orador). Segundo Aristóteles, reside tal critério, primordialmente, na posse de provas que possam conduzir o ouvinte à concordância com a "verdade" daquilo de que fala o orador (apud Osakabe (op. cit.): o discurso é persuasivo por parecer *"demonstrativo por razões persuasivas e dignas de crença"*. As provas ao alcance do orador pertencem a dois grupos principais: as provas extra-técnicas, que independem do discurso (como, por exemplo, testemunhos, confissões obtidas sob tortura, escritos e outros elementos semelhantes) e as provas técnicas, que, como vimos acima, são o caráter do orador, a disposição dos ouvintes e o próprio valor demonstrativo do discurso. Como é fácil inferir, as provas extra-técnicas não merecem a atenção de Aristóteles na Retórica. Já às provas técnicas são atribuídos dois tipos de raciocínio: o exemplo e o entimema, correspondendo o primeiro à indução, e o segundo definindo-se como uma espécie de silogismo. Ambas as espécies de raciocínio exibem uma generalidade estreitamente ligada à generalidade dos temas aos quais se referem, uma vez que a persuasão não se refere ao que crê um indivíduo mas ao que é provável para os homens. Dessa forma, raciocinando apenas sobre premissas prováveis, o exemplo parte geralmente da experiência (ou seja, do que se pressupõe seja mais conhecido pelo ouvinte, e, além disso, aceitável e válido), enquanto o entimema tem a maior parte de suas premissas fundada no verossímil e no índice, os quais, por sua vez, se fundam nas relações entre o que deve ser demonstrado e o que é, provável ou necessário. O fato de não se utilizarem senão em grau reduzido as premissas necessárias (nos entimemas) diz respeito ao fato de que, tendo o ato do orador finalidade prática na vida do estado, as circunstâncias têm um papel dominante em seu discurso. Ou seja, a verdade dos discursos não é tomada como absoluta. Daqui decorre a diferença fundamental entre o silogismo (próprio da Dialética) e o entimema (próprio da Retórica), baseada na sua ocorrência e finalidades: assim, enquanto o primeiro exige uma explicitação clara de todas as suas proposições, o segundo, uma vez que a logicidade encontrável na argumentação é apenas uma logicidade com fim determinado, não faz qualquer exigência quanto a isso.

Quanto às premissas comuns aos três gêneros, aspecto esse ligado à questão do orador e dos ouvintes, o autor situa-as naquilo que chama de "lugar". Mas, para que o orador possa cumprir com eficácia sua tarefa, tendo em vista a diferença entre os gêneros, é importante que transcenda a simples função dos "lugares" e procure premissas específicas, a que Aristóteles denomina "espécies"². Há três tipos gerais de "lugares": o do possível e do impossível; o do existente e do inexistente, ligados à questão da temporalidade; e, finalmente, o lugar da amplificação e da depreciação, caracterizado como o lugar do relativo. Aristóteles acentua com relação a este último que, pronunciado numa sociedade, sob certas condições históricas, o discurso do orador, concebido como uma ação política, só deve procurar suas premissas naquilo que essa sociedade e essas condições históricas colocam à sua disposição, enquanto verdades válidas em um dado momento. Daí o fato, que também serve para distinguir o discurso do orador do discurso do cientista, de que a logicidade das categorias de que são formados os lugares, exige do orador antes exercício de raciocínio que propriamente um conhecimento efetivo do mundo.

Finalmente, no que toca a nossos interesses específicos, Aristóteles, abordando o tema das espécies (definidas como premissas específicas), trata mais uma vez do problema do conhecimento objetivo do mundo. Isto é, caracterizando as espécies como ligações entre as premissas circunstancializadas e as premissas gerais, ele concebe o conhecimento do mundo como espécie da qual o orador se serve para sua argumentação (daí, novamente, a diferença entre o discurso do orador e o discurso do cientista). Isso leva o filósofo a enunciar um tipo de princípio geral, de que o orador se poderia valer, segundo o qual o que serve é útil, o que é útil é bom e o que é bom conduz à felicidade. Da mesma maneira, são as circunstâncias, habilmente retomadas pelo ponto de vista do orador, que vão permitir decidir (ou seja, influir na disposição dos ouvintes) sobre o que é justo ou injusto, ou sobre o que é menos ou mais justo (isto é, sobre a eficácia do próprio discurso).

III.2. *Elementos da Concepção de Interlocutor a Partir da Retórica Clássica*

A simples leitura da Retórica aristotélica nos autoriza a atribuir um peso fundamental ao interlocutor na atividade lingüística. Lembremo-nos de que Aristóteles demonstra que as provas "técnicas", a saber, o caráter do orador, as disposições do ouvinte e o assunto, estão intimamente interdependentes. Passaremos agora à revisão da questão do ouvinte na Retórica, a partir de dois pontos de vista que consideramos fundamentais: o primeiro refere-se à concepção de homem e de linguagem subjacentes ao sistema retórico e o segundo configura-se como a formulação explícita desses elementos na própria teoria da Retórica, estando tais fatores estreitamente ligados. A concepção de homem e de linguagem que subjaz ao sistema retórico, diz respeito, essencialmente, a diversos aspectos. A linguagem, pelo que se pode depreender, é considerada como dimensão própria do homem, em detrimento de outras características que, igualmente, poderiam ter sido consideradas (como o uso da força, por exemplo). Por outro lado, o homem é concebido como ser detentor de crenças compartilhadas por seus semelhantes, portanto, como um ser de características sociais específicas. Daí decorrem duas constatações fundamentais, presentes no sistema retórico: o compromisso da linguagem com o verossímil e a importância da circunstancialidade na decisão dos fins (justo ou injusto, mais justo ou menos justo, etc.). Ora, nessa perspectiva de análise, com referência aos "valores" subjacentes à Retórica, podemos ainda considerar a questão do conhecimento efetivo do mundo e sua provável transmissão. Se o homem, concebido como detentor de crenças compartilhadas por seus semelhantes e possuidor da linguagem como sua dimensão própria, características essas que o colocam antes diante do verossímil e da circunstancialidade que da verdade absoluta, configura-se como o centro do universo retórico, é fácil deduzir que, para Aristóteles, a fala teria uma função primeira diversa da transmissão de conhecimento. Da mesma maneira, situar-se-ia o aspecto do patrimônio cultural com relação ao conhecimento efetivo do mundo: do pri-

meio se retirariam as premissas relativas aos raciocínios (e estes aos gêneros) retóricos, deixando-se ao segundo a função de "espécie" a serviço de uma argumentação.

Podemos então inferir, a partir da concepção de homem e de mundo subjacentes à Retórica, em primeiro lugar, a existência de alguns conceitos absolutos dos quais decorreriam o caráter relativo que pervade a teoria. Em outras palavras, parece-nos ser a constatação da presença de uma característica própria do homem (a linguagem), aliada à sua natureza de ser social (detentor de crenças compartilhadas por seus semelhantes), o aspecto que gera a relatividade dos demais conceitos: o compromisso lingüístico com o verossímil e a importância da circunstancialidade e do patrimônio cultural em relação a um conhecimento estático do mundo. Seria, portanto, a partir de conceitos "estáveis" sobre a natureza humana que Aristóteles faz decorrer a importância do momento e da circunstância na argumentação retórica. Se isso puder ser comprovado, diremos, talvez sem novidade, que seus conceitos se encontram bem próximos dos conceitos que procuramos demonstrar para a validade de nossa abordagem de figura do interlocutor.

Passando ao segundo fator, a concepção de homem e linguagem na própria articulação do sistema retórico, encontramos a concepção de homem presente nas provas técnicas, mediante os títulos de "caráter do orador" e "disposição do ouvinte". Quanto à linguagem, configura-se como o terceiro tipo de prova técnica, encontrável como "aquilo que o discurso demonstra ou parece demonstrar". Verifica-se, neste segundo nível, como já foi apontado, que os três tipos de provas técnicas (os dois primeiros relativos à concepção de homem, o terceiro à de linguagem), encontram-se em estreita ligação, de tal forma que não se poderia tratar de um sem ter os demais em consideração. Em outras palavras, demonstrando aqui, praticamente, a relação de interdependência dos elementos analisados separadamente acima (homem-linguagem), Aristóteles caracteriza o primeiro através das figuras do orador e do ouvinte, considerados ambos não somente como membros de uma determinada comunidade (e, portanto, manifestando crenças comuns

ou compartilháveis), mas também como detentores de uma função pública (com exceção do ouvinte do gênero epidítico), do qual procuraremos falar mais adiante. Em suma, parece ser levada às últimas consequências a função social dos participantes, premissa a que se aludiu acima como uma das características humanas estáveis (sua função social).

Vejamos então. Ao analisar o caráter do orador, o autor, ressaltando-lhe a necessidade de atuar, ao mesmo tempo, como agenciador político e como mestre do raciocínio, atribui-lhe existência apenas na e pela ação e criatividade, na proporção exata de sua habilidade em levar à persuasão sobre fatos circunstanciais. Ao orador, portanto, caberia a função de suscitar paixões nos ouvintes, com a finalidade exclusiva de levá-los à persuasão com relação aos elementos contidos no discurso. Ora, a eficácia desse orador, definida em primeiro lugar com referência à sua ação, mostra inteira dependência das disposições assumidas pelos ouvintes, bem como da própria eficácia demonstrada pelo discurso. Por outro lado, estaria no poder do orador a possibilidade de controle dessas variáveis desde que este tenha em mente as circunstâncias e o patrimônio cultural (o provável) a que atribui o objeto de seu discurso. Dessas considerações parece de correr o seguinte: na Retórica aristotélica, embora se interliguem estreitamente as noções de orador, ouvinte e assunto, a elas parecem ser atribuídas funções diferentes. Ou seja, ao orador, enquanto elemento suscetível de controlar os dois outros elementos, caberia uma função mais ativa, em detrimento, por exemplo, dos ouvintes, aos quais se atribuiria somente a faculdade de terem suas paixões suscitadas (pelo orador, mediante o discurso). Poder-se-ia, neste caso, atribuir ao ouvinte uma função menor na Retórica? Ou, por outro lado, será o caso de pensar no sistema retórico como simples esquema de manipulação, originário da figura do orador e totalmente atualizável pela linguagem?

Sigamos um pouco mais nos comentários feitos por Aristóteles para tentar responder a essas questões, fundamentais para o que nos interessa. Referindo-se ao discurso, diz a Retórica ser o seu valor de verdade, um valor de verdade demonstrativa, aspecto ligado à

existência das provas, cuja função seria levar "o ouvinte a concordar com a "verdade" daquilo que fala o orador. Haveria, assim, três espécies de discurso, já referidos, definidos a partir de três critérios, um dos quais o próprio ouvinte, juntamente com os fins e o tempo. Os raciocínios pertencentes aos diferentes gêneros, exemplo, entimema, partem, respectivamente, da experiência e do verossímil. Ou seja, as premissas de que se serve o discurso do orador somente podem ser buscadas, considerando que este é pronunciado em circunstâncias históricas específicas, naquilo que a sociedade e as condições históricas colocam à disposição, enquanto verdades válidas em um dado momento.

Retomando a questão do ouvinte, verificamos desempenhar ele (ou as suas disposições), além da função de prova técnica, a de critério para definição dos gêneros. Confirma-se, portanto, descritivamente, a sua importância no sistema retórico, enquanto passível de produzir a persuasão pretendida pelo discurso do orador, se este, fazendo uso de artifícios particulares, suscitar-lhe as paixões. Por outro lado, confirma-se também sua função pública e, portanto, o aspecto social (político) do discurso retórico. Isto não parece ainda suficiente, no entanto, para responder às questões acima consideradas: a categoria de ouvinte é de menor importância na Retórica e, desta poderia ser dito configurar-se como um sistema de manipulação, posto em prática pela linguagem?

Julgamos mais prudente, a fim de responder interpretativamente a essas questões, reconsiderar o assunto a partir de um ponto de vista fundamental: a linguagem. Vimos, no primeiro nível da análise, configurar-se ela como dimensão própria do homem (aspecto "estável", juntamente com o aspecto social), enquanto, no segundo nível, está estreitamente ligada à concepção de homem (traduzida pelas categorias de orador e ouvinte), aparecendo numa relação íntima com o verossímil e com a circunstancialidade. A partir disso, lançamos a seguinte hipótese: tendo em vista que Aristóteles, fazendo uso de concepções estáveis com relação ao homem e à linguagem, faz delas decorrer categorias relativas, ligadas tanto à circunstancialidade (histórica), quanto ao provável e ao verossímil (retirados ao patrimônio cultural

e, portanto, também determinados sócio-historicamente), poder-se-ia dizer que, embora ao orador pareça ser atribuída uma posição de "comando" dos demais elementos (admitindo-se, com isso, uma possível manipulação), a posição do ouvinte se lhe equivale através do próprio conceito proposto de linguagem (de discurso retórico). Em outras palavras, se nos é permitido assim dizer, ainda que na Retórica, o destinatário pareça ser tratado antes como ouvinte que como interlocutor, surpreende-se já a importância lingüística dessa categoria, na medida em que, tendo em vista a realidade histórico-social desse ouvinte, o orador deve adequar seu caráter e seu discurso (concebido, então, como escolha e desenvolvimento de certas premissas) a essa realidade. Assim, podem-se fazer daí decorrer duas constatações básicas: a linguagem, dimensão própria do homem, é condicionada por usos sociais e, por outro lado, os interlocutores, enquanto seres participantes de realidades sociais específicas, também fariam parte, enquanto provas técnicas, do discurso retórico, ou seja, do discurso que visa à persuasão. Ora, como o propôs acertadamente Aristóteles, se se considera, a um certo momento, a linguagem como característica própria do homem e o homem como um ser de características sociais dominantes, então deve-se considerar que o caráter ativo da linguagem permeia a maior parte dos discursos, observação esta que poderia ser transposta sem grandes empecilhos para análises lingüísticas atuais. Se isso é verdade, então a categoria de interlocutor, mediada por essa concepção de linguagem, encontra sua importância fortalecida. Mas, voltando à Retórica, dizíamos que, através da visão particular de linguagem apresentada, parece possível afirmar que a categoria do ouvinte, embora apresente função diferente da de orador (por se estar tratando de discursos específicos, ligados a uma época historicamente marcada), tem igual importância, na medida em que, adequando as premissas do discurso à circunstancialidade social do ouvinte (através da linguagem), o orador estaria (embora não se possa dizer ouvindo-o) considerando-o. Resta, no entanto, responder ao aspecto da manipulação, possivelmente presente no sistema retórico através da função específica do orador. Trata-se de um aspecto delicado. Interessa-nos, no entanto, conside-

rá-lo, uma vez que nos guiam algumas linhas de análise bastante específicas (problema da ideologia). Gostaríamos de não correr o risco de transpor um conceito moderno a uma época histórica de que não temos conhecimentos suficientes. Entretanto, procuraremos demonstrar a atualidade das concepções lingüísticas apresentadas na Retórica - a linguagem ligada a uma função social, representada pela relação ora dor-ouvinte e a conseqüente interação de ambos, traduzida no discurso.

O que nos levaria a pensar em manipulação? Sem dúvida, a função do orador (agenciador político e mestre do raciocínio), capaz de suscitar paixões nos ouvintes, visando a persuadí-los com relação à "verdade" dos elementos do discurso. Em outras palavras, ao ou vinte restaria ter suas paixões suscitadas ou não, pelo orador. No ca so negativo, pareceria caber tão somente ao orador a responsabilidade pois ele teria supostamente sido inábil, "construindo" ineficazmente seu discurso. Ora, isso nos leva a pensar em uma manipulação provin da da ação do orador visando à figura do ouvinte.

Baseados em dados que vimos arrolando, cremos ser arriscado falar em manipulação pura e simples, uma vez que isto implica em assumir uma má fé por parte do orador, ou seja, implica em desacreditar completamente a validade das premissas utilizadas. Mais uma vez, para nós, a intervenção de uma concepção particular de linguagem (ligada à do homem como detentor de crenças socialmente compartilhadas) parece impedir que se pense em manipulação. Ou seja, concebida de forma subjacente como entidade social, e na prática como discurso que retira suas premissas das circunstâncias sociais em que se insere, a linguagem no sistema retórico, embora não tendo uma função primordial de transmissão de conhecimento, não pode ser dita encobrir (no sentido de mascarar) de forma unívoca a "realidade" de que trata o discurso. Isto porque, a nosso ver, partindo de elementos circunstan ciais da realidade partilhada pelo orador e ouvintes e visando não sim plesmente ao indivíduo mas, temos tentado demonstrar, aos homens, num determinado momento, a linguagem retórica não mascara pura e simplesmente a realidade, mas dela se utiliza para provocar a persuasão, seu fim último. Por outro lado, servindo-se dessa realidade partilhada

por orador e ouvintes (levada a seu "extremo" quando se pensa na função pública dos ouvintes e na ação política do discurso retórico) para levar à persuasão, a linguagem do discurso retórico não poderia ser dita uma entidade neutra, o que é comprovado pelo simples fato de não apresentar ela, como função primeira, a transmissão objetiva de conhecimento do mundo³. Ora, essas constatações parecem levar-nos a uma decorrência básica: a linguagem no discurso retórico reveste-se de dupla função: a de "mostrar" o discurso, mostrando-se através da alusão constante à circunstancialidade histórica - partilhada por orador e ouvintes - e de velar esse discurso, na medida em que, partindo da circunstancialidade referida, vela-a para poder chegar à persuasão. Uma coisa, pelo menos, parece certa: a Retórica aristotélica não apresenta certas características que lhe são atribuídas no desenvolvimento histórico de "manuais" de retórica, como, por exemplo, o de Fontanier e mesmo o trabalho de Dubois. Ou seja, nada leva a crer que o sistema da retórica clássica conceba uma reificação da linguagem em si e por si. Com efeito, parece ter sido a consideração equivocada desse aspecto o que levou vários autores a ver na retórica a arte da aplicação pura e simples de figuras de linguagem com o fim de manipular as paixões dos ouvintes. Em outras palavras, a noção de manipulação enquanto ligada ao sistema retórico parece antes provir de uma falsa interpretação dos temas desenvolvidos por Aristóteles - o que teria como fonte o fato dos seus interpretadores se terem concentrado apenas na parte contingente da retórica, isto é, a que trata da articulação dos elementos no discurso retórico - e do desconhecimento das noções a eles subjacentes. Nessa perspectiva, a categoria de ouvinte perderia importância, sendo relegada a um plano dominado pela ação do orador (enquanto hábil manipulador de figuras). A confirmar o que dissemos sobre os interpretadores de Aristóteles, temos a definição das figuras como elementos perfeitos em si mesmos, cujo uso puro e simples seria já uma razão de persuasão. Certamente não é essa a teoria de Aristóteles, que situando-se em uma concepção particular de homem e de linguagem, mereceria uma reavaliação de seus aspectos lingüísticos. Com efeito, a partir das considerações acima, talvez se

possa afirmar que, embora grande parte dos estudos lingüísticos atuais não se preocupe com certas noções esboçadas na Retórica (linguagem como ação, exercida socialmente, em circunstâncias particulares, etc.), assumindo uma perspectiva de linguagem como sistema em si, sem vinculações com a sociedade, há já certos estudiosos que tentam fazer dessas noções seu ponto de partida, fato que nos leva a considerar a afirmação de Ducrot, citada no início do capítulo, passível de reformulação.

III.3. A Nova Retórica: Perelman

Tendo em vista a reavaliação que temos estado a fazer a respeito da contribuição da Retórica para a comprovação da concepção de linguagem que vem sendo considerada, passaremos agora à análise de algumas proposições de uma teoria que se apresenta como reaproveitando criticamente a Retórica aristotélica, visando a uma moderna teoria (filosófica) da argumentação. Referimo-nos aos estudos de Perelman, cuja característica principal consiste numa tentativa de aplicação da categoria da temporalidade aos princípios da Retórica Clássica, bem como a assunção da totalidade representada pelo discurso retórico. Examinaremos os seguintes trabalhos desse autor: "De la temporalité comme caractere de l'argumentation" (1970) e L'empire Rhétorique (1977). Deve-se a escolha desses dois trabalhos à sua representatividade, ligada, no primeiro caso, à exposição do problema principal, proposto por Perelman, e no segundo, à retomada mais atual de toda a teoria da Nova Retórica, preconizada pelo autor em numerosos trabalhos anteriores.

Perelman (1970), objetivando traçar as diferenças entre os campos da demonstração e da argumentação, define esta última como o conjunto das técnicas discursivas que permitem provocar ou aumentar a "adesão dos espíritos" às teses que lhe são apresentadas ao essentimento. Acrescenta que a adesão de um indivíduo às teses que se lhe apresentam não se configuraria como um simples registro de resultados adquiridos pela argumentação, uma vez que haveria a possibilidade de

as teses adotadas se modificarem, a fim de ser postas em harmonia com outras crenças. A demonstração, por sua vez, é definida como os meios de provar que permitem concluir, a partir da verdade de certas proposições, a verdade de outras proposições, ou que, no terreno da lógica formal, permitem a passagem, com base em regras definidas de transformação, de certas teses de um sistema, a outras teses do mesmo sistema.

A partir dessas duas definições, Perelman conclui que as oposições existentes entre a demonstração clássica e a lógica formal de uma parte, e a argumentação, de outra, podem ser reduzidas a uma só diferença fundamental: enquanto na demonstração, o tempo não é importante, na argumentação ele desempenharia um papel fundamental. Dessa constatação básica seguem-se outras importantes decorrências de análise que, com relação à demonstração, tomam, para o autor, as seguintes características: a demonstração, configurada como uma "série" de estruturas e de formas não suscetível de inserção de um novo elemento, relevaria da contemplação, da qual adviria a conseqüente atemporalidade das suas premissas, bem como da conclusão, por ela utilizadas. É o que aconteceria, no dizer de Perelman, com a Retórica Clássica, cuja tendência seria considerar a argumentação como uma espécie de contemplação (afirmação esta a que serviria de justificativa, por exemplo, o postulado platônico das Idéias puras e imutáveis ou o postulado aristotélico da "essência"). Nessa perspectiva, o autor caracteriza certas faculdades atemporais (o entendimento, a razão), em detrimento do homem, como o objeto da direção dada à demonstração, sendo suas regras (de formação, de transformação) fornecidas em bloco.

Já com relação à argumentação, Perelman caracteriza-a, antes de tudo, como uma ação do indivíduo que se pode chamar, de maneira muito geral, o orador, sobre um indivíduo, o ouvinte. Verificar-se-ia assim uma intervenção constante da pessoa, quer através de sua estabilidade, quer através de sua faculdade de escolha ou liberdade criativa no processo argumentativo. Por outro lado, a ação de orador pode ser sempre considerada uma agressão, uma vez que nela se pode identificar, em qualquer momento, a tendência a mudar alguma coisa ou

a transformar o ouvinte, fato este que pode ser verificado mesmo quando se trata de uma argumentação que visa a reforçar a situação estabelecida. Disso decorrem duas conseqüências básicas, ambas reenviáveis a um fator último: o problema do tempo. Em outras palavras, se os efeitos da argumentação não são definitivos (uma vez que ela se insere num contexto perpetuamente modificável) e se a argumentação nunca está definitivamente fechada, mantendo-se sempre a utilidade de seu reforço, então é possível dizer que o campo argumentativo, ao contrário do demonstrativo, se situa em limites temporais restritos. A essa tese vem reforçar o fato de que, caracterizando-se como uma ação, a argumentação põe em causa agentes pessoais que, por sua vez, utilizam dados e instrumentos também submetidos a modificações (temporais).

Outro aspecto a ser considerado na diferenciação entre argumentação e demonstração, sob o ponto de vista da categoria do tempo, diz respeito ao problema da amplitude. Assim, enquanto na demonstração fica sempre entendido que as partes sumariamente esquematizadas poderiam ser desenvolvidas com rigor, na argumentação o aspecto da amplitude se transforma sempre em um fator de escolha, na medida em que, limitando estritamente, por um lado, o que se pode introduzir, a argumentação admitiria, por outro lado, uma utilidade ilimitada de introdução de novos argumentos, desenvolvendo, como corolário, a técnica dos subentendidos. Para concluir sua argumentação sobre essa problemática, Perelman aborda ainda aspectos ligados à linguagem, à história e à ordem dos argumentos usados na demonstração e na argumentação, bem como as conseqüências daí provindas. Com relação à linguagem, ressalta que o processo demonstrativo, ao tentar libertar-se da influência do tempo sobre os instrumentos utilizados, procura, por outro lado, libertar-se da própria linguagem, na medida em que suprime a influência do símbolo sobre o simbolizado e reciprocamente. Inversamente a isso, a argumentação configura-se essencialmente como um ato de comunicação, e implicando, portanto, comunhão de espíritos, toda a consciência comum do mundo, em vista de uma ação real, supõe, de outra parte, uma linguagem viva, com tudo que isso comporta de tradição, ambigüidade e de permanente evolução. Decorrente disso,

o autor infere que as noções utilizadas, em razão de sua inserção em uma língua natural (a de uma comunicação social), não podem ser consideradas em completa desvinculação de sua história, a qual se fará representar, tendo em vista os diferentes tipos de interlocutores, de maneira mais ou menos presente, podendo assumir também formas diversas de acordo com esse critério.

Abordando finalmente o problema da ordem, Perelman ressaltava que, enquanto esse aspecto assume na demonstração um sentido intemporal de construção, de sistema ou determinação necessária, na argumentação ele tem sua importância garantida pela consideração de um intervalo (definido como indeterminação que se insere nos termos que constituem uma ordem), assumindo uma função de lugar dos argumentos fortes e fracos⁴, lugar dado às concessões, etc.

Aludindo ainda ao fato de que, na argumentação não existiriam contradições, mas apenas incompatibilidades (traduzidas pela obrigação de se escolher entre dois seres, duas ações, duas soluções, duas regras, etc.), bem como ao fato de a imagem que se faz dos ouvintes ser também temporal⁵, Perelman termina por ligar o campo da argumentação a uma sociologia de conhecimento, isto é, uma sociologia *"fundada numa espécie de conjunto nocional definido temporalmente"* (Apud Osakabe, op. cit.).

III.3.1. O "Império Retórico"

Recusando-se, como se pode verificar no artigo comentado, a uma redução compartimentalizadora e atemporalizante dos objetos do conhecimento, a proposta de uma teoria filosófica da argumentação baseia-se no conhecimento dos objetos tomados em sua contingência. Vejamos como isso se articula, tomando-se como base a noção do ouvinte (interlocutor) em um dos trabalhos recentes de Perelman, *"L'Empire Rhétorique"*.

Apresentando como objetivo a explicação das causas de declínio da retórica, bem como a elucidação das relações entre a nova retórica e a teoria da argumentação, o trabalho de Perelman atribui o

renascimento e a reabilitação da Retórica no pensamento contemporâneo, a um reexame das relações Retórica-Dialética, tais como foram estabelecidas por Aristóteles e, profundamente modificadas, em um sentido desfavorável, por diversos "manuais retóricos"⁶.

No capítulo "Lógica, Dialética, Filosofia e Retórica", Perelman caracteriza os raciocínios dialéticos como raciocínios persuasivos que, partindo do que é aceito, têm como objetivo fazer admitir outras teses que são ou podem ser controversas. Assim, não consistindo em inferências válidas ou "contraignantes", mas apresentando argumentos mais ou menos fortes, mais ou menos convincentes (mas jamais argumentos puramente formais), o raciocínio dialético difere, segundo o autor, do raciocínio analítico por não ser impessoal (sendo suscetível de ser apreciado por sua ação sobre um espírito) e por basear-se, não na verdade, mas na opinião.

Nessa perspectiva, a proposição de uma teoria da nova retórica, visando a completar a teoria da demonstração (desenvolvida pela lógica formal) por uma teoria da argumentação - que estude os raciocínios dialéticos de Aristóteles - refere-se, para Perelman, aos discursos dirigidos a toda espécie de auditório, *"quer se trate de uma multidão reunida em praça pública, ou uma reunião de especialistas, quer se destine a um só indivíduo ou a toda a humanidade"*; ela examinará até mesmo os argumentos destinados a si mesmo (ao próprio enunciador), no caso de uma deliberação íntima. Atribuindo, portanto, à nova retórica, todo campo do discurso que visa a convencer ou a persuadir (qualquer que seja o auditório a que se destina e qualquer que seja a matéria sobre a qual se baseia), Perelman volta ao tema da diferenciação entre demonstração e argumentação para defender sua hipótese de que o objetivo da argumentação não se configura como uma adesão puramente intelectual, mas visa a incitar à ação ou, pelo menos, a criar uma disposição à ação. Para isso se vale dos seguintes argumentos: enquanto na demonstração, os signos utilizados são tidos como desprovidos de ambigüidade, (contrariamente à argumentação, que se desenvolve em uma língua natural) e o estatuto dos axiomas e princípios dos quais se parte não é passível de entrar em discussão, na

argumentação, cujo objetivo não é a dedução das conseqüências de certas premissas, configura-se como essencial o contato de espíritos entre o orador e seu auditório.

Daí decorre o conselho, de ordem geral, fornecido pela teoria da argumentação, tendo em vista os princípios expostos: o orador deve adaptar-se a seu auditório, categoria esta que o autor concebe como o conjunto daqueles aos quais o orador deseja influenciar por sua argumentação (não sendo, portanto, simplesmente constituído por aqueles a quem o orador interpela expressamente).

Passando, então, a comentar alguns dos diferentes tipos de auditório (que, segundo o autor, pode ir do próprio orador a toda a humanidade, passando por uma infinita variedade de auditórios particulares), Perelman afirma que o auditório constituído por um interlocutor único apresenta uma vantagem técnica sobre o formado por uma multidão, uma vez que a idéia provinda de suas convicções e atitudes poderia ser testada pela técnica de questões e respostas, verificando-se, dessa maneira, a possibilidade de o interlocutor passar para uma posição ativa no debate. Já a noção de auditório particular e a de auditório universal podem fornecer a distinção entre discurso persuasivo e discurso convincente, configurando antes a questão das intenções do orador (que caracterizaria esta distinção) que propriamente a do número de pessoas que compõem o auditório. Em outras palavras, se o discurso que se destina a um auditório particular visa, segundo o autor, a persuadir, enquanto o que se destina a um auditório universal visa a convencer, pode-se dizer que um discurso convincente é aquele cujas premissas e argumentos são universalizáveis, isto é, a ceitáveis, em princípio, por todos os membros do auditório universal (daí a questão fundamental das intenções de orador com relação a seu discurso).

Ainda nessa parte da discussão, Perelman, abordando o problema do gênero epidítico, considera-o de central importância, uma vez que, embora não vise diretamente a suscitar uma ação, ele teria seu papel ligado à criação de uma disposição à ação, com referência ao momento apropriado.

No capítulo "As premissas da argumentação", Perelman procura analisar o que constituiria a adaptação por ele considerada fundamental - do orador ao auditório. A resposta parece simples: essa adaptação consistiria, antes de tudo, em uma escolha das premissas de argumentação coerente (concorde) com as teses admitidas por aqueles a quem se dirige o orador. Admitindo, portanto, que a transferência da adesão apenas se realiza pelo estabelecimento de uma solidariedade entre as premissas e as teses a ser admitidas, Perelman distingue entre dois tipos de valores (dos quais poderão sair as premissas): os concretos e os abstratos. Os primeiros, passíveis de ser atribuídos a um ser particular, a um objeto, a um grupo ou a uma instituição, concebidos em sua unicidade, gerariam, segundo o autor, raciocínios característicos, na maioria das vezes, de sociedades conservadoras. Já aos valores abstratos, que só se poderiam definir e compreender por relação aos valores concretos (como, por exemplo, fidelidade, solidieriedade, honra, lealdade, etc.), é possível atribuir a proveniência de raciocínios mais próprios de "espíritos revolucionários" (uma vez que se prestariam mais facilmente à crítica).

Em outra parte do trabalho, Perelman, inserindo a argumentação em um pensamento onde os elementos são solidários entre si, afirma que o processo argumentativo implica uma seleção prévia dos fatos e dos valores, inscritos em determinada língua e com uma insistência que varia segundo a importância que se lhe atribui. Por outro lado, salienta que, do ponto de vista argumentativo, a oposição entre o dado e construído é relativa, permitindo separar dos elementos que resultam de uma interpretação, aqueles sobre os quais existe um acordo.

Referindo-se às "técnicas argumentativas", Perelman aborda os dois tipos possíveis de apresentação de argumentos: sob a forma de uma ligação, que permite transferir para a conclusão a adesão com relação às premissas, ou sob a forma de uma associação, que visa a separar os elementos, unidos pela linguagem ou por outra tradição reconhecida. A partir disso, o autor reconhece três tipos de ligação: a) (ligação feita por) argumentos quase-lógicos - aqueles que são compreendidos por sua aproximação do pensamento lógico e que diferem da de-

dução formal por estar pressuposta uma adesão às teses de natureza não formal; b) argumentos baseados na estrutura do real, isto é, nas ligações entre os elementos do real; e c) argumentos que fundam a estrutura do real - aqueles que, a partir de um caso particular conhecido, permitem estabelecer um precedente, um modelo ou uma regra geral.

No que se refere aos argumentos quase-lógicos, ater-nos-emos a algumas noções relacionadas aos temas da contradição e incompatibilidade e ao de analiticidade. Já se mencionou que, a propósito do primeiro, afirma o autor que na argumentação não teríamos contradições, mas incompatibilidades, (surgidas quando uma regra afirmada, uma tese sustentada, uma atitude adotada, acarreta um conflito) para cuja resolução, e não simples transferência, se deverá sacrificar uma das duas regras em conflito, ou, pelo menos, mitigá-la pela operação de uma dissociação das noções. Quanto à analiticidade, pode-se dizer que, sob o critério argumentativo, toda análise é direcional, porquanto se propõe a dar conta de certas expressões intercambiáveis, levando o ouvinte a assumir a direção das concepções referentes à idéia que faz o locutor e descartando as interpretações diferentes que se pudes se querer dar aos enunciados a analisar.

No que se refere aos "argumentos baseados sobre a estrutura do real", é admitida a possibilidade de se tomar como base uma ligação reconhecida de elementos do real associados a uma argumentação que permite passar do admitido ao que se quer fazer admitir. Com base nisso, estipula duas diferentes formas de estruturação do real: as ligações de sucessão, em que fenômenos do mesmo nível são postos em relação e as ligações de coexistência, nas quais a argumentação se apóia em termos de nível desigual, como a essência e suas manifestações.

A argumentação pode ser efetuada também pelo recurso ao exemplo, à ilustração e ao modelo. No primeiro caso, ela pressupõe a existência de certas regularidades, de que os exemplos seriam uma concretização. A ilustração representa um caso especial do exemplo, uma vez que, referindo-se a um caso particular, pressupõe uma regra já admitida e desempenha a função de dar uma certa presença na consciên-

cia ("ilustrá-la"). Já o modelo, que toma a forma de um caso particular a ser imitado, configura-se, na verdade, como o que deve ou pode ser imitado (como acentua Perelman, só se imita o que se admite ou a quem tem autoridade e/ou prestígio social).

Abordando também o tema da amplitude na argumentação (uma vez que seria descabido pensá-la na demonstração), o autor concluiu que este fator não resulta da apresentação de argumentos variados mas da repetição, da amplificação de um mesmo argumento. Para chegar a isso, como também para abordar o problema da força dos argumentos, Perelman se utiliza do principal critério a que vem aludindo: a adesão dos ouvintes às premissas da argumentação. Com efeito, é através dessa adesão, como também da pertinência da argumentação, da relação próxima ou longínqua que pode manter com a tese defendida, das objeções que se lhe poderiam fazer e da maneira pela qual seriam por ela respondidas tais objeções, que se poderia "medir" a força de um argumento utilizado.

A ordem dos argumentos no discurso é retomada, uma vez que dela poderia decorrer uma modificação das condições de aceitação desses argumentos. Lembrando então que, para Aristóteles, apenas duas partes do discurso seriam completamente indispensáveis (a emissão da tese a ser defendida e os meios de prová-la), o autor, a partir da consideração de três tipos específicos de ordem (a crescente, a decrescente e a nestoriana⁷), volta ao critério do auditório para afirmar que cada argumento deve vir no momento em que se julgar que exercerá mais efeito.

Finalmente, fala-nos o autor da função da Retórica. Segundo ele, sua função reenvia a uma comunicação e a uma busca de admissão das intuições, que, por seu turno, levarão à percepção da verdade (cabendo à filosofia, através da Dialética, abalar as opiniões errôneas). Atribuindo também aos raciocínios dialéticos e aos discursos retóricos a introdução de alguma racionalidade no exercício da vontade individual e coletiva, e reconhecendo como campo da nova retórica, o pensamento não formalizado, Perelman incita a que se coloque a filosofia em função de uma visão onde estão os homens e as so-

ciedades humanas em interação.

III.3.2. *Retórica Clássica, Nova Retórica e Interlocutor*

Tendo em vista a análise com base na categoria do interlocutor, que move a presente investigação, passamos à discussão da teoria proposta por Perelman. Faremos uso de três níveis distintos: o primeiro se refere à importância de uma teoria filosófica da argumentação para uma teoria do conhecimento, isto é, procuraremos situar as concepções filosóficas da obra de Perelman no âmbito de outras teorias sobre o conhecimento humano. No segundo nível, procuraremos inferir a importância dessa teoria em si mesma, isto é, tendo como parâmetro as próprias conceituações lingüístico-filosóficas que a ela se atribuem. E, finalmente, tratará o terceiro nível de buscar uma referência da Nova Retórica à Retórica Clássica (representada pela teoria aristotélica), para daí tentar extrair os possíveis pontos de acordo ou de divergência, centralizados, sobretudo, do nosso ponto de vista, na figura do interlocutor.

A importância da Nova Retórica com relação a uma teoria do conhecimento parece situar-se em dois pontos principais: o primeiro diz respeito à comparação dos fundamentos da teoria em questão a outras teorias filosóficas. Sob esse ponto de vista, é possível dizer, como o acentua Osakabe (1979: 157) que o projeto principal de Perelman situa-se numa reavaliação do problema do conhecimento, cuja natureza complexa impediria sua consideração em um só nível (o lógico). Daí decorre sua posição crítica com relação ao cartesianismo, cujas concepções se baseariam, segundo ele, não no nível da experiência, mas em algo obtido a partir de certo distanciamento em relação à natureza das coisas. É, portanto, com base na recusa a uma visão que compartimenta e atemporaliza os objetos do conhecimento que Perelman reconhece, como campo da nova retórica, o pensamento não-formalizado (daí decorrendo as demais concepções sobre o campo retórico, como, por exemplo, a sua base na opinião e não na verdade). Por outro lado, é possível dizer que a nova retórica tem o mérito de apresentar a maio-

ria dos propósitos contidos na Retórica Clássica, sem falseá-los em uma concepção academicista, baseada unicamente no estudo das figuras. Aliás, ele explicita essa preocupação, ao atribuir o êxito da retomada da Retórica Clássica em estudos recentes a uma reavaliação das ligações entre Retórica e Dialética, ligações essas que fazem parte de suas preocupações. Somos levados a dizer, então, a partir desse primeiro nível, que a teoria de Perelman se apresenta como inovadora e dotada de importância no que se refere às suas ligações com uma teoria de conhecimento. Talvez pudéssemos mesmo dizer que a importância maior da obra se refira a este nível, uma vez que a característica primeira de seu trabalho, a atribuição de temporalidade à argumentação, estaria, ao nosso ver, antes vinculada a uma crítica às concepções que retomaram, de uma ou de outra forma, os princípios aristotélicos, que propriamente ligada de maneira direta a estes últimos (ou do que se poderia interpretar deles para um estudo lingüístico que apresenta pretensões semelhantes às assumidas por Perelman). De qualquer maneira, já neste nível, parece relevar-se a importância da categoria do ouvinte, na medida em que, recusando-se uma compartimentação e atemporalização dos objetos de conhecimento, e conseqüentemente, uma teoria baseada apenas na lógica formal, dá-se uma ênfase proporcional à teoria de argumentação (que viria completar a primeira) que, por si mesma, gera e alimenta (e realimenta) a idéia de uma categoria de interlocutor, presente na própria necessidade do orador de argumentar e não simplesmente de demonstrar (assumindo-se aqui a distinção do próprio Perelman). Por outro lado, a atribuição de temporalidade à argumentação, relevando problemas históricos e lingüísticos, acentua a importância da situação concreta em que se dá a argumentação (o que corrobora a insuficiência da demonstração). Ora, se se acentua a importância da situação concreta de realização do "discurso", conseqüentemente releva-se a figura do interlocutor como um dos elementos essenciais dessa situação, cuja "reconstituição" se visa, e não menos como um ponto que reafirma o aspecto primordial da temporalidade, inscrito em uma teoria do conhecimento. Parecem também encaixar-se neste nível as afirmações de Perelman de que a argu-

mentação se ligaria a uma sociologia de conhecimento e de que a filosofia deveria se constituir em uma ciência que utilizasse primordialmente o método da argumentação. Assim sendo, parece fortalecer-se a idéia de que tanto a recusa da atemporalização quanto a inserção do sistema argumentativo em um projeto mais amplo (uma sociologia do conhecimento que abarcaria a filosofia) corroboram a importância, a nível teórico, da categoria de interlocutor.

Verifiquemos agora como se articula esta categoria a nível da própria teoria de Perelman, considerada em si mesma. É fácil identificar a importância assumida pelo ouvinte (considerado como um dos polos da relação argumentativa de interpessoalidade) se se atenta para os aspectos (argumentativos) a que serve do critério. Com efeito, esclarecida a prioridade de "contato entre espíritos" que caracteriza a relação de argumentação, o auditório passa a ser o critério principal tanto para os aspectos da amplitude e força dos argumentos, como por sua ordem no discurso. Por outro lado, há que se considerar a aconselhada adequação do orador a seu auditório, concebida como uma escolha coerente das premissas com relação às teses admitidas pelo auditório.

Parece clara a filiação dessa constatação aos princípios anteriormente expostos. Representando a argumentação a contraparte teórica da demonstração, e baseando-se ela na opinião (por oposição à "verdade" absoluta), considerada temporalmente, é coerente pensar que no auditório residem os critérios principais de sua adequação (histórico-lingüística). Merece ainda atenção o fato de que, visando a incitar à ação, e tendo como objeto todo tipo de auditório, o discurso argumentativo ("persuasivo", no dizer de Perelman) leva o ouvinte a assumir as concepções referentes à idéia feita pelo locutor (análise direcional presente na argumentação). Lembre-se também que, a partir da distinção entre auditório particular e universal, Perelman aborda o problema das intenções do orador, ponto importante se se pensa no que separa o discurso persuasivo do discurso convincente (cujas características remeteriam antes à intenção do orador em argumentar sobre princípios universalizáveis que propriamente sobre o número de

pessoas que constituiriam o auditório).

Procuremos agora discutir, tendo em vista que Perelman se propõe à construção de uma teoria cujo objeto seriam todas as espécies de auditório, na qual a adaptação do orador a esses auditórios é básica. Verifiquemos o alcance da categoria de interlocutor no corpo de sua articulação no processo argumentativo. Partiremos da questão da adequação ao auditório e de duas características atribuídas por Perelman à argumentação: a solidariedade entre os elementos (que implicaria uma seleção prévia de fatos e valores, bem como de determinada linguagem) e a inexistência de contradições (e a conseqüente presença apenas de incompatibilidades).

Vejamos, então. Definido o auditório como aqueles a quem o orador deseja influenciar por meio da argumentação, vêmo-lo servir de critério, enquanto detentor de algumas teses, para a escolha das premissas a serem utilizadas. Daí a necessidade da existência de uma seleção prévia de fatos e valores, bem como de determinada linguagem (que, se pressupõe, sejam coerentes com as premissas, as quais, por sua vez, devem ser coerentes com a "opinião" geral do auditório em questão). Daí parece também decorrer a possibilidade da presença de incompatibilidades, que surgem quando uma regra afirmada, uma tese considerada, etc., provoca um conflito. Ora, se o critério principal para a determinação do processo argumentativo estaria situada no ouvinte, cumpre procurar aí, como aliás o propõe Perelman, a fonte das premissas que orientarão o discurso. Ora, apesar de bem especificado, este fato assume a posição de conselho geral atribuído à capacidade/habilidade pessoal do orador. Por outro lado, ainda que se considere como essencial no processo argumentativo a história (estritamente ligada à temporalidade que se pretende atribuir à argumentação) e, portanto, a historicidade da categoria de interlocutor, parece faltar uma especificação mais completa dessas constatações, o que, a nosso ver, viria a suprir a subjetividade de uma afirmação transformada em conselho geral ao orador. Pretendemos dizer com isso que a uma abordagem correta e coerente acerca da inserção da temporalidade em uma teoria do conhecimento (e, portanto, a consideração do processo

argumentativo) não parece corresponder a adequada consideração do ouvinte, muito embora se lhe atribua uma posição privilegiada em todo o processo. Ou seja, a simples constatação da necessidade de se considerar a história e, portanto, de se fazer a seleção prévia de fatos e valores, bem como de determinada linguagem, com vistas a atingir o ouvinte e incitá-lo a uma ação, assume um cunho subjetivo de capacidade pessoal (atribuída ao orador) se não se levam em conta os aspectos sociais que envolvem as teses de auditório (de que provém a adequação do discurso do orador). cremos, por outro lado, que as incompatibilidades possivelmente presentes na argumentação poderiam ser melhor explicitadas à luz do contexto social em que se situam teses e regras afirmadas e/ou adotadas (pelo orador, mas que teriam sido retiradas a um auditório específico). Parece-nos, portanto, por este segundo nível de análise, que a obra de Perelman perde um pouco de sua consistência, por dois motivos principais: a preocupação teórica inicial (atribuição de temporalidade à argumentação) se prejudica pela não consideração exaustiva de um de seus aspectos principais, a historicidade (enquanto geradora de aspectos sociais específicos); de outra parte, a teoria da argumentação, coerentemente exposta em suas partes, ao atribuir ao ouvinte um lugar privilegiado para sua construção, falha por não abordar-lhe mais profundamente a importância de suas características sociais, delegando essa responsabilidade à intuição do orador, o que lhe imprime um caráter de subjetividade.

Vejamos se isso se pode confirmar com relação ao terceiro nível de análise, qual seja o da comparação (estreita, sem dúvida) entre a Nova Retórica e a Retórica de Aristóteles.

Lembramos antes a afirmação de Perelman, segundo a qual a Retórica Clássica estaria antes voltada, em última instância, para um aspecto contemplativo, que geraria a atemporalização, que propriamente para uma ação, relacionada à atribuição de uma categoria temporal aos aspectos retóricos/argumentativos. A proposta de Perelman tem origem, como vimos, na consideração dos raciocínios dialéticos, tais como foram formulados por Aristóteles. Como se articulariam esses aspectos com relação a uma interpretação comparativa entre a Nova

Retórica e a Retórica Clássica? Partindo das noções subjacentes aos dois sistemas talvez possamos dizer que eles se correspondem no que toca ao homem e à linguagem. Em outras palavras, é possível dizer, com base nas constatações de Perelman acerca do sistema argumentativo que, assim como na Retórica Clássica, o homem pode ser considerado como detentor de crenças comuns a seus semelhantes, bem como de uma linguagem como sua dimensão própria (ou seja, enquanto característica suscetível de representar essas crenças, vistas sob o ângulo de premissas que, adequadas ao auditório, formarão a base para o discurso argumentativo). Parecem ficar claras essas duas afirmações se se atentar para o caráter básico da argumentação, constituída como um contacto de espíritos, em que, para ter aceitas as suas teses e lograr incitar a uma ação, o orador adequa seu discurso às teses aceitas pelo auditório a que se dirige. Por outro lado, para que seja atingida a solidariedade entre os elementos de uma argumentação, é necessária uma prévia seleção de fatos e valores e de uma linguagem adequada (presume-se que seja uma linguagem adequada por representar convenientemente as teses, retiradas aos fatos e valores, com que se forma o discurso) tendo em vista o auditório.

Se o exposto é verdade, consideremos esses elementos (homem e linguagem) em sua articulação efetiva no sistema argumentativo. Ainda uma vez, a noção de homem é passível de ser desdobrada em dois aspectos: o orador e o ouvinte. Ao primeiro se faz menção, na teoria de Perelman, de dois modos que nos parecem característicos para nosso ponto de vista; referimo-nos ao orador concebido (em sua ação) em função do ouvinte (segundo o "conselho" geral sobre a adequação do orador ao auditório), bem como à questão das intenções do orador, que aparecendo a propósito da distinção entre discurso persuasivo e discurso convincente, mostra-nos que, na verdade, as intenções seriam, senão mais, pelo menos tão importantes quanto a consideração do tipo de auditório.

Quanto ao ouvinte (auditório), como parece ter ficado suficientemente esclarecido, aparece como critério para muitos dos aspectos da construção argumentativa, entre as quais a amplitude, a for

ça e a ordem dos argumentos, existindo, na verdade, como parâmetro "prático" da ação do orador, a cuja habilidade se delega a exata percepção dos fatores relativos ao auditório (e, portanto, a eficácia dos elementos que usa).

Ora, a consideração desses elementos parece-nos, de certa forma, conduzir a uma encruzilhada, no que tange à articulação do conceito de homem no sistema argumentativo. Com efeito, enquanto na Retórica Clássica surgia-nos como viável a possibilidade de manipulação advinda do orador (e viabilizável pela linguagem) e tendo como objeto o ouvinte, na Nova Retórica deparamo-nos com uma categoria de ouvinte de cujas características práticas depende a orientação e a eficácia do discurso. Se isso em si não traz novidade com relação à retórica aristotélica, a não ser talvez um deslocamento mais profundo de funções (em que a primordial caberá ao ouvinte), temos, por outro lado, como já se aludiu, uma análise menos consistente dessa categoria (aspectos sociais), de que advém uma conseqüente consideração subjetivista do auditório (conselho ao orador), muito embora se faça referência à importância dos aspectos históricos e lingüísticos que envolvem a argumentação. Parece permanecer, portanto, dúvida semelhante à suscitada pela Retórica Clássica (tornada mais aguda pelo fato de se ressaltar, na Nova Retórica, o papel do ouvinte): estaríamos diante de um sistema que visa à manipulação (prevalecendo, portanto, as "intenções" do orador) ou, por outro lado, a teoria proposta pela Nova Retórica seria suscetível de dar conta de suas premissas iniciais (a atribuição de temporalidade à argumentação e, por extensão, aos objetos do conhecimento)?

Vimos que, no caso da Retórica Clássica, a interpretação dessas questões serviu-se, em grande parte, da articulação do conceito de linguagem no sistema, fato que nos levará a verificar-lhe a eficácia também com relação à teoria da argumentação. Perelman se refere à linguagem em duas situações básicas: ao caracterizar a argumentação como um ato de comunicação, devendo servir-se de uma linguagem viva (por oposição à demonstração, que procura utilizar-se de signos tornados "em ambigüidades") e ao referir-se à necessidade, para a ar

gumentação, de uma seleção prévia de fatos e valores, que devem ser colocados em uma linguagem determinada (para atingir o ouvinte e tornar eficaz o discurso). Inferre-se daí que a linguagem, embora suscetível de representar fatos e valores (e, portanto, de inserir-se numa temporalidade desejada), ocupa, na Nova Retórica, um lugar menos privilegiado que o que lhe atribui a retórica aristotélica. Ou seja, enquanto nesta se verifica a estreita vinculação orador, ouvinte e assunto, naquela, à atribuição de um valor excessivo a uma das categorias (a de ouvinte), sem a correspondente análise de seus aspectos específicos (sociais), equivale uma noção de linguagem que não logra desvencilhar o problema. Em outras palavras, enquanto na Retórica Clássica a construção "amarrada" das três noções, equilibrada pela exata mediação da linguagem, não deixa ensejos para que se pense em um possível desequilíbrio entre os elementos (favorecendo a situação de mascaramento), na Nova Retórica não existem elementos para igual interpretação. Talvez se pudesse dizer, no máximo, que a articulação homem-linguagem no sistema argumentativo (Perelman), por falhar na análise mais aprofundada da categoria de ouvinte e da própria noção de linguagem, não consegue, na prática, dar conta dos aspectos teóricos a que se propôs. O que também enseja questionar (embora com conhecimentos filosóficos canhestros) a afirmação de que a retórica aristotélica tenha se atido antes a uma contemplação, com vistas à atemporalização dos objetos do conhecimento, que à ação, de que a temporalidade seria uma categoria fundamental.

III.4. Interlocutor: um Conceito "Retórico"?

Diante dos aspectos anteriormente expostos, quer a respeito da Retórica Clássica, quer a respeito da Nova Retórica, e tendo em vista seu reagrupamento em torno do eixo principal do pensamento desenvolvido neste trabalho, tentaremos aqui situar-nos em dois pontos básicos de discussão (os quais, a nosso ver, virão a explicitar a exposição precedente): é lícito pensar em uma categoria "retórica" de interlocutor ou seria mais conveniente a sua definição como ouvinte?

De outra parte, quais as consequências teóricas de se estabelecer uma estreita vinculação entre as noções de homem (orador/ouvinte) e a de linguagem, num sistema que pretenda definir uma comunhão interpessoal?

Quanto à possibilidade de se considerar como interlocutor (ou seja, uma entidade com poder de reação sobre o locutor) o "ouvinte" do sistema retórico, parece que já temos uma resposta se tomarmos esse sistema como não manipulador. Isto fica mais claro a partir da retórica aristotélica, onde a conveniente mediação da linguagem, instituindo e reafirmando, enquanto dimensão própria do homem, a característica deste de ser que detém crenças comuns a seus semelhantes, mostra a interação do orador e do ouvinte (com função pública específica) no próprio discurso, devendo o orador, para incitar o ouvinte a uma paixão, partir de um "patrimônio" comum, histórica e socialmente determinado. É na especificação deste último ponto que parece falhar, como vimos, a teoria da Nova Retórica. Apesar disso, cremos poder atribuir ao auditório que aí aparece a característica do interlocutor, na medida em que, embora tarefa delegada à habilidade do orador, reafirma-se a necessidade de adequação ao auditório (escolhendo o orador como premissas de seu discurso uma ou várias das teses admitidas por seu auditório). Há aqui um interessante ponto a se ressaltar, o qual nos pode enviar, de maneira talvez arbitrária, à teoria de Voloshinov. Trata-se do fato de o poder do interlocutor (a própria justificativa deste "título") se situar, no sistema retórico, na própria linguagem de que faz uso o orador, ou seja, a possibilidade do interlocutor de inscrever-se no próprio discurso. Com efeito, embora Perelman se refira acertadamente à possibilidade (compensadora) do auditório único, onde a eficácia do discurso poderia ser testada pela técnica de perguntas e respostas, parece possível dizer que, na maioria dos casos (no sistema retórico, como no argumentativo) a presença do interlocutor (e sua importância histórico-social, enquanto detentor de crenças específicas) se encontra inscrita no próprio discurso, concebido como escolha de certas premissas e desenvolvimento (amplificação, ordem, força) dos argumentos escolhidos. Isso nos le-

va, sem dúvida, a algumas decorrências básicas, as duas primeiras estreitamente ligadas: em primeiro lugar a importância da linguagem (do próprio locutor) como fonte identificadora de seus agentes/participantes (concebidos em vista de sua função histórico-social) e, em segundo lugar, a necessidade, senão exigência, ao se propor um estudo sobre a categoria do interlocutor, de uma consideração específica da linguagem, suscetível de entranhar essa categoria, ao lado daquela do locutor; em outras palavras, uma concepção de linguagem em que se considerem os "lugares sociais" dos participantes de seus atos. As demais decorrências parecem límpidas: a vinculação dessas características (presentes sobretudo na retórica aristotélica) aos princípios expostos por Voloshinov (em que se surpreende a interação de que falamos acima) e para que contribuam também as considerações de Perelman, embora parcamente desenvolvidas, acerca da deliberação íntima e, de outra parte, a própria importância de uma interação estreita entre as noções de homem e de linguagem, presentes notadamente na retórica de Aristóteles e que nos reenvia à segunda questão a que nos propusemos nesta parte do trabalho. Já constatamos a importância dessa interação e passaremos a revê-la sob um ponto de vista ligeiramente diferente, embora mantendo relações íntimas com os motivos arrolados. Ocupamo-nos, neste caso, das ligações que se estabelecem, na Retórica Clássica, entre a construção solidamente estruturada dos conceitos de homem (orador/ouvinte) e de linguagem e as características que assume o discurso do orador face a essas características. Com efeito, constatamos não ser possível falar em uma ação de manipulação do discurso retórico (cujo ponto de partida seria o orador, visando a atingir o ouvinte através da linguagem), no sentido em que, partindo de crenças (histórico-sociais) compartilhadas por orador e ouvinte, esse discurso não lograria mascarar completamente a realidade (configurada nas crenças referidas). Por outro lado, não seria igualmente possível conceber a linguagem (o discurso) retórica como um límpido e neutro instrumento de transmissão de conhecimentos e informações. Ora, se isso é verdade, e se se verifica no discurso retórico um duplo movimento que parte de uma realidade e reenvia a essa realidade através

de elementos reutilizados (pelo orador), viabilizável este sim, através da linguagem, então parece-nos possível fazer daí decorrer algumas hipóteses de análise. A primeira parece justificar nossa crítica final à teoria de Perelman, na medida em que, desequilibrando-se a interação entre homem e linguagem, (por um valor excessivo atribuído à figura do ouvinte, a que não corresponde sua necessária caracterização como detentor de uma função social) não é possível perceber com clareza na linguagem esta dupla capacidade de enviar/reenviar a uma realidade composta pelos lugares sociais de seus participantes; a segunda, metodológica, reafirma a importância, para um estudo que vise à categoria do interlocutor, de uma concepção específica de linguagem, suscetível de gerar o duplo movimento a que nos referimos; e, finalmente, a terceira, igualmente metodológica (e, ressaltamos, tendo em vista um estudo, como este, que assume certos pressupostos específicos) reenviando-nos, ao que nos parece, à validade de se estudar a linguagem como fenômeno ideológico por excelência, uma vez que, tendo-se em vista o duplo movimento que descobre (partindo da realidade dos interlocutores) e mascara (pelo peso específico dado aos argumentos no discurso retórico) a realidade (concebida não como fenômeno esstritamente objetivável, mas como o conjunto das crenças mantidas pelos membros de uma dada comunidade), parece possível, pelo estudo da ideologia, dar conta de uma interação sólida entre homem e linguagem, de tal forma que, sem se perder de vista as concepções subjacentes à teoria aristotélica, se possa reencontrar na linguagem o outro.

NOTAS

1. Utilizamos este termo com vistas à concepção de Althusser (ver II.1.1) quanto ao caráter não histórico da Ideologia.
2. Pertencentes não à Retórica ou à Dialética, mas "*à ciência da qual se terão emprestado os princípios*".
3. O único caso que parece fugir em parte a esse esquema é o do gênero epidítico (cujo ouvinte não teria função pública). Comentaremos este caso mais adiante, a partir de algumas observações feitas por Perelman.
4. Deve-se ressaltar aqui que a força dos argumentos não será independente de sua situação na história.
5. Neste caso, mesmo que se imagine a hipótese do auditório universal, Perelman ressaltava que a idéia que dele se faz é a idéia de um instante.
6. Perelman cita o de Pierre de La Ramée.
7. Pela qual se começa e se termine pelos argumentos mais fortes.

CAPÍTULO IV

A ANÁLISE DO DISCURSO

Como já foi mencionado nesse trabalho, as modernas concepções sobre o discurso têm impulsionado as teorias lingüísticas tradicionais, no sentido de uma reelaboração de seus conceitos fundamentais, não raras vezes ainda estreitamente vinculados às noções do objetivismo abstrato ou às do subjetivismo individualista (cuja retomada mais significativa se encontra no trabalho de Noam Chomsky). Com efeito, esta última corrente de pensamento, ao considerar o ato de fala individual e criativo como a base da linguagem, atribuindo sua origem à psique individual e suas leis às da psicologia individual, equivoca-se, retomando a crítica feita por Voloshinov, ao ignorar a natureza social da fala, revelada em sua história (concebida como série contínua de transformações, corporificadas no dinamismo dialógico da linguagem) e, nessa medida, não atribuível à psique individual do falante.

Se assumimos como plausível essa crítica, baseados nos princípios expostos até aqui, bem como a crítica feita a propósito de objetivismo abstrato, cabe procurar outras teorias lingüísticas que, de alguma forma, possam, pela aquiescência de um sistema lingüístico não concebido em sua autonomia dos fatores de sua realização concreta, mostrar perspectivas de superação das teorias anteriores. Parece ser este o caso da consideração das concepções sobre o discurso, muito embora sejam elas ainda identificáveis às teorias de resolução dos problemas que escaparam à eficácia das análises (ou dos modelos) convencionais, uma vez que a entidade "discurso", por transcender o nível da frase (considerado tradicionalmente como o nível lingüístico mais amplo), não se enquadraria no âmbito dos fenômenos lingüísticos. De nosso ponto de vista, interessa investigar em que medida as teorias lingüísticas sobre o discurso podem dar conta da categoria de interlocutor, bem como de seu "enquadramento" em uma concepção específica de linguagem. Visando a isso, e não pretendendo, obviamente, es

gotar o assunto; consideraremos alguns pontos considerados relevantes em trabalhos desse campo.

IV.1. Intersubjetividade, Ato de Fala, Discurso

Tendo em vista os objetivos mencionados, ater-nos-emos em primeiro lugar ao trabalho de Osakabe (1977), em que o autor, a partir de algumas considerações teóricas retiradas a alguns estudiosos do discurso, abre interessantes perspectivas para a abordagem desse tema. Cremos ser possível afirmar que nesse trabalho se encontram as grandes linhas direcionais de estudo de Osakabe sobre a argumentação e o discurso político (1979).

Inicia-se o artigo pela tentativa de precisar o sentido do termo "discurso", com vistas tanto à delimitação de um domínio de investigação que o incluísse, quanto à própria necessidade de ajuste desse domínio a um determinado tipo de interesse. Essa tentativa encontra-se, de outra parte, estreitamente vinculada a duas constatações propostas por Osakabe: de um lado, o fato de a recuperação do sentido do termo "discurso", nos textos científicos, ter sofrido o mesmo efeito de ambivalência que caracteriza seu uso na linguagem ordinária; por outro lado, a verificação, por parte do autor, da necessidade de uma esquematização, do ponto de vista lingüístico, da entidade "discurso", uma vez que seria possível constatar a existência de linhas diferentes que impõem ao discurso perspectivas até mesmo opostas. Assim, enquanto alguns lhe atribuem uma função informativa, concebendo a linguagem que o articula como um meio, um veículo, outros vêem o discurso como a manifestação de um sistema de significações ideológicas, lugar de cristalização das motivações históricas.

Partindo, pois, da constatação da necessidade de uma esquematização lingüística para a entidade "discurso", Osakabe mostra que a bibliografia a seu respeito, baseando-se em dois fundamentos principais (a bipartição entre o que pertence ao sistema lingüístico e aquilo que é do domínio livre de sua realização pelo falante real; e, em segundo lugar, a aceitação de que a entidade máxima ao nível do

4179 / BC

sistema é a frase), procura dar uma definição consensual ao termo, ou seja, o discurso não se confundindo com a entidade máxima do sistema, teria uma configuração específica que o situa além dos limites explicativos da Linguística, tal como foi definida por Saussure e redefinida por Chomsky. Dessa maneira, pode-se constatar a existência de duas diferentes posições com relação ao discurso: os que o rejeitam, utilizam-no como sinônimo do uso individual e não equacionável com as regras do sistema linguístico, onde atuariam fatores de ordem diversa; quanto a seus estudiosos, baseados no fato de não ser possível confundí-lo com a frase, não se têm preocupado muito com a sua definição.

Diante disso, Osakabe propõe-se a tarefa de conceituar o discurso, não em um quadro definido de regras, mas enquanto realidade de empírica, isto é, enquanto objeto delimitável no tempo e no espaço, analisável em seus elementos mais recorrentes. Com esse objetivo, parte de uma afirmação de Provost (1971) que *"pretendendo uma mise-au-point dos problemas teóricos e metodológicos do discurso"*, abre no texto duas tendências definidoras dessa entidade: a primeira, que o considera como uma combinatória de frases, e que tem suas origens no trabalho de Harris; quanto à segunda, encontra fundamentos em Benveniste e Jacobson, podendo ainda remeter aos estudos de Halliday e Firth.

Uma breve alusão ao trabalho de Harris faz-se então necessária, para completar o quadro das possibilidades de abordagem do discurso, concebido por esse autor como equivalente ao termo "enunciado seguido", não só distinto dos enunciados simples, como configurado como a soma destes. Com essa base, Harris propõe a sua homogeneização através de transformações fornecidas pela gramática, de tal forma que resulte ele em uma cadeia de enunciados separados pelos seus operadores específicos. Dessa maneira, cada enunciado teria a forma fundamental NVN, um tripé irreduzível e ordenado, formado pela soma de Nome, Verbo e Nome. Reduzindo-se o discurso a uma cadeia, por esse processo de homogeneização, operar-se-á, em seguida, com ele, no sentido de obter as classes de equivalência entre os enunciados, e a or-

ganização específica (própria de cada discurso assim "trabalhado") de suas classes que, por sua vez, confeririam ao discurso uma fisionomia individual. Como bem o acentua Osakabe, Harris aventa a hipótese de uma correlação entre as classes formais de um discurso específico e a situação na qual foi pronunciado, mas remete essa operação a uma fase posterior, mantendo a concepção como unidade que ultrapassa o limite de um enunciado fundamental, e elegendo o próprio enunciado como a unidade básica de sua análise. A ligação entre enunciados é observada, portanto, a partir da existência de conectivos (ou de sua ausência) e da construção de uma classe que comportaria esses conectivos e que indicaria o seu lugar no interior do discurso; nesse contexto, discurso se restringe a uma seqüência de enunciados ou a um conjunto de classes de enunciados.

Já Pêcheux, preocupando-se antes com a possibilidade de configurar a fisionomia individual do discurso, com vistas a dar-lhe um tratamento automático, discute mais especificamente o problema teórico da delimitação, iniciando por levar em consideração, ao contrário de Harris, a oposição enunciação/enunciado. Assim, concebendo a primeira em termos de condições de produção (aparelho constituído por constantes responsáveis pela elocução de um determinado discurso, e não de outro, em circunstâncias específicas) e o segundo como superfície verbal, resultante de tais condições, Pêcheux considera o problema dos limites dessa superfície como remetendo a fatores situados nas condições de produção, mas relacionando-se nitidamente com o aspecto da significação. O problema da delimitação do discurso, se estabeleceria, portanto, para o autor, por referência a dois pontos básicos: um aspecto de natureza semântica, na medida em que se liga diretamente à concepção de discurso como um contínuo semântico, expresso pelas frases (e mesmo pela pausa entre elas, que, para Pêcheux, têm a faculdade de operadores semanticamente equivalentes) e, em segundo lugar, um problema não-verbal, na medida em que os determinantes desses espaços semânticos (dos silêncios que marcam o início e o fim de uma superfície discursiva) se definem no interior do aparelho enunciativo e não no enunciado.

Das constatações extraídas dos trabalhos desses dois estudiosos, é possível concluir que o discurso, ultrapassando o nível da frase, constitui uma seqüência, estruturável individualmente (Harris), delimitada por dois brancos semânticos, sendo que estes dependem dos componentes do aparelho enunciativo (locutores e condições a que estes estão submetidos (Pêcheux)). Duas questões podem, então, ser consideradas: a) o que constituem tais brancos semânticos e b) qual a importância real do aparelho enunciativo na sua definição, às quais é possível responder por referência à teoria de Pêcheux. Com efeito, para esse autor, existem dois tipos distintos de "parada": um correspondente à frase, outro ao discurso. No caso da frase (seu início e seu final), pode-se verificar a existência, no espaço que a separa da antecedente e da conseqüente, de um operador semântico polivalente, isto é, que pode ser preenchido por uma unidade semântica com valor de uma conjunção (a escolha dessa unidade sendo efetuada a partir do contexto). Já no caso do discurso, não existe essa possibilidade, uma vez que o que se tem aí não é mais uma parada preenchível semanticamente, mas semanticamente nula. Assim sendo, se se constituírem em operadores que os vinculam semanticamente às outras frases, os limites das frases diferem dos limites do discurso, por não operarem, esses últimos, de maneira semântica. Na verdade, só seria possível falar de um locutor no discurso e não na frase, o que significa que os limites do discurso constituem um problema no interior do aparelho enunciativo e não resolvível no âmbito da superfície verbal.

Após essa breve exposição das teorias de Harris e Pêcheux, Osakabe passa a discutir alguns pressupostos teóricos do discurso, ligados às concepções preconizadas por Benveniste, que em sua análise da estrutura da pessoa no verbo, chega ao estabelecimento de duas correlações: 1) a correlação de personalidade, que opõe eu/tu (a pessoa) a ele (a não-pessoa). Em outras palavras, as pessoas verbais não constituiriam um corpo de entidades homogêneas, devendo ser distinguidas pelo fato de que algumas são necessariamente pessoas (na medida em que se podem configurar como sujeitos de uma enunciação), en-

quanto outras não; 2) a correlação de subjetividade, que se estabelece entre eu e tu. Ou seja, aquelas pessoas que o são verdadeiramente (o eu e o tu) se opõem entre si, na medida em que o eu, enquanto tal, é o sujeito da ação verbal e o tu, objeto dessa ação (aquele para quem ela é necessariamente dirigida).

Osakabe refere-se ao fato de que Benveniste, em seu artigo sobre a natureza dos pronomes, retoma a distinção entre pessoa e não-pessoa, remetendo agora a discussão ao fato de que pronomes que as expressam não constituem uma classe unitária, pertencendo uns à instância do discurso (os pronomes eu e tu, que se referem à pessoa), pela própria relação de intersubjetividade que estabelecem, outros à sintaxe da língua. Com relação ao discurso, segundo Benveniste, pode-se dizer que se trata de uma instância na qual a pessoa e tudo aquilo que ela manipula podem ser equacionados sistematicamente, de tal forma que, nesse espaço teórico, tais entidades (o eu e o tu, o isso e o aquilo) ganhariam sua razão de ser. A propósito da maneira pela qual se dá esse equacionamento, Benveniste remete a um processo de relação existente, no discurso, entre os indicadores (de pessoa, de tempo, de lugar, de objeto mostrado) e a própria instância, contemporânea, do discurso. Em outras palavras, pode-se dizer que existe nessa instância uma realidade situacional, provida de um locutor e de um ouvinte, definidos no interior de um determinado contexto, e uma relação direta entre essa realidade situacional e seus indicadores no interior de um enunciado. Sendo o discurso o lugar que possibilita esse relacionamento, a perda deste último significa o deslocamento para um outro plano enunciativo, o da enunciação histórica¹, pela qual começa a se restringir a noção de discurso. Com efeito, opondo-se ao enunciado impessoal da narrativa histórica, o discurso passa a se definir como o resultado de um processo de auto-expressão do sujeito, caracterizando-se, como tal, por uma alta frequência das relações de pessoa. Benveniste situa os indicadores de pessoa, tempo, lugar, etc, no interior da instância discursiva, na medida em que ela articula as relações entre eu e tu, reconhecíveis e determináveis na situação, instituindo-se como espaço de interação, inexistente no caso da enuncia-

ção histórica, nos termos de Benveniste, dela prescindiria. Isso porque o enunciado histórico, ocultando o locutor enquanto um "eu", (para projetá-lo como "historiador"), realiza um tipo diferente de manifestação verbal, na qual os fatores situacionais assumem uma relevância menor que no "discurso". Em outras palavras, parece possível dizer que, para Benveniste, todo enunciado apresenta, em maior ou menor grau, indicadores de pessoa, tempo, lugar, coisa indicada no enunciado e realidade situacional de que este último é parte integrante, indicadores esses que podem, no entanto, estar ocultos por um processo de alienação do sujeito em relação à sua identidade existencial.

Tomando essas considerações de Benveniste, Osakabe propõe tratar ambas as instâncias como discurso: o discurso intersubjetivo (o "discurso" para Benveniste) e o discurso histórico, acrescentando ainda, com vistas a um aprofundamento da noção de discurso, que se utilizem as noções de intersubjetividade e de ato de fala. Segundo ele, a primeira noção indica uma *"incorporação do sujeito no âmbito da linguagem, no sentido em que é o uso desta por ele que a define não apenas como instrumento de veiculação, mas, sobretudo, como um lugar no qual o homem realiza sua interação, se constitui e constitui o outro com quem interage"* (1977: 14). Quanto à noção de ato de fala, se ligaria a *"esse múltiplo processo de interação"*, uma vez que, ao usar a linguagem, o homem exerceria certo tipo de ato, bastante diferente da simples utilização de um mecanismo de informação.

Trabalhando com a noção de intersubjetividade, Osakabe afirma: *"a instauração de um discurso aproxima no espaço verbal os interlocutores"* (*idem*), aproximação essa que, transcendendo o nível da informação, promove comportamentos como o pedido, a ordem, etc. Para que essa aproximação seja garantida, é necessário que haja um pleno ajuste (entendido como a possibilidade de ajuste e não como sua execução numa situação precisa) entre o enunciado e suas condições mais gerais de produção, das quais o autor destaca o jogo de imagens (isto é, as imagens que os interlocutores fazem entre si e acerca do referente). Quanto às condições mais específicas de produção do discurso, diriam respeito especialmente aos canais pelos quais a efetiva

ção dos discursos se viabiliza ("seus meios de expressão"), bem como as ocasiões de suas ocorrências (principalmente aquelas que, segundo o autor, podem interferir mais substancialmente no modo de constituição do discurso, isto é, aquelas ligadas a padrões de comportamento social).

Retornando ao aspecto da relação entre discurso e interlocutores, Osakabe confere àquele a capacidade de definir estes últimos enquanto tais, *"na medida em que só dentro dele e por ele é que ganham existência"* (1977: 15). Assim sendo, locutor e interlocutor só podem ser concebidos dessa maneira, na medida em que ou produzem um discurso (locutores) ou se configuram como entidades para quem se orienta esse discurso, constituindo sua imagem o próprio discurso. Visto isso, conclui o autor que o discurso é *"a realização da capacidade de qualquer falante de instituir e não simplesmente de reproduzir a seqüência verbal que emite"* (1977: 15), tomando seu discurso a forma de uma seqüência "original".

De outra parte, trabalhando com a noção de ato, Osakabe propõe que se considere o discurso como uma entidade que realiza um ato: o ato de criação, pelo sujeito, de sua experiência, *"o que significa que na constituição da experiência (que é sempre única), o próprio sujeito constitui uma experiência, o discurso, que como tal é um acontecimento, cuja fixação só se justifica se se resguardar sua própria capacidade de auto-renovação"* (1977: 16). Dessa forma, o autor é levado a dizer que o ouvinte existe no discurso apenas enquanto criação do sujeito, resultando a experiência constituída pelo discurso *"sempre como um ato criador"*.

IV.1.1. Intersubjetividade e ato de fala: contribuições para a noção de Interlocutor

Como já foi mencionado, Osakabe, através da revisão de conceitos diversos que compõem o insipiente, e já multifacetado, campo da análise do discurso, propõe-se, no trabalho apresentado, à construção de um quadro teórico que possa vir a reger as investigações

voltadas para o conceito-base desta área. Tendo em vista que, desse esforço, sobressai a fixação de duas noções consideradas fundamentais, quais sejam as de intersubjetividade e a de ato de fala, nelas nos concentraremos, a fim de, seguindo as linhas básicas do artigo, verificar sua contribuição para o nosso objeto de investigação.

De onde decorreria a importância das noções mencionadas? Propostas pelo autor como suscetíveis de aprofundar, a partir dos postulados de Benveniste, o conceito de discurso, essas noções estariam na própria base da definição desta entidade e se articulariam de forma tal que, à primeira (a intersubjetividade) se vincularia a última (o caráter de ato de fala) como efeito dessa interação múltipla.

Ora, se, por outro lado, como peças básicas a sustentar a definição de discurso de Osakabe, se encontram também as figuras do locutor e do interlocutor, então parece possível dizer que as noções de intersubjetividade e de ato de fala se encontram igualmente na base de sua caracterização. E se isso é verdadeiro, então devemos considerar como centro da discussão a noção de intersubjetividade, já que é à funcionalidade de sua definição que vem justapor-se a noção de ato de fala (enquanto vinculada ao discurso). Em outras palavras, cabe-nos aqui discutir, ainda que brevemente, os postulados que sustentariam a capacidade operacional da intersubjetividade, considerada como fundamento da definição de discurso e da caracterização de interlocutor.

A partir das indicações dadas pelo próprio artigo de Osakabe a propósito desta noção, que a identifica como a incorporação do sujeito no âmbito da linguagem, no sentido em que é o uso destapor ele que a define não apenas como instrumento de informação, mas principalmente como um lugar no qual o homem realiza uma interação, se constitui e constitui aquele com quem interage, é possível remeter a conceituação da noção às afirmações de Benveniste sobre linguagem e discurso.

Centrando a discussão nesse tópico, encontra-se a noção de sujeito que, para Benveniste (secundado por Osakabe), se incorpora

ria à linguagem por obra e efeito de sua própria ação (a de instaurar o discurso), constituindo a si e ao outro (o interlocutor). Alicerçando essa noção de sujeito parece estar aquela que define a subjetividade de como a unidade psíquica que, transcendendo a totalidade das experiências vividas, reúne e assegura a permanência da consciência. Ora, se tal definição parece, inicialmente, poder reenviar a algumas afirmações de Voloshinov, a partir da consciência interna², remete, por outro lado, à concepção do ser como a realidade da linguagem (o que corrobora o caráter "espiritualizante" atribuído ao termo "unidade psíquica"). E se é possível dizer isso, então parece igualmente justo retomar a crítica a Benveniste (levada a efeito na parte II.4.1.). Com efeito, esse autor, embora acolha como essenciais as noções de locutor e de interlocutor na definição do espaço lingüístico, acaba por relegá-las ao âmbito ideal do ser, ou seja, aquele em que, criando o discurso, o homem se cria e cria o outro. Assim sendo, ainda que reconheça a existência, na linguagem e na sociedade, de um nível "fundamental" e de um nível "histórico", Benveniste articula sua análise de forma tal que, iniciada pela consideração da importância do histórico (relações situacionais na linguagem), esta acaba por atribuir essas características, em última instância, ao nível "fundamental" (do ser). Ou, dito de outra maneira, à luz da ideologia, reconhecendo a existência de relações reais e relações imaginárias, Benveniste parece atribuir os efeitos ideológicos de apropriação do real a características desse real, o que torna a análise, pelo menos, internamente contraditória.

Onde se situaria então o ponto nodal da problemática? A nosso ver, na própria concepção de sujeito. Assume-se, a certa altura, a importância dessa categoria na constituição do discurso (da linguagem), passando-se, no entanto, a atribuir sua ação a um nível psíquico, passível, segundo o autor, de transcender as experiências histórico-sociais. E assumida essa perspectiva, justifica-se a posição de Osakabe, que considera o interlocutor como uma criação do locutor, de sua fala. Ora, em que consiste isso? Certamente em minimizar a importância dessa categoria, já que, embora se lhe considerem

as influências sobre a fala do locutor, sua existência continua estreitamente vinculada à ação deste último, como instaurador do discurso, alargando-se quando o próprio interlocutor se transforma em locutor (em criador). Sem dúvida, estamos bem aquém de um conceito de subjetividade baseado na realidade coincidente da psique individual e do signo (como material semiótico) em que se verificam *"impressões totais de enunciados (...) alternados segundo as leis de correspondência valorativa (emotiva) e desenvolvimento dialogal"* (Voloshinov, 1976: 55).

Diante disso, há que se destruir o conceito de intersubjetividade, tal como proposto por Benveniste? Cremos que se torna necessário situá-lo mais coerentemente. Se a sua noção centralizadora é a de sujeito, e se a ela se atribui importância no confronto lingüístico, então é possível considerá-la, à luz da ideologia, como reenviando a uma apropriação ideológica do indivíduo, ou, em outras palavras, como fruto da interpelação ideológica do indivíduo. Quer isso dizer que, ao invés de lugar do homem (indivíduo), o discurso poderia configurar-se como lugar do sujeito ideológico, isto é, lugar privilegiado da verificação dessa característica. Dessa forma, não se teriam mais sujeitos criadores de seu discurso (concepção que mistura a noção de sujeito à de indivíduo) e de seu interlocutor, mas o lugar privilegiado de confronto dessas vozes, ideologicamente interpeladas como sujeitos.

Se isso puder ser considerado, então o termo intersubjetividade se redefiniria em função de um espaço lingüístico, não instaurado (pelo), mas instaurador do embate dialógico-ideológico configurado como lugar do indivíduo apropriado pelo sujeito ideológico, isto é, o lugar do social (e não do "fundamental"). Decorrente disso, teríamos então que a noção de ato de fala, considerada como outra característica essencial do discurso, se transformaria, na medida de sua vinculação à intersubjetividade (efeito dessa múltipla interação), em efeito de um lugar social.

Redefinidas dessa maneira, como vemos, as duas noções continuam a sustentar a definição de discurso, logrando caracterizá-

-lo de maneira mais contundente e menos minimizadora da categoria do interlocutor, ao mesmo tempo em que a integram em uma concepção mais abrangente da função dialógica/ideológica da linguagem.

IV.2. Lingüística e Teoria do Discurso

Pretendemos aqui retomar alguns pontos que consideramos as linhas mestras do trabalho de Pêcheux, tendo em vista que este pretende fixar as bases para uma análise de discurso que leve em conta os diferentes condicionantes deste, rotulados genericamente como suas condições de produção. Deve-se isso à crença de que, nas concepções e conceitos formulados por esse autor, existem novos elementos que podem contribuir para a melhor caracterização da categoria do interlocutor, tal como a vimos concebendo.

Com esse objetivo, tomemos o artigo "Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours" (1975a), onde Pêcheux propõe-se a, entre outras coisas, traçar um quadro epistemológico que lhe permita esclarecer as relações entre lingüística e teoria do discurso, base para a reformulação numa perspectiva mais aprofundada, de sua proposta de uma Análise Automática do Discurso. Faremos apenas uma apresentação de sua proposta, em termos gerais, tomando como base para um aprofundamento crítico da mesma, seu livro "Les vérités de La Palice" (1975b).

Afirma Pêcheux que sua "empresa" está fundada na articulação de três campos do conhecimento: a saber, o materialismo histórico, a quem caberia a questão das formações e transformações sociais e de uma teoria das ideologias; a lingüística propriamente dita, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos enunciativos; e, por fim, a teoria do discurso, como a responsável pela determinação histórica dos processos de natureza semântica. Esses três campos seriam cortados por uma referência a uma teoria da subjetividade, de bases psicanalíticas, tendo como centro a função do interlocutor - em suas palavras, "*l'effet lecteur comme constitutif de la subjectivité et caractérisé par le fait que les condittions d'existence de cet*

effet doivent, pour que celui-ci se réalise, être dissimulées au sujet lui-même" (1975: 8). O autor enfatiza essa questão da dissimulação, condição de existência do efeito aludido, demonstrando como os protagonistas do discurso não são a fonte do seu sentido nem o seu centro, sendo a ilusão que têm com relação a isso, própria da natureza do processo discursivo.

São essas questões do sentido e do sujeito do discurso, intimamente relacionados com as relações entre linguagem e ideologia, que norteiam o outro trabalho do autor (1975b) que passaremos a apresentar. Inicialmente, o autor examina um certo número de relações entre lógica, de uma parte (quantificador universal/existencial, função, predicado/argumento, implicação e silogismo, composição interposicional, etc.) e lingüística, de outra parte (nome próprio/comum, demonstrativo, artigos definidos/indefinidos, propriedades lexicais, etc.), e isso a propósito de dois funcionamentos: um que se refere em definitivo às modalidades de "preenchimentos" dos lugares e de argumentos de um predicado, enquanto condições de formação do enunciado, baseando-se o outro na passagem à discursividade, ao engendramento do "texto". A partir disso, Pêcheux formula as seguintes questões: 1) Devemos considerar que esses dois funcionamentos são neutros com relação à descontinuidade ciências/ideologias?, 2) O caráter lógico-lingüístico desses dois funcionamentos constituiriam estruturas de base suscetíveis de "servir" indiferentemente ciências e ideologias? e, finalmente, 3) Seriam eles suficientes para dar conta da simulação dos conhecimentos científicos no "desconhecimento" ideológico?

Respondendo a isso, Pêcheux acentua que o duplo funcionamento lógico-lingüístico, não é "neutro" ou "indiferente" com relação à ideologia; pelo contrário, pode-se dizer que ele realiza espontaneamente o recobrimento ideológico da descontinuidade, simulando-a ideologicamente. Tal simulação repousaria sobre o mascaramento de um terceiro efeito, nem lógico nem lingüístico (e que vem a constituir propriamente o objeto do livro do autor): a forma de uma abordagem teórica materialista do funcionamento das representações e do "pensamento" nos processos discursivos.

Baseado nessa perspectiva, bem como nas proposições de Althusser, segundo as quais a ideologia deve ser considerada como força material (por oposição a idéias), cuja fonte não seriam os sujeitos (uma vez que são elas que constituem os indivíduos como sujeitos), Pêcheux procura explicitar as condições ideológicas de reprodução/transformação das condições de produção. Com essa finalidade, propõe uma série de observações de caráter fundamental para o conceito de ideologia, baseadas, em seu conjunto, em duas constatações igualmente remontáveis à obra de Althusser. A primeira refere-se ao fato de que a ideologia não seria, de nenhuma maneira, o elemento único pelo qual se efetuariam a reprodução/transformação das condições de produção de uma formação social, pois não se podem desconhecer as determinações econômicas, responsáveis, "em última instância" por essa reprodução; a segunda proposição trata do caráter essencialmente contraditório de todo modo de produção, que repousa sobre uma divisão em classes, isto é, cujo "princípio" é a luta de classes.

Tendo em vista, portanto, esses pressupostos, Pêcheux acentua aspectos como: a) a ideologia não se reproduziria sob a forma geral de um *Zeitgeist* (isto é, "o espírito do tempo", a "mentalidade da época", os "hábitos de pensamento" etc.) que se imporá de maneira igual e homogênea à "sociedade" como espaço anterior à luta de classes (em outras palavras, os AIE não são a realização da Ideologia em geral); b) a atribuição a cada classe de sua ideologia, como se cada uma vivesse "antes da luta de classes", em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, é, enquanto tal, impossível. Isso porque, por essa concepção, a luta ideológica seria o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes, tendo cada um suas práticas e suas "concepções de mundo", esse encontro sendo seguido da vitória da classe "mais forte", que então imporá sua ideologia à outra; c) os AIE não são a expressão da dominação da ideologia dominante, mas representam o lugar e o meio de sua realização; d) em acréscimo, diz Pêcheux que os AIE não são puros instrumentos da classe dominante, máquinas ideológicas que reproduzem pura e simplesmente as relações de produção. O que significa consti-

tuírem eles, simultânea e contraditoriamente, o lugar e as condições ideológicas da transformação das relações de produção (isto é, da revolução, no sentido marxista-leninista).

Essas constatações levam o autor a afirmar que, numa conjuntura dada, seria absurdo pensar que os AIE contribuam de uma maneira igual à reprodução das relações de produção e à sua transformação. Na verdade, suas propriedades "regionais" condicionam sua importância relativa (a desigualdade de suas relações) no âmbito do conjunto dos AIE, e isso em função do estado da luta de classes na formação social considerada. No rastro dessa observação, o autor mostra que, considerada em sua materialidade concreta, a instância ideológica existe sob a forma de "formações ideológicas" que, por sua vez, possuem um caráter "regional" e comportam posições de classe. Dessa maneira, haveria uma simultaneidade entre o aparecimento dos "objetos" ideológicos e da maneira de deles se servir, isto é, seu "sentido", sua "orientação", "interesses de classe a que servem", configurando-se, portanto, essas ideologias práticas como práticas de classes (de luta de classes) na Ideologia. Assim sendo, não se encontrariam, na luta ideológica, "posições de classes" de existência abstrata, podendo aplicar-se em seguida aos diferentes "objetos" ideológicos regionais nas situações concretas, na Escola, na Família, etc. Na verdade, não se teriam objetos ideológicos regionais tomados particularmente, caracterizando a reprodução/transformação das relações de produção no nível ideológico, mas sim a própria existência de sua "quebra" em regiões (Religião, Moral, Lei, Justiça, Família, Saber, etc.) e as relações de desigualdade/subordinação entre essas regiões constituindo, de fato, o "enjeu" da luta ideológica de classes.

Nessa linha de pensamento, acentua Pêcheux que a forma da contradição inerente à luta ideológica entre as duas classes antagônicas não é simétrica, no sentido em que cada uma tenderia a realizar a mesma coisa que a outra. Pelo contrário, como o acentua E. Balibar, as relações de classe são dissimuladas pelo funcionamento do aparelho de Estado, pelo mecanismo mesmo que o realiza, de tal maneira que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (ou seja, li-

vres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produtos - reproduzidos como as evidências naturais.

Retomando por fim as proposições de Althusser, segundo as quais a Ideologia interpela os indivíduos como sujeitos, constituindo-se, por oposição às ideologias particulares, como um fenômeno a-histórico (isto é, ela não tem história própria), Pêcheux lembra que a reprodução, como a transformação, das relações de produção é um processo objetivo e não um simples estado de fato que seria suficiente constatar. Com relação a isso, a primeira proposição de Althusser parece transcender à mera constatação. Por outro lado, o conceito de uma Ideologia (que embasaria a elaboração de uma teoria da Ideologia em geral) aparece muito especificamente, segundo o autor, como o meio de designar o fato de que as relações de produção são as relações entre os "homens", no sentido em que não se trata de relações entre "coisas, máquinas, animais ou anjos". Em outras palavras, o conceito de Ideologia em geral, sem introduzir uma certa idéia subreptícia de "homem" com antinatural, transcendente, sujeito da história, negação da negação, etc., (cf. a Réponse a John Lewis), permite pensá-lo (ao homem) como "animal ideológico".

Dentro desse aparato teórico, o autor acentua como necessidade mesma de seu trabalho que questão da determinação do sentido se uniria à da constituição do sujeito, e isto não de forma lateral (por exemplo, no caso particular dos rituais ideológicos da leitura e da escritura), mas no interior da própria tese central (interpelação do indivíduo como sujeito).

Para concluir, tomemos a idéia de Pêcheux segundo a qual as palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido de acordo com as posições tomadas pelos que as empregam, o que significa que eles tomam seu sentido por referência a essas posições, isto é, por referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. Diante disso, o autor propõe chamar formação discursiva aquilo que, em uma formação ideológica determinada (isto é, a partir de uma dada posição numa determinada conjuntura, determinada pelo estado da luta de classes), determina "o que pode e deve ser dito". De

acordo com essa definição, palavras, expressões, etc., receberiam seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas, de onde o autor infere que os indivíduos são "interpelados" como sujeitos falantes (como sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam "na linguagem" as formações ideológicas que lhes correspondem. Se assim é, a questão da relação entre base (lingüística) e processo (discursivo-ideológico) encontraria aqui o ponto de partida de sua solução. Isto é, nos termos do autor, se uma mesma palavra, uma mesma expressão, uma mesma proposição, podem receber sentidos diferentes - todos igualmente "evidentes" - segundo se refiram a uma ou outra formação discursiva, é porque elas não têm um sentido que lhes seja "próprio" enquanto ligado à sua literalidade mas, ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que elas entretêm com outras palavras, expressões, proposições, da mesma formação discursiva. Correlatamente, se se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições tomam outro sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, é também necessário admitir que as palavras, expressões e proposições literalmente diferentes, poderiam, no interior de uma formação discursiva dada, "ter o mesmo sentido".

IV.2.1. O lingüístico e o ideológico: o lugar do interlocutor

Como temos deixado claro, visa o presente trabalho a uma abordagem lingüística que dê ênfase ao aspecto particular da figura do interlocutor, constituindo-se, ao mesmo tempo, inextricavelmente, em uma visão teórica específica de linguagem, que excluiria, de antemão, outras abordagens cabíveis a propósito de temas diversos. Situando-nos nessa perspectiva, parece-nos possível dizer que a leitura de Pêcheux, confirmatória da leitura que teve como centro o trabalho de Althusser (ver parte II.1.1.), pode fornecer alguns elementos a mais com relação a essa estreita vinculação entre o tema escolhido e as teorias a ser abordadas. Diríamos que o conceito de ideologia, tal como foi proposto (e posteriormente reutilizado) por Althusser e outros autores é-nos essencial para a compreensão não apenas da figu-

ra do interlocutor (concebida como uma das molas mestras para uma abordagem lingüística com vistas ao social) como também à própria conceituação de linguagem, enquanto fruto de tal abordagem.

Ao que nos parece, a contribuição de Pêcheux se dá em dois pontos principais: o primeiro diz respeito à posição do sistema lingüístico com relação à luta ideológica, referindo-se o segundo à própria especificação do conceito de ideologia e de suas atribuições.

Com relação ao primeiro aspecto considerado, vê-se em causa a questão da relativa autonomia do sistema lingüístico diante das condições sociais que o cercam - problema esse a que Pêcheux responde, como o vimos, acentuando que o duplo funcionamento lógico-lingüístico não é "neutro" ou "indiferente" com relação à ideologia, mas que, pelo contrário, realiza espontaneamente o recobrimento ideológico da descontinuidade, simulando-a ideologicamente pelo mascaramento de um terceiro elemento, constituído pelo funcionamento das representações e do pensamento nos processos discursivos. Afora o fato de que é especificamente nesse aspecto que Pêcheux concentra sua atenção, sob a forma de uma abordagem teórica materialista, podemos daí inferir algumas constatações importantes para nosso objeto de investigação: em primeiro lugar, parece cair por terra a idéia da autonomia do sistema lingüístico, e com ela, igualmente, a concepção de um estudo que visasse unicamente a abordar esse sistema concebido lógico-lingüisticamente. Em outras palavras, embora seja possível, tecnicamente, levar a cabo uma abordagem desse tipo, restaria inconcluso e inerte o aspecto que o liga à realidade social que o gerou e a que ele reenvia. Reencontramos, portanto, aqui, o pensamento de Voloshinov, quando se refere à importância da situação concreta para um estudo lingüístico e, da mesma maneira, quando vê na linguagem o fenômeno ideológico por excelência. Por outro lado, ao falar de representações (o elemento "mascarado" através de um processo de simulação ideológica, levado a cabo pelo duplo funcionamento da linguagem), Pêcheux reenvia-nos necessariamente à importância da consideração do interlocutor em um estudo lingüístico que procure levar em conta os pressupostos acima arrolados. Une-se esse pensamento claro e obviamente

aos anteriores, em particular com relação à consideração da situação concreta em que se produzem os enunciados, bem como ao problema, sugerido por Voloshinov, de que o surgimento mesmo dos signos estaria vinculado a um processo de interação entre consciências individuais. A par dessas considerações, e situando-nos ainda no ponto de vista das relações que entretêm linguagem e ideologia, Pêcheux abre outras valiosas perspectivas a propósito da complexa problemática do sentido e significado. Ou seja, relevando a importância da consideração da situação concreta (de produção da fala) e das "representações" mas caradas ideologicamente pelo duplo funcionamento já referido, o autor acentua o fato de palavras, expressões e proposições assumirem diferentes sentidos, segundo as posições tomadas pelos que as empregam, isto é, de acordo com as posições do locutor/interlocutor da fala em questão. Por extensão a isso e também ao que propôs sobre as "representações", o autor infere, portanto, que as palavras, expressões e proposições não teriam um sentido próprio referente à literalidade mas o tomariam na dependência das formações ideológicas em que se inserem as posições assumidas pelo locutor/interlocutor. Parece clara a possibilidade de se traçar um paralelo entre essas propostas e as de Voloshinov, particularmente com referência à concepção deste último da realidade da linguagem. Com efeito, segundo Voloshinov, essa realidade instala-se no fato social da interação verbal, cumprida em um ou mais enunciados, importando ao falante, na forma lingüística, menos o seu caráter de signo estável e auto-equivalente que seu caráter de signo adaptável e sempre mutante. Evidencia-se, por outro lado, o caráter até mesmo tautológico que permeia as relações entre a figura do interlocutor (e sua importância para um estudo lingüístico) e as considerações a partir do conceito de ideologia. Ou seja, se se assume como válida, em certo estágio, a abordagem social da linguagem, por considerá-la menos desvitalizadora e menos artificial, não se poderiam desprezar as suas relações com as situações concretas de produção de enunciados, nem tampouco com os "produtores" desses enunciados (locutor/interlocutor). Por outro lado, não se pode ignorar a construção social da realidade, a ideologia que com ela se articula e,

portanto, a importância da linguagem vista sob o prisma de seus "produtores", agora revistos. Em outras palavras, cabe agora rever seus "produtores" enquanto seres socialmente configurados, como quer Voloshinov, e ainda mais: como indivíduos interpelados como sujeitos de seu discurso pela ideologia, considerada como reduto da luta de classes.

É neste segundo ponto que avaliamos a contribuição dada por Pêcheux no trabalho citado, na medida em que esclarece algumas noções atribuíveis ao conceito de ideologia, tal como o concebeu Althusser. É o caso, por exemplo, da negação da noção de Ideologia como o "espírito do tempo" ou "mentalidade da época", que se imporá de maneira homogênea à sociedade como espaço anterior à luta ideológica de classes ou a refutação da concepção de tal luta como o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes, portadores, cada um deles, de práticas e concepções próprias, sendo esse encontro seguido da vitória da classe "mais forte", que então imporá sua ideologia à outra. Parece-nos, sobretudo, essencial ressaltar estas constatações a fim de melhor obtermos a concepção de Voloshinov do signo lingüístico como caracterizado, sobretudo, por sua multiacidentalidade, ou seja, de signo constituído no espaço de confronto de vozes diversas. Com efeito, parece-nos que somente à luz do conceito de Ideologia entendido como o lugar privilegiado, embora não único, da luta de classes (e com todas as decorrências possíveis), esclarece-se a verdadeira concepção dessas vozes diversas que se confrontam pela linguagem. Por outro lado, parece elucidar-se também essa característica (o confronto de vozes) que transcende uma mera função lingüística da comunicação humana, para estabelecer a linguagem como o domínio do dialógico, da luta das vozes sociais. Se assim é, o recurso ao conceito de Ideologia dá-nos ainda outro dado: a forma da contradição inerente à luta ideológica entre duas classes antagônicas não é simétrica, no sentido de que cada uma tenderia a realizar a mesma coisa que a outra. Dessa maneira, a linguagem, enquanto espaço ideológico privilegiado mostraria/acobertaria essa luta (através, como vimos, do duplo funcionamento lógico-lingüístico da linguagem, que mascararia as "representa-

ções"), tendo na figura do interlocutor ao qual se dirige uma determinada "fala" um ponto capital para o desnudamento (científico) dessa dupla função ideológica.

Enfim, a perspectiva assumida por Pêcheux, contrária a outras tendências do campo de análise do discurso, contribui mais substancialmente para uma melhor caracterização do ato verbal, que, como vimos, fundado numa circunstância particular, permite entrever a realidade interativa de locutor e interlocutor, social e historicamente configurados, base para a concepção dialógica e ideológica da linguagem.

NOTAS

1. Ver a parte II.4.2, onde se discute esse ponto, a partir do artigo de Vogt (1979).
2. Somente constituída como fato possível na concreção material dos signos.

CAPÍTULO V

DISCURSO REFERIDO E INTERLOCUTOR

Uma das maneiras (talvez mesmo a única) tradicionais de abordagem da categoria do interlocutor, particularmente se se considera a sua inscrição no discurso do locutor, tem sido, historicamente, o tratamento dado aos diversos tipos de discurso referido (ou "relatado"), encontrável tanto na tradição gramatical quanto na tradição de estudos literários. O próprio Voloshinov (1976), após as considerações acerca da linguagem como fenômeno ideológico por excelência, bem como das decorrências daí advindas, concentra-se no problema do discurso referido, por ele considerado como um dos aspectos passíveis de análise, segundo os fatores anteriormente mencionados.

Apesar disso, não se pode afirmar que a tradição lingüística ofereça aspectos muito contundentes com relação ao estudo do discurso referido, sendo delegada essa investigação antes a estudos especificamente voltados para o discurso literário que propriamente relacionados à linguagem em geral. No que toca à investigação do presente trabalho, ater-nos-emos a alguns aspectos básicos do discurso referido, com vistas a esclarecer o seguinte ponto: já que, procurando arrolar razões teóricas para um estudo lingüístico a partir da categoria do interlocutor, vimos constatando a estreita vinculação desse aspecto a uma concepção específica de linguagem (a dialógica/ideológica), quais as contribuições fornecidas pelos estudos sobre o discurso referido? Comportam eles essa visão específica de linguagem ou se restringem a algumas ocorrências particulares, não passíveis de generalização? Para responder a essas questões lançaremos mão de alguns estudos, em sua maioria literários, uma vez que, como fizemos notar, são praticamente inexistentes os estudos estritamente lingüísticos sobre o tema em questão.

Antes de a isso proceder, entretanto, retomaremos o que diz Voloshinov a esse respeito (sabendo ser sua perspectiva a de análise da linguagem em geral), tendo em vista o estabelecimento de um

confronto entre as idéias deste e aquelas constantes dos estudos a que aludimos. Tal confronto tem o objetivo de explorar as possibilidades de operacionalização da obra de Voloshinov, no que concerne à categoria de interlocutor - a que se liga estreitamente a de "discurso referido", na medida mesma em que as formas de manifestação deste fenômeno se constituem num índice da presença daquela categoria.

V.1. *O Discurso Referido segundo Voloshinov*

Definindo o discurso referido como "*o discurso dentro do discurso, enunciado dentro do enunciado*", e, no mesmo tempo, como "*discurso acerca do discurso, enunciado acerca do enunciado*", Voloshinov vê nesse fenômeno lingüístico (ideológico) não apenas um tema do discurso do locutor, mas, acima de tudo, a capacidade de introduzir-se por si mesmo, como unidade integrante da construção, na estrutura sintática desse discurso. Por outra parte, sendo já uma unidade de construção no discurso do autor, introduz-se no plano temático deste como discurso referido, um enunciado com seu próprio tema autônomo. Em outras palavras, o tema autônomo chega a ser, nos termos de Voloshinov, tema de um tema.

Destas observações, derivam-se duas outras, fundamentais, com relação ao discurso do locutor e ao discurso referido: o primeiro, ao mesmo tempo que preserva sua autonomia original, põe em jogo regras sintáticas, estilísticas e de composição, para chegar à assimilação parcial do discurso referido; quanto a este último, representando a relação ativa de uma mensagem com outra, através das pautas de construção estabilizadas (próprias da língua), provê informações sobre as tendências sociais constantes em uma recepção ativa do discurso de outros falantes, tendências que se cristalizaram nas formas da língua. Segundo o autor, o mecanismo deste processo não está localizado na alma individual, mas na sociedade, distinguindo-se duas direções, unidas organicamente, para a unidade da recepção ativa da linguagem: o enunciado recebido é enquadrado em um contexto de interpretação fática e imediatamente é preparada uma resposta. O autor

conclui que, havendo uma interrelação dinâmica a unir o discurso do autor e o discurso referido, esse dinamismo refletiria aquele da interorientação social na comunicação ideológica verbal entre as pessoas. Quanto às mudanças nas formas do discurso referido, Voloshinov atribui-as (como também as condições da comunicação verbal) aos pré-requisitos econômicos e sociais de um determinado período.

Já no capítulo dedicado ao discurso direto e ao discurso indireto, Voloshinov, considerando-os como modelos normalizados de transmissão do discurso, vê na língua russa (tomada como parâmetro para a caracterização dos modelos) uma primazia quase-absoluta do discurso direto.

Com relação ao discurso indireto, o autor constata aí uma tendência analítica, que pode tomar duas direções: uma modificação analítica do referente, em que o enunciado pode ser recebido como uma determinada atitude particular de ideação do falante e uma modificação analítica da textura, pela qual o enunciado é transmitido como uma expressão que não só caracteriza o referente, mas também, e em maior escala, o próprio falante (sua maneira de falar, seu estado de ânimo, não expressos no conteúdo, mas nas formas de seu discurso). O primeiro caso (a recepção puramente temática do enunciado), ao mesmo tempo que possibilita amplamente as tendências à réplica e ao comentário no discurso do autor, mantém uma separação clara entre o enunciado que refere e o referido, tendendo a preservar a coesão e a autonomia do enunciado. Já a segunda possibilidade, incorporando no discurso indireto palavras e locuções que caracterizam a fisionomia subjetiva e estilística da mensagem considerada como expressão, pressupõe, a um tempo, um alto grau de individualização dos enunciados de outros falantes e a habilidade para perceber, de modo claramente diferenciado, a envoltura verbal de um enunciado e seu significado referencial.

A propósito do discurso direto, Voloshinov a ele se referirá, limitando-se às modificações que exibem um intercâmbio mútuo de entonações, uma espécie de contágio entre o contexto que refere e o discurso referido. Dessa maneira, o autor menciona três variações do discurso direto: o discurso direto pré-determinado, caracterizado

pela imposição do autor, em que os temas básicos do discurso direto são antecipados pelo contexto e coloridos pela entonação do autor; o discurso direto particularizado, em que o contexto do autor é construído de tal modo que os traços por ele utilizados para definir uma personagem jogam pesadas sombras sobre o discurso citado em forma direta; o discurso direto antecipado e disseminado que, oculto no contexto do autor, transforma a este em enunciados diretos e reais do herói; o discurso direto retórico, situado, ao que parece, no próprio limite estabelecido entre o discurso do autor e o discurso referido; e, finalmente, o discurso direto substituído, em que o autor se identifica com o herói, pressupondo essa substituição um paralelismo de entonações na mesma direção (e inexistindo a interferência).

Com relação ao discurso indireto livre, na nomenclatura de Voloshinov "discurso quase-direto"; o autor critica as concepções que lhe atribuem uma característica de *"combinação de discurso direto e discurso indireto"*, por se apresentarem totalmente inaceitáveis em sua necessidade de uma explicação genética. Segundo ele, mesmo em seu aspecto puramente descritivo, essa definição resulta incorreta, porque o que se teria no discurso quase-direto não é uma simples combinação mecânica ou soma aritmética de duas formas, mas uma tendência positiva, totalmente nova, na recepção do enunciado de outra pessoa, uma direção especial em que se move a dinâmica da interrelação entre o discurso referido e o discurso que refere. É importante também considerar a crítica feita por Voloshinov à concepção de discurso indireto livre, tal como foi exposta por Th. Kalepky. Esse autor vê em tal modalidade uma terceira forma, totalmente autônoma, de discurso referido e o definiu como discurso velado ou autônomo, cujo traço estilístico característico dependeria da necessidade de "acertar" quem é o falante. Para Voloshinov, pelo contrário, o discurso quase-direto não contém um dilema do tipo ou/ou; seu específico consiste em que tanto o autor como a personagem falam ao mesmo tempo, em uma só construção lingüística, na qual se mantêm os acentos de duas vozes de orientação distinta.

A concepção da escola vossleriana a respeito do mesmo te

ma, é igualmente refutada por Voloshinov, por transportar o aspecto dominante, em suas investigações, da gramática à estilística e à psicologia, explicando o discurso quase-direto por fatores como "afeto na linguagem", "fantasia", "empatia", etc. Para Voloshinov, o discurso quase-direto, ao invés de representar uma impressão passiva do enunciado de outro, expressa uma orientação ativa, que não só implica um giro de primeira a terceira pessoa, mas impõe seus próprios acentos, que interferem e entram em conflito com os do enunciado referido. Dessa forma, no fenômeno lingüístico objetivo do discurso quase-direto não se combinam a identificação e o distanciamento dentro dos limites de uma psique individual: combinam-se os acentos da personagem (identificação) com os do autor (distanciamento) dentro dos limites de uma mesma construção lingüística.

A respeito da análise proposta por Voloshinov a propósito do discurso referido, ater-nos-emos a dois pontos teóricos fundamentais: o discurso referido visto como unidade autônoma, suscetível de modificar o contexto que o engloba (o discurso do locutor) e, ao mesmo tempo, representar a interação ativa de uma mensagem com outra. Não nos deteremos, neste trabalho, em suas classificações mais específicas dos diferentes tipos de discurso, por representarem já aplicações particulares, com vistas à explicação de exemplos literários da língua russa. Parecem-nos mais importantes os dois aspectos teóricos mencionados por sua possibilidade de generalização a nível de um estudo sobre a linguagem. Nesse sentido, remetendo-nos à afirmação de Voloshinov, segundo a qual o dinamismo entre as mensagens (discurso que refere/discurso referido) refletiria aquela da interorientação ideológica verbal entre as pessoas, os dois aspectos a que nos referimos parecem fortalecer constatações que vimos arrolando. Em primeiro lugar, considera-se o discurso referido como fenômeno lingüístico, uma vez que à linguagem se atribuem características de interação entre os falantes. Em segundo lugar, como decorrência, a categoria do interlocutor, representada de maneira dupla (ou seja, através do interlocutor inicial, transformado em locutor a partir do discurso referido, e o interlocutor a quem se dirige esse discurso) mereceria igual-

mente um tratamento lingüístico, o que confirma nossas hipóteses iniciais.

V.2. *Estética e Elocução*

Iniciaremos pelo estudo de Bakhtine "Le Locuteur dans le Roman" (1978), recordando não constituir ele uma análise "pura" do discurso referido, mas a ele vincular-se através do tratamento dado a outros temas afins, aspecto esse de que, a nosso ver, releva sua maior importância.

Visando a mostrar que a linguagem do romance, única e direta, é polêmica e apologética, i.é., dialogicamente correlata ao plurilingüismo, Bakhtine afirma ter este último duas formas de penetração no romance: "em pessoa", ou seja, materializando-se nas figuras dos locutores, ou, então, servindo de fundo ao diálogo, determinando a ressonância particular do discurso romanesco direto. A verificação desses aspectos se fará, no trabalho mencionado, a partir da consideração de dois elementos essenciais: o homem que fala e sua fala, concebidos tanto na linguagem ordinária, quanto na linguagem romanesca (e servindo a esta última como elemento "especificador" e "criador" de sua originalidade estilística). Para o desenvolvimento dessa linha de pensamento, o autor parte do esclarecimento de três afirmações sobre o romance: a primeira diz respeito ao fato de que, nesse gênero, o homem que fala e sua fala são objeto de uma representação verbal e literária; pela segunda, o locutor, no romance, é essencialmente concebido como um indivíduo social, historicamente concreto e definido, configurando-se seu discurso como uma linguagem social (ainda que embrionária) e não como um dialeto individual; quanto à terceira, especifica o locutor, em graus diversos, como um ideólogo e suas falas como um ideologema. É enquanto ideologema que o discurso romanesco se torna objeto de representação, não correndo o risco de se tornar um jogo verbal abstrato.

Não é, portanto, a imagem do homem em si a característica principal do gênero romanesco, mas a imagem de sua linguagem. As-

sim sendo, constatando a impossibilidade de se representar adequadamente o mundo ideológico de outro sem lhe dar ressonância (ou seja, sem descobrir-lhe as falas), Bakhtine volta-se para o aspecto da transmissão do discurso do outro, bem como para o problema de suas formas sintáticas e estilísticas¹. Para isso, parte de algumas constatações tiradas à linguagem ordinária, afirmando que em todos os domínios da vida e da criação ideológica, nossas falas contêm em abundância as palavras de outro, transmitidas com um grau de precisão e de parcialidade fortemente variados. Assim sendo, segundo o autor, quanto mais a vida social da coletividade que fala é intensa, diferenciada e elevada, mais a fala, o enunciado de outro, tem parte maior em todos os objetos do discurso, quer sob a forma de uma transmissão interessada, de uma exegese, de uma discussão, apreciação, refutação, desenvolvimento, etc. Acentuando também que a importância desse tema não diminui em nada nas esferas mais elevadas, mais organizadas, já que aí também se encontra a todo instante uma "citação", uma "referência" (ao que diz tal pessoa, ao "que se diz", ao que "cada um diz", às falas do interlocutor, às nossas próprias falas anteriores, a um jornal, a um documento, etc.), Bakhtine constata ainda que a maior parte das informações e das opiniões são transmitidas, em geral, sob uma forma indireta, não como emanando de si, mas referindo-se a uma fonte geral, não precisada: "considera-se", "pensa-se", etc.

Passando dessa abordagem do discurso referido à sua situação "dentro" do discurso que o engloba, o texto pretende mostrar que este último, criando um fundo dialógico de influência muito importante, sofrerá modificações de sentido, referentes à intervenção do primeiro (discurso referido) que com ele estabelece uma espécie de amálgama químico (no plano do sentido e no da expressão). É por essa razão que um estudo com vistas a investigar as diferentes formas de transmissão do discurso do outro não pode separar o procedimento de elaboração desse discurso do procedimento de seu enquadramento contextual (dialógico), já que os dois procedimentos estão indissociavelmente ligados.

Por outro lado, verifica-se que, na vida cotidiana (lin-

guagem ordinária), o discurso referido é objeto de transmissão interessada, determinando, na verdade, o interesse prático, todas as formas correntes de transmissão da fala do outro e, portanto, também suas transformações, as finas nuances de sentido e de acento, até as distorções aparentes e grosseiras do conjunto verbal. Apesar disso, como acentua o autor, essa orientação para uma transmissão interessada não exclui certos aspectos da representação, donde decorre a importância de saber quem fala e em que circunstâncias precisas.

Dessas constatações, passa Bakhtine à abordagem de um aspecto ainda mais polêmico: a questão do futuro ideológico do homem. Ressaltando que a evolução ideológica do homem, no contexto mencionado, é um processo de escolha e assimilação das palavras de outro, o autor vê nessa fala não simples informação, indicação, regra, modelo, ou coisa semelhante, mas definição das próprias bases da atitude e do comportamento humano, na medida em que se reveste ora de características autoritárias, ora de características persuasivas. O conflito e as interrelações dialógicas dessas duas categorias, determinando, nos termos do autor, a história da consciência ideológica individual, podem, por vezes, se unir em uma única fala, ao mesmo tempo autoritária e persuasiva.

Daqui passa Bakhtine a fornecer alguns traços característicos de ambas as modalidades de fala do outro. Com relação à fala autoritária, especifica a sua exigência interna de reconhecimento, de assimilação (por parte de quem a ouve), impondo-se ao interlocutor independentemente de seu grau de persuasão e não sendo passível de ser assimilada livremente às palavras deste. Indissociavelmente ligada à autoridade (poder político, instituição, personalidade), penetra na consciência verbal do interlocutor como uma massa compacta e indivisível, podendo, ao mesmo tempo, encarnar conteúdos diferentes e manter relações de diversos tipos com o ouvinte "compreensivo" presumido (um certo grau de reciprocidade). De outra parte, Bakhtine acentua que diversos aspectos (reificação, concretização, redução ao nível do cotidiano, etc.) foram estudados no plano da psicologia, mas jamais do ponto de vista de uma elaboração verbal em um monólogo inte-

rior de um homem em devir, um monólogo de toda uma vida.

Passando a abordar as principais características da fala persuasiva, e reconhecendo-lhe diversas formas de apresentação, o autor distingue sua produtividade criativa no fato de revelar ela o pensamento e a nova fala autônoma do interlocutor, organizando o interior do conjunto de suas palavras, ao invés de permanecer em um estado de isolamento e de imobilidade. Entretendo uma ação recíproca e um conflito com as outras falas persuasivas, esse tipo de fala apresenta estrutura semântica não terminada, aberta, suscetível de, em cada um de seus novos contextos dialógicos, revelar sempre novas possibilidades semânticas. Fala contemporânea, no dizer do autor, implicando uma concepção singular de ouvinte (a categoria de ouvinte/leitor compreensivo lhe é constitutiva), a fala persuasiva pode encarnar procedimentos de elaboração e de encadeamento tão dinâmicos, a ponto de se tornar ela própria onipresente no contexto. Bakhtine aponta ainda outra característica da fala persuasiva: ela é passível de ser interrogada, de dar lugar a uma posição nova, a fim de que se superem as suas fraquezas, se descubram as suas fronteiras e se sinta sua objetividade.

Em consequência dessas constatações, Bakhtine defende uma abordagem dialógica da linguagem, não se abstraindo a significação ideológica atual da fala e *"aliando a objetividade da compreensão à sua vivacidade e sua profundidade dialógicas"*. Isso porque, segundo o autor, abordar a fala de maneira temática, sem transmissão dialógica, torna-se impossível, a menos que se considere essa fala como puramente objetivada, reificada. Finalmente, no gênero romanesco (em um "romance verdadeiro"), Bakhtine descobre, por trás de cada enunciado, a natureza das linguagens sociais², com sua lógica e sua necessidade internas. Trata-se, como ele o ressalta, de uma perspectiva sócio-lingüística; não se presta a uma definição lingüística estrita, mas traz em si as virtualidades de uma futura singularização dialetológica, já que a imagem autêntica da linguagem tem sempre contornos dialogizados. Finalizando, o autor vislumbra no diálogo das linguagens não apenas o diálogo das forças sociais em sua coexistência, mas

também o diálogo dos tempos, das épocas e dos dias.

A escolha deste trabalho de Bakhtine parece ser de extrema relevância para nosso objeto de investigação, na medida em que, não se atendo a aspectos específicos e formalizados do discurso referido, abre interessantes perspectivas para uma nova concepção de linguagem. Parece-nos mesmo possível dizer que, representando uma concepção revolucionária com relação à tradição lingüística, o trabalho de Bakhtine, na linha seguida por Voloshinov, partindo de noções consideradas "modernas" acerca da investigação lingüístico-social, tenta reencontrar o verdadeiro lugar do homem e de sua fala, não se arriscando a fixar noções puramente deterministas, nem tampouco se eximindo de considerar a sua importância (particularmente no que se refere a aspectos sociais).

Parece evidente a estreita ligação deste trabalho aos conceitos assumidos por Voloshinov, particularmente no que tange à consideração do fundo dialógico da linguagem (o signo lingüístico como arena de cotejo de várias vozes) relacionado à consideração dos lugares sociais em que se encontram os participantes da linguagem. Outro importante ponto de ligação diz respeito à preocupação mais ampla com o sentido de ideologia, enquanto vinculado à linguagem, e que, em Bakhtine, toma o nome de "futuro ideológico do homem". Em outras palavras, enquanto Voloshinov se referia à consciência individual enquanto consciência plenificada de conteúdo ideológico (semiótico) e, portanto, apenas formada no processo de interação social, mostrando assim que, entre a psique e a ideologia se estabelece uma contínua e recíproca ação dialética, Bakhtine identifica no fundo dialógico da linguagem, em vista do aspecto do futuro ideológico do homem, as próprias bases da atitude e do comportamento humano.

Vajamos como se articulam essas concepções em torno da categoria de interlocutor. Lembremos, antes disso, que, embora este trabalho de Bakhtine vise principalmente ao discurso literário, abrindo uma perspectiva extremamente interessante, mas de cunho incompatível com o alcance deste estudo, consideramô-lo coerente com nossas propostas, particularmente na medida em que fornece importantes indí-

cações com respeito à linguagem ordinária.

Iniciado pela atribuição de um papel preponderante às noções de "homem que fala" e de "sua fala", é fácil notar que o artigo se encaminha para o cruzamento desses dois aspectos, através da inserção de um terceiro elemento: a atribuição de um papel social ao homem que fala, do que decorre a atribuição de um papel ideológico a esse mesmo homem. Partindo-se, por ora, do homem que fala e de sua fala, aí se verifica uma primeira e necessária ligação entre as noções de homem e de linguagem, noções essas que vimos particularmente utilizar do após as considerações sobre o gênero retórico. Podemos dizer que, de certa maneira, vemos confirmada tanto a utilidade desse procedimento metodológico, quanto a sua aplicação anterior ao sistema retórico, na medida em que se encontram em Bakhtine algumas indicações do gênero, mostrando que à aparente reificação da linguagem (característica do discurso retórico) corresponderia, na verdade, uma visão dialógica do homem "social", viabilizada pela linguagem.

Voltando à identificação das noções de homem que fala e de sua fala, vemos que, no trabalho de Bakhtine, ela aparece estreitamente vinculada a uma concepção específica de linguagem: a linguagem não retirada à sua realidade, uma vez que este "arranchement", destrutor por si próprio, privando a linguagem de sua profundidade semântica e de sua mobilidade, impede-a, por outra parte, de ampliar e de renovar seu sentido em contextos novos e vivos, "matando-a" enquanto fala, *"porque a fala significativa vive ao redor de si mesma, vive de sua orientação para o exterior"*. Ora, diante de uma constatação que afirma a existência de determinada "realidade" da linguagem, pergunta-se como seria ela constituída, bem como qual sua descrição possível. No trabalho de Bakhtine, a resposta é clara e inconfundível: a verdadeira realidade da linguagem é dialógica, nascida do "embate" do homem que fala e de sua fala com relação ao(s) interlocutor(s). Daí, a necessidade de sua consideração na maior parte dos estudos, principalmente, no dizer do autor, no que toca às disciplinas filosóficas, notadamente a lingüística, onde, até hoje, se surpreenderia uma fala erroneamente objetivada, a que corresponderia uma reificação do sen-

tido, não permitindo nenhuma abordagem dialógica.

Bem, se é o fundo dialógico da linguagem a sua verdadeira realidade, da qual não deve ser ela arrancada, para que não se abstraia o seu verdadeiro sentido, então pareceria lícito questionar a sua real função, enquanto ligada a essa atividade dialógica: o homem que fala e sua fala têm como objetivo a transmissão de conhecimentos e/ou informações, relativos ao mundo, ou serviriam à simples comunicação inter-humana? Da resposta a essa questão parece, com efeito, depender a linha de pensamento lingüístico empreendida por Bakhtine, reforço, nesse sentido, a outras concepções já expostas neste trabalho. Na verdade, a simples constatação de um fundo dialógico da linguagem, instituindo uma nova concepção acerca dessa entidade, seria em si mesma estéril se a ela não se seguisse outra constatação básica: a concepção dos locutores (que, pela troca dialógica se constituem em locutores/interlocutores) como indivíduos sociais, historicamente concretos e definidos. Daí, a decorrente consideração da função da ideologia: segundo Bakhtine, o locutor no romance é sempre ideológico e suas falas um ideologema, característica essa responsável pelo fato de não se tornar o discurso romanesco um mero jogo verbal abstrato. Essa afirmação dá-nos ensejo a duas linhas de observações: a primeira diz respeito à possibilidade de transposição dessa constatação à linguagem comum (e, portanto, a outros tipos de discurso); quanto à segunda, tenta indicar, ou melhor, delimitar o conceito de ideologia, tal como empregado por Bakhtine.

Com relação à primeira observação, parece perfeitamente possível a transposição da ideologia (o locutor como ideólogo e sua fala como ideologema) do romance à linguagem ordinária. O próprio Bakhtine o autoriza, ao fazer decorrer desta última suas considerações a respeito da transmissão do discurso de outro. Resta saber se na linguagem ordinária haveria preponderância da dita "transmissão interessada" sobre a representação verbal da linguagem "estranha", e em que medida essa constatação poderia comprometer uma análise lingüística com base em uma teoria da ideologia. Bakhtine parece acolher essa possibilidade (i.é, a preponderância da "transmissão interessada"

na linguagem ordinária), embora não afaste a hipótese de que o interesse prático geraria, na maioria das vezes, a representação verbal. Disso decorrem-nos duas observações, com vistas a nosso objeto de investigação: o interesse prático, de que fala o autor, mais característico da linguagem ordinária (e, portanto, de discursos não-literários) constitui-se, a nosso ver, no trabalho estudado, como forma menos de oposição que de partida para o discurso literário. Em outras palavras, a observação de que no discurso não-romanesco há a predominância do interesse prático na transmissão da fala do outro parece antes reafirmar a "concretude" desse gênero que "desabonar" a consideração da representação verbal na linguagem ordinária. Por outro lado, parece-nos que essa consideração de uma transmissão interessada, geradora de uma representação verbal no discurso não-literário, constitui em si mesma uma menção evidente ao aspecto da ideologia, como análise válida para a linguagem corrente, na medida em que, estando o interesse prático da transmissão do discurso "referido" vinculado a uma certa situação e a uma determinada posição de quem se "cita", torna-se sinal, na boca de quem fala (o discurso que refere) de uma intenção específica do locutor. Ora, se se considera como dialógica a característica fundamental da linguagem e o lugar social de seus participantes (locutor/interlocutor) como seu componente básico, visando menos a uma transmissão de conhecimentos que a uma representação lingüística da fala do outro, então parece ainda mais lícito analisar ideologicamente a linguagem.

Essa constatação leva-nos diretamente à segunda linha de comentário proposta acima: como se articularia o conceito de ideologia para Bakhtine? Pensa ele em uma Ideologia em geral ou em ideologias particulares quando propõe o locutor no romance como um ideólogo ou quando, por outro lado, fala do futuro ideológico do homem? De nosso ponto de vista, parece-nos articularem-se no artigo mencionado os dois níveis propostos por Althusser: ou seja, ao falar em "vida extraliterária e ideológica", como também em "evolução ideológica do homem", Bakhtine, estendendo suas considerações para o amplo domínio da vida humana e nele vislumbrando o necessariamente dialógico, parece,

sobretudo, referir-se a uma característica ideológica geral (de Ideologia, portanto) que, constituindo-se em faceta humana por excelência³, englobaria a linguagem como atividade constitutiva. Parece ser isso o que possibilita a Bakhtine pensar em um futuro ideológico do homem, de que a linguagem (e, particularmente, a transmissão do discurso do outro), definindo comportamentos e atitudes, poderia servir de parâmetro.

É, portanto, da concepção específica de linguagem enquanto definidora de comportamentos e atitudes, que decorre a importância da consideração da representação verbal, vinculada não ao mundo em si (ou seja, a prováveis conhecimentos ligados à "realidade"), mas sim à imagem do homem que fala e de sua fala, i. é, ao lugar social dessas "entidades" no mundo a que se referem. Ora, se isto é verdadeiro, também o deve ser a consideração da situação específica em que o homem que fala fala, de onde decorre a importância da historicidade na investigação lingüística. E, se assim for, então poderemos reencontrar o lugar das ideologias particulares (vinculadas a instituições particulares, sócio-historicamente definidas). Nessa investigação, Bakhtine parece fornecer-nos algumas indicações sobre isso ao se referir aos caracteres que definiriam a fala dita "autoritária" e a fala considerada "persuasiva". Ele o faz, sem dúvida, de maneira geral, pensando antes no que chama de "futuro ideológico do homem" que na análise de falas particulares. Mas suas indicações tornam-se úteis na medida em que, evidenciando certos processos sintático-semânticos desses dois tipos de falas, abrem-nos duas interessantes perspectivas com relação à linguagem: a primeira diz respeito ao próprio fato de que os procedimentos lingüísticos revelam os procedimentos ideológicos⁴. Essa constatação, reenviando-nos a aspectos já referidos, assume, na linha de pensamento do estudo de Bakhtine, uma característica que, pressupondo a constituição ideológica da linguagem, remete a caracterizações ideológicas particulares. Explicando melhor: tomemos o caso da fala autoritária. Segundo o autor, esse tipo específico de fala exige, da parte do interlocutor, um reconhecimento incondicional, não se mostrando, por outro lado, passível de assimilação livre

às palavras deste último. Ideologicamente, este fato é explicável pela íntima ligação estabelecida entre a fala autoritária e a própria autoridade, quer se caracterize pelo poder político, quer pela instituição. Ora, o que implica afirmar que a fala autoritária não pode ser assimilada livremente às palavras do interlocutor, como ocorre, por exemplo, com a fala persuasiva? Certamente, o fato de que, através de certos procedimentos sintático-semânticos, a linguagem pode ser recebida de maneira compacta, transformando-se em fala objetiva, reificada (convertida em bloco).

Constatado esse fato, como relacioná-lo com a caracterização dialógica atribuída à linguagem? De nosso ponto de vista, cremos que apenas a concepção ideológica pode conciliar esses aspectos, na medida em que, explicando os elementos do "reconhecimento do mundo", explica igualmente a ilusão por ele engendrada. Como analisar, neste caso, ideologicamente, a fala autoritária e a fala persuasiva? A resposta a esta questão encontra-se ligada à segunda perspectiva de que falávamos acima (a partir da caracterização dada pelo autor à fala autoritária e à fala persuasiva). Em outras palavras, parece-nos fundamental essa distinção de caracterizações, uma vez que daí pode decorrer um esclarecimento sobre a categoria do interlocutor (assumindo-se, com Bakhtine, que o processo do futuro ideológico humano está profundamente marcado pelas interrelações e as divergências que se estabelecem entre a fala autoritária e a fala persuasiva). Ou seja, se as formas de assimilação das palavras do outro marcam um importante processo para a concepção da linguagem considerada dialogicamente, i. é, para uma concepção de linguagem que entranhe, antes de tudo, a categoria do interlocutor, então é da caracterização geral de fala autoritária e de fala persuasiva que poderemos fazer decorrer algumas perspectivas interessantes para nosso estudo.

Vejamos, então. Do ponto de vista da Ideologia em geral, tanto a fala autoritária, quanto a fala persuasiva, parecem caracterizar-se por apresentar uma certa a-historicidade, decorrente da própria consideração do homem enquanto ser de características sociais. Sendo assim, suas noções se identificam à da própria linguagem, consi

derada relativamente à noção de Ideologia em geral, como foi proposta por Althusser. Ou seja, articuladas, de maneira ampla, como dimensões próprias do homem, as falas autoritária e persuasiva poderiam ser consideradas como entidades a-temporais. Sua temporalidade e suas características próprias decorreriam, de outra parte, de sua inserção em ideologias particulares, sócio-historicamente especificadas⁵. Parece ser isso o que fornece ao autor a exata especificação dos dois tipos de fala. Em outras palavras, poderíamos dizer que as características arroladas por Bakhtine, decorrentes de uma constatação ideológica geral da linguagem, dirigem-se, por outro lado, para a possibilidade de seu preenchimento através das ideologias.

Assim sendo, parece-nos possível estabelecer a diferenciação entre fala autoritária e fala persuasiva no plano ideológico, a nível do grau de conhecimento do mundo que se "pretende" transmitir através da linguagem. Ou seja, a nosso ver, enquanto a fala autoritária (diretamente ligada à autoridade) pretende transmitir uma massa compacta de informações, minimizando a participação do interlocutor e criando a ilusão ideológica da transmissão do conhecimento, a fala persuasiva, partindo de uma transmissão de conhecimento que se mostra compartilhado, minimiza, por outro lado, a ilusão supracitada. Haveria, portanto, um jogo ideológico que se desloca, na proporção em que aumenta (fala autoritária) ou diminui (fala persuasiva) a participação do interlocutor no discurso. Parece relativamente sem problemas essa primeira definição diferenciadora, a ser preenchida, como vimos, pelas ideologias particulares. Os aspectos problemáticos começam a despontar, de forma diferente, quando se pensa na possível mescla, vislumbrada pelo autor, entre as duas falas. É quando, por exemplo, a fala autoritária, revestindo-se de conteúdos diferentes, logra apresentar certos graus de reciprocidade com o interlocutor, simulando as características da fala persuasiva. Aí se situa, na medida mesma em que essa possibilidade se liga a (ou se preenche com) ideologias particulares, o aspecto mais rico a ser considerado, tanto a nível do estudo do discurso referido, quanto a nível do próprio futuro ideológico do homem.

Com efeito, é no cruzamento da Ideologia em geral com as ideologias particulares que se deve, em nosso parecer, buscar os aspectos mais interessantes dessa teoria. E se isso é verdadeiro, então a linguagem terá aí papel fundamental, indicando, através do discurso que refere, bem como de suas modificações sintático-semânticas (como o indica Bakhtine), dois aspectos básicos: o grau (entendendo-se por isso o interesse da transmissão) de importância do discurso referido (e, portanto, do lugar social da pessoa ou entidade que o proferiu) quanto, o que para nós é essencial, o grau de importância que se atribui ao interlocutor.

Em outras palavras, o discurso referido assume duas perspectivas direcionais (dialogico-ideológicas) que visam ao outro: o outro presente no discurso referido e o outro objetivado pela transmissão desse discurso. Daí, a validade de sua consideração num estudo como este (e particularmente a partir da concepção exposta por Bakhtine), na medida em que, transcendendo o nível simples das estruturas sintático-semânticas que cercam, na tradição acadêmica, o discurso referido, abre importantes perspectivas para o estudo da linguagem vista sob a dupla face de uma mesma entidade: a dialogia/ideologia.

V.3. Algumas Abordagens Tradicionais do Discurso Referido

Se pensarmos, de maneira geral, no tratamento dado pela tradição de estudos literários à figura do interlocutor e, por decorrência, à do próprio locutor, vemos confirgar-se ele em algumas construções teóricas, notadamente restritas a procedimentos de estilo⁶ que, por seu lado, vêm unir-se a explicações semelhantes fornecidas pelas gramáticas tradicionais⁷, normalmente voltadas para a delimitação de procedimentos sintático-semânticos (da "interferência" do discurso referido no discurso que refere) rígidos e tipificados. Como já mencionamos, com poucas exceções (atribuídas, muitas vezes, a trabalhos considerados como não pertencentes ao domínio da lingüística) o tema não tem merecido, por parte da tradição lingüística, um trata-

mento mais acurado e profundo.

Em outras palavras, a maioria dos estudos voltados para a fala de "outro" restringem-se a uma tipificação das ocorrências dos chamados discurso direto, discurso indireto e, a maior aquisição teórica nessa área, o discurso indireto livre. No entanto, não é difícil verificar, se se assume essa linha tradicional de abordagem do problema, que, enquanto os dois primeiros são passíveis de penetrar a linguagem ordinária (considerada aqui, ainda, como oposta ao discurso literário), o terceiro permanece propriedade privada do universo literário, configurado lingüisticamente (em uma linha rígida de abordagem dessa ciência) como nível de construção apartado da realidade.

Na verdade, de nossas constatações anteriores com relação ao trabalho de Bakhtine, pode-se verificar a possibilidade de uma abordagem que, embora visando, em primeiro lugar, à caracterização do discurso literário, mostrasse bases fundamentadas em procedimentos encontráveis na linguagem ordinária. Por outro lado, vimos igualmente constatando que um estudo que conceba a linguagem de maneira autônoma com relação a seus mecanismos sociais⁸ parece fadado à esterilidade, já que dela se retiraria (ou se neutralizaria) a interação dialógica que através dela estabelecem seus participantes. Obviamente, não nos cabe discutir aqui, em profundidade, os motivos artísticos e sócio-culturais que têm regido, através dos tempos, a defasagem discurso literário/discurso "comum" na tradição acadêmica de estudos gramaticais e literários. Interessa-nos, antes, investigar se a trilogia discurso direto/discurso indireto/discurso indireto livre, em sua forma canônica, é suscetível de explicar coerentemente o fenômeno lingüístico do aparecimento do interlocutor no discurso do locutor, bem como de dar conta de uma concepção específica de linguagem que o englobe.

Com relação ao discurso direto e ao discurso indireto, sua explicação tradicional parece englobar, de maneira mais ou menos óbvia, o aparecimento do interlocutor no discurso que refere, em sua forma mais ortodoxa. Tratam-se, no dizer de Voloshinov, de "*modelos normalizados para referir o discurso*", embora apresentem importância

na medida em que, constituindo-se como modelos lingüísticos, só puderam surgir e tomar forma, de acordo com as tendências que regem a recepção do discurso (portanto, de acordo com convenções ideológicas). Já o discurso livre, cuja definição mais corrente, em termos literários, diz respeito à interpenetração, no mesmo segmento gramatical, das vozes do locutor ("narrador", "autor", "escritor" etc.) e do interlocutor ("personagem", "leitor", "personagem e leitor", etc.), de tal forma que se torna ambíguo o reconhecimento da "voz" em questão em favor de um ou de outro, parece receber ainda um tratamento mais diretamente relacionado ao discurso literário, cerceando-se, dessa maneira, a utilização desse conceito na linguagem ordinária.

V.3.1. *A visão dicotômica acerca do discurso indireto livre*

Charles Bally, em seu artigo "Antiphrase et Style Indirect Libre" (1930) mantém a posição, expressa anteriormente no estudo de sua autoria (1914), segundo a qual o estilo indireto livre é considerado como um procedimento gramatical de reprodução pura, embora, segundo sua nota, ele não pretenda que o estilo indireto livre seja gramatical em sua gênese. As dúvidas e controvérsias que possam surgir com relação à sua afirmação de ser o estilo indireto livre um procedimento gramatical de reprodução pura, Bally responde, relativizando, através do uso dos critérios de entonação e de ironia, segundo os quais seria possível reconhecer, em tal tipo de discurso, os diversos sentimentos de aprovação, reprovação, consternação, etc., que teriam inicialmente marcado o discurso do interlocutor, tornado locutor através dessa espécie particular de discurso.

Para esclarecer esses dois critérios, Bally define a entonação como a "música da frase", compreendendo essa música tudo o que aproxima o "falado" do "cantado" (melodia, duração, acentos de intensidade, pausas, etc.). Como exemplo, cita um trecho da *Débâcle* de Zola. Ao final dessa explanação, admite a possibilidade de uma "reprodução apreciada", ou seja, aquela em que, por meio do estilo indireto livre, o leitor introduz a cólera, a consternação, a alegria,

etc., originais do locutor do discurso, para sua leitura dele.

Quanto à ironia, tratada por Bally através do termo "antífrase", é definida como consistindo em "dizer o contrário do que se pensa". Problema bastante delicado em sua origem, segundo Bally, o discurso indireto livre é capaz de explicar essa figura de linguagem como um caso especial de "reprodução apreciada". Para efeito de exemplificação, cita, entre outros, Marivaux (*Jeu de l'Amour et du Hasard*).

Já em seu artigo "Le Style Indirect Libre en Français Moderne" (1912), Bally discute a opinião de alguns gramáticos franceses, segundo a qual a língua francesa desconheceria o estilo indireto livre, negando-a com alguns exemplos em que aparece claramente essa modalidade de discurso, numa forma bastante aparentada à forma com que aparece na língua alemã. Não entraremos aqui em detalhes sobre esse artigo, restringindo-nos a comentar o procedimento pelo qual Charles Bally aborda a explicação do discurso indireto livre. Com efeito, fica fácil verificar que o lingüista parte de manifestações concretas desse tipo de discurso, coincidentemente todas retiradas a textos reconhecidamente literários ou a textos com evidentes pretensões literárias, para daí chegar à sua caracterização, ou melhor dizendo, ao que nos parece a sua descrição gramatical, i. é, seu modo gramatical (sintático) de aparecimento no discurso.

Com relação às constatações arroladas por Bally com vistas ao discurso indireto livre, acentua acertadamente Voloshinov, em seu artigo "O discurso quase-direto em francês, alemão e russo", que, a partir de uma estreita distinção entre formas lingüísticas e figuras de pensamento, o autor acaba por classificar esse tipo de discurso como uma variante posterior da forma clássica do discurso indireto. Com efeito, Bally parece seguir este raciocínio: concebendo as figuras de pensamento como recursos de expressão ilógicos do ponto de vista da língua, nos quais se violaria a interrelação normal entre o signo lingüístico e seu significado usual, e distinguindo rigidamente os estados de língua (formas lingüísticas) de sua realização na fala (à qual pertenceriam, nesse nível, as figuras de pensamento), o autor igualmente distingue forma e conteúdo no discurso indireto livre. As

sim, enquanto do ponto de vista estritamente gramatical, ele se configuraria como o discurso do autor, com relação ao sentido, constituiria o discurso da personagem. Mas, seguindo a perspectiva de Bally, como este sentido não estaria representado por nenhum signo lingüístico especial, o "conteúdo" do discurso indireto livre pode ser considerado como um fenômeno extra-lingüístico (identificado às figuras de pensamento), de onde resulta a sua consideração como variante posterior do discurso indireto (ou seja, do discurso do autor, representado pelas formas lingüísticas). Voloshinov refuta essa abordagem, mostrando que, no caso do discurso indireto livre, não se trata de uma forma abstrata se dirigindo a outra, mas sim de que a orientação mútua dos enunciados muda sobre a base de uma mudança na percepção ativa, pela consciência lingüística, da "personalidade falante".

De nosso ponto de vista, parece-nos que a abordagem dada por Bally ao problema do discurso indireto livre, centrando-se numa concepção que distingue rigidamente língua e fala, deve a essa visão dicotômica o seu equívoco fundamental: com efeito, a identificação do discurso indireto livre às figuras de pensamento (vinculadas a fenômenos extra-lingüísticos), distinguindo-lhe duas facetas diversas (uma de forma, outra de conteúdo) parece gerar duas constatações básicas a propósito desse tipo de discurso, que levam, por sua vez, a uma conclusão única. Senão, vejamos. Se o discurso indireto livre se configura como um procedimento gramatical de reprodução pura, "relativizada" essa afirmação pela referência aos critérios da entonação e da ironia (que refletiriam os sentimentos que permearam o discurso "original"), então ele é passível, como vimos, de receber duas caracterizações: formalmente, como fenômeno lingüístico, configurar-se-ia como uma variação do discurso indireto, o que leva a pensar em sua inexistência lingüística (assumindo o ponto de vista do autor) enquanto conjunto de características com referência ao discurso do outro (da "personagem"); por outro lado, analisado a nível do conteúdo, o discurso indireto livre constituiria um fenômeno extra-lingüístico, o que confirma a hipótese anterior. Ora, se ela é verdadeira, ou seja, se o que caracteriza primordialmente esse tipo de discurso referido

(a interferência das vozes do locutor e do interlocutor no discurso do locutor) é relegado para o extra-linguístico, então é possível dizer que, pela concepção de Bally, não há espaço na ciência linguística para o discurso indireto livre.

V.3.2. A crítica ao objetivismo abstrato

Seguindo essa linha de pensamento, contamos ainda com o trabalho de Margareth Lips, (1926), acurado estudo sobre o tema em questão. Declarando o citado trabalho como inspiração da escola saussureana, propõe-se a autora a demonstrar que a explicação do fenômeno do discurso indireto livre pode validar definitivamente a posição de Saussure e de seus seguidores, segundo a qual haveria necessidade de uma distinção rigorosa entre as pesquisas que têm por objetivo os "estados da língua" e as "investigações históricas ou genéticas". Com esses pressupostos, diz Margareth Lips se aproximar o estilo indireto livre do estilo direto e do estilo indireto, i. é, dos dois procedimentos que reproduzem os estados interiores (percepção, volição, sentimento, conhecimento) ou as manifestações de estados anteriores (falas - "paroles"). A partir daí, segue, como dissemos, numa explicação bastante rigorosa de diversas manifestações do discurso indireto livre em suas várias nuances, origens, etc., onde se sucedem, em maior ou menor grau, a objetividade e a subjetividade. Coincidentemente, seus exemplos são todos, no rastro de Bally, retirados a textos literários de grandes autores franceses, e suas explicações, provocadas por eles.

Discípula de Bally, Margareth Lips continua, em seu trabalho, a linha de pensamento por ele encetada. Vinculados ambos, direta ou indiretamente, às concepções saussureanas, não se torna difícil identificar suas posições com referência ao discurso indireto livre. Com efeito, parece possível dizer que sua posição repete, com exemplificação mais abundante, a linha de pensamento de Bally, na medida em que, aproximando o discurso indireto livre do discurso direto (personagem) e do discurso indireto (autor), Margareth Lips impõe

-lhe implicitamente duas direções, vinculadas não exatamente à interferência de vozes (enquanto ligada a uma dialogia lingüística), mas sim à distinção teórica entre língua e fala. Dessa maneira, na tentativa de validar na prática, a proposta saussureana, o estudo da autora mantém (e reforça) o aspecto problemático da concepção de Bally; em outras palavras, permanece pendente o aspecto do status lingüístico do discurso indireto livre.

Em suma, parece-nos, na linha de Voloshinov, que o elemento "novo", representado nesse tipo de discurso através do contato entre vozes "estranhas", quando relegado ao domínio do extra-lingüístico, persiste não analisado. Por outro lado, parece explicar-se, se não o procedimento da tradição gramatical ou literária, pelo menos o procedimento utilizado por Bally em seus trabalhos (seguido por Margareth Lips): a utilização exclusiva, na exemplificação do discurso indireto livre, de ocorrências do discurso literário. Ou seja, se o discurso indireto livre, suscetível de ser analisado em duas partes (uma relativa à forma, outra ao conteúdo), teria apenas sua "parte formal" como objeto da lingüística (configurada como estudo da "langue"), então sua configuração enquanto interferência de vozes permaneceria como componente da fala (individual), e, portanto, atribuível mais corretamente à literatura. Por outro lado, é fácil perceber que, sob esse ponto de vista, o discurso literário, permanecendo como realização individual do sistema lingüístico, não seria suscetível de merecer um estudo científico que lhe identificasse as variáveis sociais, implícitas à sua construção.

Podemos então identificar aqui, como já mencionamos, um dos escopos da crítica proposta por Voloshinov com relação ao objetivismo abstrato. Retomaremos alguns pontos principais dessa crítica, com vistas a tornar mais explícito o problema do discurso referido (particularmente do discurso indireto livre), tal como se apresenta nos seguidores de Saussure. Sob esse aspecto, podemos resumir a quatro pontos principais a base teórica da concepção do objetivismo abstrato: a língua é concebida como um sistema estável e imutável de formas lingüísticas normativamente idênticas, que a consciência in-

dividual encontra já elaborado e que se lhe apresenta como indiscutível. Quanto às leis da linguagem, constituem-se como leis especificamente lingüísticas dentro de determinado sistema lingüístico fechado. Tais conexões especificamente lingüísticas, por sua vez, nada teriam de comum com os valores ideológicos (artísticos, congnitivos ou outros), caracterizando-se os atos individuais de fala, do ponto de vista da língua, como meras refrações e variações fortuitas ou simples e chãs distorções das formas normativamente idênticas. Desta maneira, não haveria nem conexões nem motivos comuns entre o sistema da língua e sua história, que seriam, por outro lado, mutuamente estranhos.

A crítica de Voloshinov a essa teoria, embora já pressuposta em outros pontos desta exposição, pode ser retomada através de dois aspectos significativos: a posição do falante com relação à língua e a presença do interlocutor. Com efeito, afirmando que a consciência subjetiva do falante não opera, de nenhum modo, com a língua como um sistema de formas normativamente idênticas, concentrando-se, na verdade, no enunciado concreto e particular que produz, Voloshinov constata processo semelhante com relação ao interlocutor. Em outras palavras, para ele, a tarefa da compreensão não consiste fundamentalmente em reconhecer a forma usada, mas compreendê-la em um contexto concreto particular, em entender seu significado em um enunciado específico, i. é, consiste em compreender sua novidade e não em reconhecer sua identidade.

Dessas constatações, decorre, a nosso ver, a consequência geral para o tema abordado, seguidas as perspectivas de Bally. Ou seja, se a exposição deste último e a de Margareth Lips, vinculando-se fundamentalmente às concepções saussureanas, pressupõe a divisão estanque entre língua e fala, e se, por outro lado, nossa exposição tenta mostrar que um estudo lingüístico do interlocutor estaria estreitamente vinculado a uma concepção específica de linguagem que o comporta, então só se pode considerar uma decorrência: relegada a "novidade" do discurso indireto livre à fala, não parece haver lugar, en quanto objeto de investigação lingüística para a categoria do interlocutor na teoria do objetivismo abstrato. Em suma, postulando uma

concepção de linguagem com estados definitivamente estanques, a teoria de Bally e de Margareth Lips sobre o discurso indireto livre não mostra essa modalidade de discurso em seus aspectos interligados de produção/compreensão (locutor/interlocutor).

V.3.3. O discurso referido e a noção de social: algumas indicações

Como vimos, parece possível classificar as abordagens do discurso referido em duas categorias principais: as tradicionais, baseadas em uma concepção que distingue, na linguagem, estados de língua e estados de fala; as não-tradicionais, fundamentadas em uma concepção social da linguagem. Esta última observação merece um esclarecimento e Ponzio (1974) parece fazê-lo, a nosso ver, de forma contundente. Referimo-nos ao fato de que o fator social é um aspecto básico na teoria saussureana. Com efeito, para Saussure, a língua é um fato social, exercendo sobre o indivíduo uma constrição externa; nesse sentido, não seria função do sujeito falante, mas resultado passivo da prática da fala, produto acabado, situado fora da vontade dos indivíduos. Considerado assim como uma espécie de média, resultante de ações individuais, o social se transforma em uma unidade puramente exterior, produto da faculdade de recepção e coordenação própria do indivíduo e da soma de todas as associações operadas sobre a base de tal faculdade.

Segundo Ponzio, essa concepção do social, encontrável na teoria saussureana, sobre a qual se estabelece a distinção entre fatos de língua e fatos de fala, reflete a forma das relações sociais que caracterizam a sociedade burguesa. Assim sendo, reduzido o social a uma pura abstração⁹, o sistema capitalista igualmente não concebe a socialização (qualquer que seja sua forma) como associação em função de fins comuns, mas como "colaboração não voluntária", e, por conseguinte, em função de comportamentos privados, dirigidos para a realização de interesses privados.

Essa identificação da posição saussureana sobre o social e a maneira como aparece no capitalismo leva Ponzio a afirmar que a

concepção de Saussure traz consigo a separação entre o produto lingüístico e as estruturas e processos sociais da produção lingüística, conduzindo ao fetichismo verbal. Tal posição, bastante aparentada à de Rossi-Landi¹⁰, considerando a língua não apenas como instrumento e produto, mas também como material de trabalho lingüístico, parece explicar onde se situa a diferença básica entre as duas concepções a respeito do discurso referido: a primeira, centrada numa noção de social que lhe permite o alijamento de características, consideradas individuais, do processo lingüístico; quanto à segunda, percebendo dialeticamente o social, e não distinguindo estados de língua de estados de fala. Assim sendo, para esta última torna-se possível a consideração lingüística do interlocutor e do discurso referido enquanto expressão de uma interferência significativa (ideológica) de vozes.

NOTAS

1. Esse aspecto, como acentua o autor, não teria merecido um estudo com o rigor e a amplitude necessários.
2. Por linguagem social, o autor entende não o conjunto dos signos lingüísticos que determinam a tomada de valor dialetológico e a singularização da linguagem, mas a entidade concreta e viva dos signos, de sua singularização social, que pode também realizar-se nos quadros de uma linguagem (lingüísticamente única), determinando-se pelas transformações semânticas e as seleções lexicológicas.
3. Isto é, considerando-se o homem em suas características sociais básicas.
4. Onde decorre a ineficácia de se considerar o sistema lingüístico em sua relativa autonomia.
5. O que permite a Bakhtine pensar, no âmbito de sua proposta maior, num diálogo que transcende o das forças sociais em sua coexistência, para constituir-se no diálogo dos tempos, das épocas e dos dias.
6. Dentro do sistema lingüístico considerado em sua relativa autonomia frente a uma realidade social.
7. Referimo-nos às gramáticas tradicionais em processo de escolarização.
8. Segundo Bakhtine, trata-se de uma maneira "temática" de abordagem.
9. O concreto seria representado pelos interesses e as atividades individuais.
10. Ver parte II.3.

CAPÍTULO VI

POR UMA TENTATIVA DE OPERACIONALIZAÇÃO

Se aceitamos, com Voloshinov, e de acordo com o que ficou exposto até aqui, a idéia da presença constante do interlocutor no discurso do locutor, mesmo não sendo ele de características dialógicas claras, parece útil rever alguns pontos que podem unir certos elementos da teoria dos atos de fala à concepção do interlocutor como elemento preponderante na produção do discurso. A utilidade da revisão desses elementos advém do fato de ter a teoria dos atos de fala e dos performativos demonstrado que o uso da linguagem é uma ação determinada por regras sociais, dependente, portanto, do contexto em que se dá. Concentrando suas análises nas condições que presidem à realização dos atos verbais, a referida teoria reconheceu a particular importância de que se revestem os participantes de tais atos, constituindo-se, pois, num corpo de elementos que favorecem a hipótese de ser o interlocutor uma categoria lingüística, hipótese essa objeto de nosso estudo.

Por outro lado, tendo em vista o que vimos até aqui indagando, e especialmente no referente às últimas investigações a que aludimos, parece extremamente produtiva a discussão, ainda que não exaustiva, dos chamados atos de fala implícitos, a fim de, a partir da verificação de sua função discursiva, depreender a relação que com eles pode manter (ou mantém) a figura do interlocutor. A esse respeito, ressalta o tratamento dado por Ducrot aos implícitos e pressuposições no corpo de sua teoria semântica.

VI.1. *Atos de Fala*

Concentrar-nos-emos, nesta parte, nas noções de performativos e atos de fala ilocutórios, por crer constituírem eles, dentro da teoria em questão, os elementos que maior relação podem manter com a categoria de interlocutor, tal como a vimos propondo. Assim sen-

do, exporemos brevemente os principais postulados acerca das mencionadas noções, a fim de, a partir deles, procurar algumas conclusões generalizáveis.

VI.1.1. *O trabalho de Austin*

Partindo do fato de que a afirmação clássica (a proposição) deve sempre ser considerada como portadora de um valor de verdade "verdadeiro" ou "falso", bem como da existência de afirmações que não podem suportar esse tipo de verificação, uma vez que não foram produzidas como afirmações, Austin chega à definição de "enunciações performativas", não concebidas como "verdadeiras" ou "falsas", e tampouco como expressões do "nonsense". Tais enunciações performativas (ou "performativos") visam a exercer uma ação, constatação essa que deve ser explicada a partir da consideração do contexto (da enunciação) e de outras circunstâncias, assumindo tais elementos, no dizer de Austin (1970) a mesma importância que a das próprias palavras.

Quanto aos verbos ditos "performativos", i.é., aqueles que viabilizam as enunciações performativas, têm sua especificidade marcada pelo fato de apresentarem como referente o próprio ato que constitui a sua enunciação, quando realizada na primeira pessoa do singular. Este critério, estritamente gramatical, foi utilizado por Austin para explicar, de maneira suficiente, a diferença entre os verbos constativos (que produzem afirmações constativas, passíveis de receber um valor de verdade) e os verbos performativos. Assim sendo, a enunciação "eu prometo" não somente designa o fato de que eu me engajo em uma promessa, como também constitui o próprio ato de realizar esse engajamento; da mesma forma, dizer "eu te felicito" não é designar uma ação distinta dessa enunciação, já que é suficiente dizer "eu te felicito" para felicitar. Por outro lado, no entanto, a fórmula "eu te insulto" não se apresenta como performativa: ela faz referência ao ato de insultar, mas, por si própria, não constitui a realização desse ato.

Diante dessas constatações, bem como do fato de que a

distinção entre verbos constativos e verbos performativos se torna bastante fluida (a despeito da utilização de critérios gramaticais¹), Austin se propõe (oitava conferência) a distinguir três aspectos do ato que consiste em "exercer uma ação" através da fala: o ato de locução, caracterizado pela produção de sons pertencentes a um vocabulário e a uma gramática, e aos quais são atribuídos um "sentido" e uma "referência", i. é, uma "significação", na concepção tradicional do termo; o ato de ilocução, cuja atribuição reside no fato de ser ele produzido no próprio ato de dizer alguma coisa e de tornar manifesto o como a fala deve ser compreendida nesse momento²; e, finalmente, o ato de perlocução, produzido pelo fato de que dizer qualquer coisa, ou seja, o próprio ato de dizer, provoca efeitos - conseqüências - nos outros, nos ouvintes. Desses três tipos de atos de fala, Austin elege o ato ilocucional como objeto primeiro de suas investigações, nele reconhecendo o ato ou o "fazer" essencial da fala, bem como distinguindo-o fundamentalmente do ato perlocucional pelo aspecto convencional que o caracteriza (embora reconheça que a distinção, baseada nesse traço, não é de fácil reconhecimento).

Como é fácil notar, para Austin (como também para Benveniste, que já propusera uma teoria semelhante sobre o mesmo assunto), os performativos são sobretudo uma via de acesso ao que chamaram de atos ilocucionais ou ilocutórios. Os critérios que definem a fórmula ilocutória são idênticos àqueles que valem para os performativos, com uma única diferença essencial: o ato ilocutório pode ser produzido por meio de palavras e de fórmulas que ultrapassam largamente a categoria lexical específica dos verbos performativos. Dessa forma, quando "agradecer" equivale a dizer "obrigado", a enunciação "obrigado" constitui o mesmo ato que "eu te agradeço" (enunciação performativa strictu sensu); da mesma maneira, quando à enunciação "eu te ordeno que venhas", corresponde "vem", o caráter ilocutório persistiria nesta última expressão, marcado pelo modo imperativo. Ainda dentro desta série (em que se verificam possibilidades de correspondências entre os performativos, strictu sensu, e atos ilocucionais), é possível alinhar a correlação entre perguntas diretas e indiretas, como nos

exemplos: "Eu pergunto se isso te agrada" (forma indireta), a que corresponde "Isso te agrada?", cujo valor ilocutório se prenderia à forma interrogativa.

Assim consideradas, a interrogação e a ordem constituem atos de fala ilocutórios, ainda se o interlocutor a eles não se submete; com efeito, eles modificam a posição do interlocutor que, a partir de sua produção, deve responder a uma questão ou se colocar diante de uma ordem, de tal sorte que seu comportamento, qualquer que seja, entrará necessariamente na categoria obediência-desobediência³.

Concluindo suas observações a esse respeito, Austin insiste na retenção de alguns pontos essenciais: a) somente o ato de discurso integral, considerado na situação total do discurso, deveria constituir, em princípio, o objeto de estudos voltados para aspectos do tipo dos performativos, atos ilocutórios, etc.; b) a afirmação, a descrição, etc, não ocupam nenhuma posição privilegiada, constituindo apenas alguns atos de ilocução, entre outros pontos; em outras palavras, no que concerne às relações "especiais" que entretêm com os fatos, a afirmação, a descrição, e outras, não apresentam nenhum privilégio; c) a teoria da "significação" exige uma reformulação mais adequada, tendo em vista a distinção entre os atos de locução e os atos de ilocução.

VI.1.2. *O trabalho de Searle: alguns elementos*

Visando a alargar o conceito de ato ilocucional proposto por Austin, e baseando-se ainda na existência de uma intenção por parte do falante, Searle (1969) postula seu princípio da expressibilidade, segundo o qual qualquer que seja um conteúdo, toda vez que um falante deseja produzi-lo⁴, é possível que exista uma expressão que signifique exatamente o que deseja transmitir. Em outras palavras, através desse princípio, o autor postula a possibilidade de que a simples produção de uma sentença (em seu sentido literal) constitua a realização de um ato de fala. Em decorrência disso, afirma também que, para todos os atos de fala possíveis, existe uma ocorrência (ou uma

série delas), cujo sentido literal permite a realização do ato de fala em uma situação particular.

Com relação à diferenciação entre a produção de uma proposição e de um ato ilocucional, o autor coloca-a no fato de que, no primeiro caso, o falante se compromete com a verdade do que afirma e, no segundo caso, além desse comprometimento, apresenta outro, referente às obrigações que a enunciação implica. Por outro lado, Searle apresenta um ponto de real desacordo com relação à teoria de Austin: para ele não é relevante a distinção entre atos locucionais e atos ilocucionais, uma vez que, segundo ele, seria suficiente dizer alguma coisa para significar o que se deseja e, de outra parte, todos temos o sentido das unidades lingüísticas, bastando esse fato para referir e predicar e mesmo para realizar um ato de fala ilocucional. Em suma, Searle acredita que os atos locucionais estão contidos nos ilocucionais, cuja natureza procura explicitar através da distinção entre dois tipos de regras: as normativas e as constitutivas. Para ele, enquanto as primeiras governam os fatos cuja existência não se apresenta como logicamente delas dependente, as últimas presidem fatos de existência logicamente dependente desse tipo de regras; assim sendo, definem-se os atos de fala como atos institucionais realizados por meio da enunciação de expressões governadas por um conjunto de regras constitutivas. Postulando três tipos de atos de fala (os primeiros explicam a ocorrência das palavras (morfemas, frases); os segundos, os atos proposicionais, referem e predicam; quanto ao último tipo, os atos ilocucionais, inclui verbos como perguntar, afirmar, ordenar, etc, e engloba as duas primeiras modalidades), Searle afirma a existência de certa força ilocucional para a ocorrência de toda sentença. Embora não haja necessariamente indicações dessa propriedade na estrutura sintática das sentenças, todas elas apresentam uma marca da força ilocucional na estrutura semântica.

Searle formula ainda três princípios a propósito dos atos de fala: a) as línguas implicam a existência de convenções; b) as regras são necessariamente a realização dos atos de fala; c) as convenções são manifestações das regras (e, portanto, os atos de fa-

la são concebidos como atos institucionais). A partir disso, explicita o efeito que o falante deseja provocar no ouvinte (por meio de uma enunciação como um ato ilocucional) pelo fato de que essa intenção deve ser reconhecida pelo ouvinte, devendo este, igualmente, reconhecer as regras que governam os elementos da enunciação. Dessa forma, a intenção do falante é concebida pelo autor como de fácil compreensão para o ouvinte, já que para este se pressupõe o mesmo conhecimento dominado pelo falante (com relação às regras), o que torna possível a relação estabelecida entre os dois, falante e ouvinte, por meio da enunciação.

VI.1.3. *Strawson: a crítica à convencionalidade dos atos ilocutórios*

Com relação a Strawson (1964) outro teórico a discutir a problemática dos atos de fala, seu trabalho parece criticar, sobretudo, o aspecto convencional que Austin atribui aos atos ilocucionais. Com esse intuito, distingue dois tipos de atos ilocucionais: os essencialmente convencionais e aqueles não essencialmente convencionais. Enquanto caracteriza os primeiros por uma realização estritamente dependente de alguma convenção social aceita, o autor atribui aos outros o caráter de respeitar apenas as convenções relacionadas com a possibilidade de assinalar um conteúdo proposicional às enunciações. Este último tipo de atos deve, portanto, segundo Strawson, ser definido (já que não é parte da prática social determinada) com relação às intenções particulares do falante em diferentes situações. Ainda a propósito disso, o autor classifica a força ilocucionária como algo que o falante deseja ver percebido pelo ouvinte; em outras palavras, o reconhecimento da força ilocucionária implica o reconhecimento dessa intenção por parte do ouvinte. A partir disso, Strawson reconhece dois tipos de intenção: uma, primária, que visa a produzir uma resposta por parte do ouvinte; a segunda, mais elaborada, visa à produção dessa resposta por meio de levar o ouvinte ao reconhecimento da intenção do falante em produzi-la.

Resta ainda, no que diz respeito à teoria formulada por

Strawson, mencionar sua proposta com relação ao que chama de "quase-comentário", ou seja, enunciações do tipo "é um aviso", muito próximas dos performativos explícitos. Caracterizando-se por comentar outra enunciação e, ao mesmo tempo, por fazer parte dessa enunciação comentada, o quase-comentário e a enunciação comentada unem-se e formam um único ato de fala, fato esse que diferencia esse tipo de ato dos performativos explícitos. Por outro lado, no entanto, o quase-comentário deles se aproxima pelo fato de também indicar o tipo de intenção que o falante tem, assim como a força ilocucionária da enunciação produzida.

VI.1.4. *A noção de ato de fala como "efeito de lugar social"*

Buscando comentar, de maneira geral, os procedimentos teóricos mais amplos que permeiam os trabalhos dos autores citados, com vistas a delinear com maior clareza a categoria do interlocutor, procuraremos igualmente verificar a validade de se atribuir um caráter de "efeito de lugar social" aos atos de fala.

O conceito de "lugar social" atende à necessidade, comprovada ao longo deste trabalho, de realização de uma "síntese unificadora" da perspectiva que procura caracterizar os utentes da linguagem, bem como as ações lingüísticas, de um ponto de vista social, cujo centro é a troca dialógica-ideológica que se atribui aos utentes e às ações lingüísticas. Não se restringe o conceito de "lugar social" às ações lingüísticas, na medida em que visa ele a dar conta da posição relativa dos indivíduos no interior de uma dada formação social, historicamente definida. Tal posição se configura a partir das determinações sócio-históricas desta formação, que faz com que os indivíduos não sejam caracterizados como sujeitos, a nível puramente psicológico, mas como "suportes" das relações sociais, definidas no interior de práticas, cujas regras pré-estabelecidas determinam o que os indivíduos podem (e devem) fazer. Fundamental nessa caracterização é a interpelação ideológica dos indivíduos como sujeitos, acobertada pela ilusão que esta mesma interpelação lhes dá de centro e ori-

gem de suas ações.

A noção de "efeito de lugar social" visa a dar conta do modo como se inserem nas atuações verbais os indivíduos, tal como os vimos caracterizando. Em outras palavras, tal noção refere-se à "reprodução" dos agentes lingüísticos na e pela linguagem.

Em termos iniciais, é possível dizer que a categoria de interlocutor aparece de forma bastante acentuada na teoria acerca dos performativos, já que, como ressaltou Austin (e melhor o reforçaram Searle e Strawson), do reconhecimento do ouvinte com relação às intenções do falante dependeria o êxito de um ato ilocucional. Essa atribuição, juntamente com aquelas que vêm na enunciação performativa uma "afirmação" não passível de receber um valor de verdade, bem como sua intenção maior de exercer uma ação através da fala, remetem-nos a um quadro de caracterização mais ampla dos atos ilocutórios. Nesse quadro articulam-se, de maneira significativa, o conceito de locutor (enquanto "agente" de uma intenção), o de interlocutor (como "reconhecedor" da intenção do locutor) e a situação, viabilizando o agenciamento/reconhecimento da intenção através da atualização de regras convencionais. Assim sendo, parece-nos possível dizer que a caracterização mais ampla do ato ilocucional, remetendo à concepção, também ela ampla, de intersubjetividade lingüística, considera a presença do interlocutor no discurso do locutor ainda como fruto de um conceito centralizador: o de intenção do sujeito falante. Em outras palavras, o único preço a pagar ao interlocutor estaria na forma clara de "transmissão" da intenção, a ele restando o reconhecimento desta última como caudatário, em última instância, do próprio reconhecimento de regras convencionais.

Ora, se, pela articulação de conceitos como "locutor", "interlocutor" e "regras convencionais" (não estritamente lingüísticas, mas também sociais), a formulação da teoria dos atos de fala logra apontar para um nível social de estudos da linguagem, por outro lado, centraliza suas conclusões em duas noções (intenção/reconhecimento) não totalmente abrangentes de seus objetivos, na medida em que, enquanto a intenção do locutor se vincularia ao plano do conhecimento

ativo das regras (veiculador dessa intenção), o reconhecimento por parte do interlocutor se subsumiria a esse conhecimento, mediatizado pela figura do locutor. Em outras palavras, enquanto, num primeiro nível, se considera a articulação completa dos conceitos (o locutor que, tendo uma intenção, procura transmiti-la, através de regras convencionais, ao interlocutor, que, por sua vez, deverá reconhecê-la com base no conhecimento das ditas regras), num segundo nível (que pode ser considerado como aquele em que se verifica o resultado do ato ilocucional: sua eficácia ou ineficácia) privilegia-se o locutor como alguém passível de conhecer simultaneamente as regras e o ouvinte (identificado à situação). Por outro lado, o reconhecimento do interlocutor, pela concepção dos atos ilocucionais, remeteria apenas ao reconhecimento das regras convencionais, o que implica uma defasagem dessa categoria com relação à de locutor.

Tais constatações parecem reafirmar-se se consideramos a reformulação, levada a efeito por Searle, com relação aos atos de fala. Com efeito, tal retomada da problemática aparece-nos como muito proveitosa, na medida em que, atribuindo aos elementos situacionais um papel de maior importância, o autor chega à proposição de que todo ato de fala apresentaria, em alguma medida, um grau de força ilocucionária. Daqui decorrem-nos duas perspectivas: por uma parte, parece crescer em importância a categoria do interlocutor, já que, vinculado ele, de certa forma, à situação, poderia igualmente determinar o grau de força ilocucionária atribuível aos atos de fala; por outro lado, embora se assuma como existente o sentido literal dos enunciados⁵, subsume-se a compreensão deste à compreensão mais ampla de uma intenção (eliminando, em alguma medida, a atribuição de valores de verdade às proposições e remetendo-nos, por assim dizer, a características ideológicas de apropriação do real).

Ora, embora considerando esse alargamento das proposições de Austin acerca dos ilocutórios, a concepção de Searle, secundada pela de Strawson, continua a manter como central a noção de intenção do falante, que deve necessariamente ser reconhecida pelo ouvinte, através de seu reconhecimento das regras convencionais ("consti-

tutivas"). Tal centralização, ao mesmo tempo que produz a defasagem já referida, termina por escamotear a possibilidade da apropriação ideológica do real, na medida em que, enfocando como primordial a categoria do locutor "conhecedor" e "veiculador", relega ao interlocutor a característica de "reconhecedor".

Dessa forma, se sabemos que a realidade da linguagem é a troca dialógica/ideológica constante e equivalente entre as categorias do discurso, e se o próprio Austin mostrou preocupação pela entidade total do discurso, caberia agora (uma vez que a própria teoria de Searle e a de Strawson representam uma continuação daquela de Austin), a nosso ver, tentar superar essa defasagem pela descentralização da noção de "intenção" do falante na teoria dos atos de fala.

Como se poderiam articular, nessa medida, em igualdade dialógica-ideológica, o locutor e o interlocutor (bem como os elementos situacionais)? Se pensamos, em primeiro lugar, que a noção de ato de fala é suscetível de reenviar ao plano da intersubjetividade lingüística, então, retomando o que já foi exposto, podemos encará-la não apenas como efeito de uma intenção (atribuível a um indivíduo não ideológico), mas como efeito de uma intenção advinda de um sujeito ideológico, ou seja, de um "lugar social"⁶. Dessa maneira, veiculador de uma intenção-efeito de lugar social e vinculando-se a regras sociais, o sujeito poderia contrapor-se, em igualdade de condições, ao interlocutor (também ele sujeito ideológico veiculador de intenções), cabendo a este, ainda, o reconhecimento dessa intenção. No entanto, como se pensa aqui em efeito de lugar social, o reconhecimento do interlocutor não incidiria somente sobre o seu conhecimento prévio das regras convencionais, mas também sobre o lugar social de onde provém a intenção-efeito do locutor. Quanto às regras constitutivas, neste universo, seriam concebidas essencialmente como regras sociais, já que, definida como fenômeno ideológico por excelência, a linguagem se preencheria de "efeitos de lugar social".

Em última instância, poder-se-ia mesmo chegar a redefinir o valor de verdade possivelmente atribuível aos atos de fala (concebendo-se os ilocucionais como englobadores dos demais) segundo a

própria categoria de interlocutor. Ou seja, se este aceita e reconhece o lugar social "produtor" da intenção do falante, estaríamos diante de um ato de fala "verdadeiro"; caso contrário, seu não-reconhecimento nos remeteria a um ato de fala "falso".

Vejamos algumas decorrências dessas inferências para a teoria dos atos de fala:

a) Manter-se-ia a proposta de Searle, pela qual os atos ilocucionais englobariam os locucionais, uma vez que, privilegiando-se a retomada do princípio ideológico de apropriação do real e considerando-se as categorias lingüísticas de locutor e interlocutor como provindas de "sujeitos" ideológicos, permaneceria inacessível o nível do real, bem como a possibilidade de atribuição de um valor de verdade lógico aos enunciados.

b) Presente em todos os enunciados, segundo Searle, quer na própria estrutura sintática das sentenças, quer em sua estrutura semântica, a força ilocucional não se ligaria, aceitando-se o ato de fala como efeito de lugar social, apenas a um conhecimento de regras constitutivas, mas, e primordialmente, ao que é reconhecido, ou não, tendo em vista o lugar social de quem fala, de quem ouve, bem como as circunstâncias em que se dá a enunciação. Em outras palavras, não basta que a intenção do falante seja transmitida de maneira clara, nem tampouco que o ouvinte conheça eficientemente as regras constitutivas, para garantir o êxito de um ato de fala. Parece, outrossim, que esse êxito se baseia muito mais no que deve ou pode ser dito, por quem, para quem (alguém que reconheça o lugar de quem fala, e não simplesmente sua intenção de transmitir certa significação) e em que momento.

c) A figura do interlocutor se apresenta muito mais trabalhada (como a do próprio locutor e seu discurso), passando a constituir de modo mais flagrante o discurso do locutor. Seu conhecimento das regras constitutivas deixa de ser um simples reflexo para obtenção da resposta desejada pelo locutor (Strawson), passando a agir diretamente sobre essa intenção, na medida em que pode, inclusive, "quebrar" a direção de um ato de fala e instituir outro. Este fato,

antes atribuível apenas a um desconhecimento das regras constitutivas, pode agora explicar-se pelo próprio "não-reconhecimento" que o interlocutor é suscetível de atribuir ao lugar social de seu locutor. Talvez não se mude radicalmente o objetivo da análise teórica, mas certamente se alterarão os termos pelos quais ela se processa, o que será objeto do último item.

d) Considerando-se a proposta de Austin acerca de uma modificação da teoria da significação, com base na distinção entre atos de fala locucionais e ilocucionais, parece-nos ser ela válida se assumimos essa diferença como uma modalidade daquela que "distingue" as relações reais das relações imaginárias ideológicas. Ora, se, como vimos, o nível imaginário se sobrepõe ao real, criando relações sociais-ideológicas, então poderíamos apontar como centro da reformulação da teoria da significação não a distinção, *latu sensu*, entre atos de fala locucionais e ilocucionais, mas a sobreposição que os últimos efetuam com relação aos primeiros (idéia vislumbrada por Searle). E se isso puder ser melhor investigado, certamente se descentralizará a noção de intenção do locutor, enquanto vinculada a um indivíduo conhecedor de regras convencionais, elegendo-se a idéia de uma intenção que fosse efeito de lugar social, pela qual se poderia verificar o verdadeiro embate de vozes (locutor-interlocutor), sócio-historicamente determinadas.

VI.2. *Implícitos e Pressuposições: Algumas Indicações sobre a Teoria de Ducrot*

Na tentativa de uma melhor compreensão do que entende Ducrot (1972) por implícitos e pressuposições, bem como da utilização desses conceitos em nosso estudo, procuraremos situar brevemente suas proposições dentro do universo mais amplo de seu trabalho. Partindo da distinção saussureana entre língua e fala, e admitindo que a fala, por vocação natural, só o é para outrem, i. é, que a língua não se realiza senão quando fornece um lugar de encontro para os indivíduos, Ducrot distingue, no interior do que chama Descrição Semântica, entre

dois componentes: o Componente Lingüístico e o Componente Retórico.

Por sua caracterização, ambos os componentes devem concorrer para a explicação dos problemas de significação, embora o façam de maneira diferente. Em outras palavras, enquanto ao componente lingüístico cabe a função de atribuir um sentido a um enunciado qualquer que se lhe submeta, ao componente retórico caberá apresentar a significação desse enunciado, contando, para isso, com o sentido (já fornecido pelo componente lingüístico) e com as condições de produção do enunciado (a situação). Ainda quanto ao componente retórico, deverá conter regras que permitam explicar significações diversas, porventura atribuíveis a um mesmo sentido de um enunciado. Referimo-nos a regras, também ditas leis do discurso, ou leis conversacionais, como as que se seguem: lei da informatividade, condição a que se submete, por definição, qualquer enunciação que tenha por objetivo informar o ouvinte⁷; lei da exaustividade, pela qual se exige do locutor que dê ao destinatário as informações mais fortes e que mais possam interessá-lo sobre o tema em questão; a litéres ou eufemismo, pela qual se é levado a interpretar um enunciado como dizendo mais do que sua significação literal.

Das duas noções básicas à descrição semântica, propostas por Ducrot, o sentido e a significação, apenas a última constitui, para o autor, um dado observável, enquanto o sentido se caracteriza por ser uma noção operacional. Dessa maneira, enquanto à noção de enunciado e à de sentido se atribui um caráter de abstração, à de enunciação se atribui um caráter de totalidade, na medida em que é passível de englobar tanto noções como a de enunciado, quanto aspectos considerados situacionais: a pessoa que fala, seu interlocutor, a situação de produção do enunciado.

Prosseguindo em suas investigações, Ducrot afirma não poderem as relações intersubjetivas, inerentes à fala, ser reduzidas à comunicação (ou seja, à troca de conhecimentos), uma vez que entre elas se introduz uma grande variedade de relações inter-humanas, para as quais a língua oferece não apenas a ocasião e o meio, mas também o quadro institucional, a regra. Desta maneira, a língua, ao invés de

constituir um lugar indefinido de encontro dos indivíduos, representa um modo particular de encontro. E se isso é verdade, ainda segundo o autor, então, dizer que as línguas naturais são códigos seria o mesmo que admitir que todos os conteúdos expressos o são de forma explícita. A existência do implícito lingüístico se vincularia, para Ducrot, a razões diversas, como, por exemplo, a própria existência do tabu lingüístico (recaindo, por vezes, sobre temas inteiros) e o fato de toda afirmação explicitada poder tornar-se, em alguma medida, um tema de discussões indesejadas. A partir disso, é possível detectar no trabalho de Ducrot, dois tipos básicos de implícitos: o implícito lingüístico (a pressuposição) e o implícito discursivo, subdividido em duas modalidades, quais sejam, o implícito baseado no enunciado e o implícito baseado na enunciação.

Realizando-se a nível do sentido (como ocorre com o "posto", ou conteúdo informacional do enunciado), o implícito lingüístico ou pressuposto designaria um elemento de significação que, embora não esteja formulado explicitamente, torna-se imediatamente pressuposto no enunciado, que o dá a entender por sua própria forma lingüística.

Quanto ao implícito discursivo, Ducrot entende-o como o elemento de significação que o destinatário restitui por meio de uma "démarche" discursiva, de um raciocínio tomado a partir, ou do único enunciado que lhe é dado (I), ou a partir do enunciado e das circunstâncias de sua enunciação (II). Assim, a forma canônica de (I) seria: ele disse X; ora X implica Y; então, ele disse Y, enquanto a de (II) seria: Ele me disse X; ora, não se diz X senão para dizer Y; então, ele quis dizer Y, reenviando (I) para os implícitos discursivos baseados no enunciado e (II) para os implícitos discursivos baseados na enunciação.

Voltando à pressuposição, Ducrot define-a como o elemento semântico comum a um enunciado "A", à sua transformação interrogativa "A?", assim como à sua negação: "É falso que A". Como exemplo, teríamos o enunciado João deixou de fumar, com suas transformações João deixou de fumar? e João não deixou de fumar, em que, juntamente com o posto João atualmente não fuma mais, temos o pressuposto João

fumava, elemento que, como o anterior, deve ser produzido pelo componente lingüístico. Falando da função dos pressupostos dentro da atividade da fala, Ducrot insiste, sobretudo, nos aspectos de sua conservação no jogo das questões e das respostas, de sua redundância no discurso (do qual asseguram a coesão), bem como da exterioridade que guardam com relação ao encadeamento dos enunciados (aos quais fornecem um quadro). Por último, nesta breve exposição sobre o assunto, pode-se dizer que Ducrot define a pressuposição como um ato ilocutório, uma vez que o ato de pressupor se realizaria no próprio momento do ato de enunciação, regulando, por assim dizer, as direções que o discurso deve tomar, e colocando o interlocutor (e sua resposta), como já foi referido, num esquema de obediência/desobediência.

VI.2.1. *A noção de pressuposição como um "efeito de lugar social"*

Como já fizemos notar acima, concentrar-nos-emos aqui em alguns pontos específicos da teoria de Ducrot, na tentativa de operacionalizar os conceitos de implícito, particularmente o chamado implícito lingüístico ou pressuposto, à luz do que brevemente esboçamos como "efeito de lugar social". Interessa-nos examinar o pressuposto, na medida em que ele, como bem o acentuou Vogt, se apresenta como um conceito poderoso, capaz de, juntamente com o posto, reger a significação final de um enunciado.

Com essa intenção, examinemos inicialmente as características atribuídas por Ducrot às relações intersubjetivas, inerentes à fala. Segundo ele, não se pode considerar que todos os elementos lingüísticos, em todas as suas realizações, perfaçam uma função comunicativa. Assim sendo, explica a existência dos implícitos, elementos que visam a contornar os problemas do tabu lingüístico, bem como aqueles decorrentes do fato de toda afirmação explicitada se tornar passível de discussão. À luz das considerações até aqui feitas a propósito do conceito de intersubjetividade, parece-nos lícito alargar essas justificativas, dotando-as de um caráter menos ligado à vontade do locutor, e mais próximo a características sociais amplas, quais

sejam, o fato de que o implícito permite evitar abordar de frente a questão do lugar social do locutor com relação ao de seu(s) interlocutor(es), favorecendo a permanência de lugares já estabelecidos, bem como o fato de que os indivíduos não são donos (pela consideração dos princípios sobre ideologia) de operar sua tomada de posição (a não ser através de sua interpelação como sujeitos), pois é, ao contrário, essa tomada de posição que estabelece sua identidade.

E se isso pode ser aceito com relação aos implícitos discursivos, o que dizer dos implícitos lingüísticos, ou seja, as pressuposições? Conceitos poderosos, na medida em que intervêm na significação geral do enunciado (e em seu encadeamento com os enunciados que possam se lhe seguir), juntamente com os postos, e na medida em que se definem como atos ilocutórios, os pressupostos podem nos ser de grande utilidade para a operacionalização da categoria de interlocutor. Com efeito, considerada como um ato ilocutório por Ducrot, a pressuposição poderia ser designada como um "efeito de lugar social", o que certamente implicaria uma função mais ampla para essa noção: ao invés de investigar marcas puramente lingüísticas, poderia a pressuposição adentrar a ordem do discurso, como uma espécie de invariante a embasar a totalidade discursiva.

Como se poderiam articular essas especulações àquelas de Ducrot, no que respeita às pressuposições? E quais as decorrências dessa possível articulação à luz dos conceitos propostos por Voloshinov e desenvolvidos neste trabalho?

Para responder a isso, faremos uso de dois pontos já discutidos: primeiramente o conceito de discurso referido, segundo Voloshinov e, em seguida, o problema da presença de relações reais e relações imaginárias, vinculadas ao conceito de ideologia, bem como a conseqüente dominância das últimas sobre as primeiras. Em suma, parece-nos possível atribuir ao conceito de pressuposição, tal como proposto por Ducrot, um caráter de forma de discurso referido, na medida em que, ao invés de simples tema, ele se configuraria como discurso sobre o discurso.

Com efeito, do ponto de vista da entidade discursiva em

que aparece, vemos a pressuposição funcionando ou como alusão a uma situação discursiva anterior (constituída por uma fala do próprio locutor, do interlocutor, ou ainda o conhecimento prévio deste último com relação ao tema em questão), ou como um pretense veículo de informações. E, se, no primeiro caso, a situação discursiva anterior parece clara, no segundo, embora de forma diferente, o discurso também se faria presente, na medida em que a pressuposição reenviaria para a entidade discursiva presente, fornecendo informações para que o interlocutor possa acompanhar os novos "conteúdos" (postos, nos termos de Ducrot). Por outro lado, não se pode negar que a pressuposição possua uma autonomia própria, semântica e de construção, deixando intacta a estrutura lingüística que a incorpora, como propõe Voloshinov para as formas do discurso referido.

E se essas indicações merecem consideração, então seria possível investigar o grau da interferência da fala do interlocutor sobre a pressuposição do locutor, ou seja, utilizando termos de Bakhtine, o grau de seu autoritarismo ou de sua persuasão. Mas isso não é tudo. Aludindo a uma situação discursiva anterior ou mostrando-se como forma peculiar de transmissão de informações, o fenômeno da pressuposição opera com importantes conceitos, já discutidos neste trabalho, quais sejam, o de alusão, o de indivíduo (e, por conseguinte, o de discurso do indivíduo), bem como o conceito de conhecimento (imbricado com o de transmissão de informações). Ora, considerados à luz da ideologia (noção básica a fundamentar a concepção dialógica da linguagem), tais conceitos são subsumidos pela presença de relações imaginárias ideológicas que se apropriam do real, instaurando o domínio da ilusão, do indivíduo interpelado como sujeito (e, portanto, como "não-dono" de seu discurso) e do desconhecimento.

Se isso é verdade, na medida mesma em que trabalha com conceitos "reais" (tornados imaginários pela ação ideológica), a pressuposição se configuraria, tal como Voloshinov pretendia para o discurso referido, como uma unidade lingüística privilegiada para a investigação da troca dialógica/ideológica instaurada pela linguagem.

No entanto, atendo-nos à teoria de Ducrot, vemos ser a

pressuposição (ao lado do posto) parte integrante do componente lingüístico que, baseado na tradição saussureana, seria responsável pela determinação do sentido de um enunciado. Além disso, contraposta à do componente retórico, a função do componente lingüístico teria como propriedade a determinação do sentido literal dos enunciados, sentido esse possivelmente acrescido, através da situação e de leis de discurso (determinadas pelo componente retórico) de significações diversas. Este postulado de Ducrot parece considerar que, para atingir a compreensão de um enunciado, o ouvinte/interlocutor deveria conhecer-lhe o sentido literal. Por outro lado, no entanto, o autor atribui ao sentido um caráter de abstração, enquanto à significação caberia uma atribuição de dado observável. A partir disso, como se poderia considerar o fenômeno da pressuposição se, trabalhando ele com noções que remetem ao conceito de apropriação ideológica do real, se situa num componente que geraria o sentido literal?

Com efeito, o componente lingüístico, tal como aparece na teoria de Ducrot, poderia, a nosso ver, ser identificado ao nível das relações reais, presente no conceito de ideologia que, conforme o mencionado, é apropriado pelo nível das relações imaginárias (representado aproximativamente pelo componente retórico). Em outras palavras, se por ser apropriado, existe com efeito o nível do real (embora em plano "ideal"), por outra parte, o real percebido é o ideológico. E se assim é, seria possível dizer, como faz Ducrot a partir do conceito de "sentido", que o real (o "não-ideológico") não é um dado observável, mas uma abstração.

Ora, se a pressuposição integra o componente lingüístico, constituindo o sentido, subsumido pela significação (diante do que se discutiu), qual seria seu "real" percebido (ideológico)? Sem dúvida, sua significação (nos termos de Ducrot), entendendo-se por isso seu efeito no interlocutor. Mas, se este, compartilhando com o locutor as relações imaginárias ideológicas, não lhe pode perceber o sentido literal (as relações reais), que tipo de efeito instauraria a pressuposição? Diríamos que ela, remetendo a um nível não observável (pela ação da apropriação ideológica) incide sobre a função que a i-

deologia estabelece com a sociedade, e, portanto, instaura o efeito de um lugar social.

Por outro lado, se a pressuposição puder ser considerada como uma forma de discurso referido, poderá igualmente ser encarada como um tema de discussão do discurso que a incorpora, o que também implicaria um provável ponto de discussão para o interlocutor. Este aspecto entraria fatalmente em choque com os postulados de Ducrot acerca do fenômeno da pressuposição, caso não lhe atribuíssemos, da mesma forma que um caráter de discurso referido, também o caráter de efeito de lugar social. Em outras palavras, a pressuposição poderá persistir como um tema do discurso incorporador e, como tal, objeto de discussão, apenas na medida mesma do reconhecimento ou não, por parte do interlocutor, do lugar social que a produziu. Assim sendo, como já ficou claro anteriormente, a possível discussão girará em torno da pressuposição como efeito desse lugar e não como transmissão de informações.

Diante disso, surgem-nos duas conseqüências: o reaproveitamento ativo dos postulados de Voloshinov, particularmente aqueles relacionados ao discurso referido, concebido como forma privilegiada da troca dialógica/ideológica; e, a par disso, a possibilidade de buscar marcas da presença do interlocutor no discurso do locutor (mesmo sendo ele de características monológicas), a partir do efeito de lugar social, instaurado pelo fenômeno da pressuposição e através dos graus de reconhecimento possíveis com relação a esse efeito.

VI.3. Análise de um "Corpus"

Tendo em vista a grande complexidade dos conceitos teóricos até aqui expostos, e visando a uma possível operacionalização da categoria do interlocutor, concentrar-nos-emos, nesta parte, na tentativa de trabalhar especialmente com as últimas investigações deste estudo. Com efeito, redefinidas à luz da concepção dialógica/ideológica da linguagem, as noções de ato de fala, em geral, e de pressuposição, em particular, podem apresentar grande rendimento para a supra

citada operacionalização.

Assim sendo, assumido esse compromisso, parecem fazer-se necessários dois níveis de investigação textual: enquanto o primeiro determinaria no texto o que Ducrot chamou de "movimento argumentativo", a fim de detectar-lhe, entre outros, os usos pressuposicionais, o segundo buscaria diretamente averiguar a interinfluência porventura estabelecida entre esses usos e a categoria do interlocutor.

VI.3.1. Sobre o "corpus" escolhido

Procurando fugir um pouco às tão freqüentes caracterizações a partir de textos literários e buscando, em alguma medida, uma certa aproximação do dito "discurso comum" ou "linguagem ordinária" (Bakhtine), trabalharemos aqui com um texto jornalístico que versa sobre a matéria futebolística. Centrado assim em um tema altamente compartilhado⁸ por um grande número potencial de interlocutores, essa espécie de texto, a nosso ver, pode se mostrar bastante produtiva para a análise em questão. Por outro lado, trata-se de um texto de evidentes características monológicas, cuja abordagem pode permitir, em grande escala, a verificação dos conceitos de Voloshinov acerca do interlocutor, bem como as decorrências que lhe atribuímos neste estudo.

VI.3.2. O primeiro nível de análise

Com relação a este primeiro nível, seguiremos, em certa medida, o modelo apresentado pela análise de Ducrot (1977), acerca de um texto igualmente jornalístico, cuja importância parece relevar-se de dois pontos principais: por um lado, representa ela a tentativa de um grupo, ligado à lingüística do enunciado, em analisar argumentativamente um texto, e, por outro, decorrência lógica, envolve a utilização prática de vários conceitos fixados por Ducrot, entre os quais se destacaria o que trata do fenômeno da pressuposição, que foi por nós relacionado à noção de "efeito de lugar social".

Embora seguindo, como dissemos, certos pontos da análise de Ducrot, tendo em vista nosso tratamento em termos de "efeito de lugar social", procura nossa análise verificar a possibilidade de novas explorações, concentrando-se ela, com efeito, na verificação das marcas da presença e, conseqüentemente, da interferência do interlocutor na atuação verbal do locutor.

VI.3.2.1. CORPUS⁹

"O CORÍNTIANS ENFRENTA SEU PIOR INIMIGO: O DESESPERO

Alberto Helena Jr.

Está certo o técnico Osvaldo Brandão: o Coríntians tem de manter-se com a cabeça erguida. Não por um gesto de orgulho, mas como uma justa tacada neste sutil jogo de emoções que cerca a grande decisão de amanhã: afinal, a Ponte é melhor que o Coríntians, mas não é um supertime. E se a Ponte tem suas linhas mais ajustadas e tecnicamente seus jogadores ganham, na maioria, dos corintianos, a garra sempre foi, historicamente, um privilégio do Coríntians.

É, pois, com a garra de seus jogadores e o incentivo maciço de sua torcida que o Coríntians tem de superar o talento superior da Ponte. Tão superior que em cinco confrontos diretos ganhou quatro e perdeu apenas um. Mas não tão superior que possa justificar o desânimo que se espelhou pela cidade nestes dias.

Contudo, é indispensável que Brandão ajuste a maneira de jogar de sua equipe ao timing do estímulo certo de sua torcida. Quer dizer: para que o Coríntians consiga levar a campo o grito da torcida é preciso sintonizá-lo com o ritmo e a pauta de sua atuação. Há quem acredite que o melhor, pois, seria atacar e atacar, mantendo aceso, desde os primeiros minutos do jogo, o diálogo entre o time e a torcida, numa recíproca de estímulos que arrancaria a vitória da Ponte no grito.

Uma rápida retrospectiva destes 23 anos de frustrações,

porém, revela a inconveniência de tal tática: foi assim que o Coríntians perdeu quase todos os seus títulos, em contragolpes que feriram fundo e mortalmente a alma corintiana.

Este ano, no entanto, jogando com cautela e aticando a torcida nos contra-ataques foi que o Coríntians conseguiu renascer das cinzas várias vezes até chegar às portas da grande conquista. Além disso, é bom ter sempre na memória que o empate já basta para dar a faixa de campeão ao Coríntians.

Logo, antes de enfrentar a Ponte, o Coríntians tem de vencer o desânimo e o desespero, principalmente o desespero, o fatal e eterno inimigo."

VI.3.2.2. ANÁLISE

O título do texto é a primeira indicação de sua linha de construção: a comparação (presente gramaticalmente através do adjetivo pior e semanticamente pelo verbo enfrentar). Se pensarmos mais além, como o próprio Ducrot o faz moderadamente em sua análise, e buscaremos a realidade extra-lingüística de enunciador e leitores do texto, vemos basear-se fundamentalmente o futebol em comparações, i. é, a existência de times enquanto tais estaria estreitamente vinculada à sua existência frente a outros times. Se isso é verdade de maneira relativamente neutra na realidade extra-lingüística (ou seja, essa comparação dependeria apenas de derrotas e vitórias dos times, uns contra os outros), na realidade lingüística de um texto como o citado toma outras características, na medida em que o enunciador, tendo como base a experiência comum dos interlocutores, apela para noções como a história do time. Tanto parece real esse fato que o título do texto, na quebra de uma expectativa lingüística (o Coríntians enfrenta seu pior inimigo: o desespero), remete não mais a uma realidade extra-lingüística, baseada apenas em derrotas ou vitórias, mas a uma experiência lingüística da existência do time, a qual seria igualmente partilhada por locutor e interlocutores.

Vejamos, então, como isso se desenvolve:

"Está certo o técnico Osvaldo Brandão: o Corinthians tem de manter-se com a cabeça erguida".

Iniciado, como vemos, a partir da fala do jornalista, através de um juízo de valor da fala do outro, o texto passa para essa fala por um uso não tradicional do discurso direto¹⁰. A fala seguinte, atribuída ao técnico do time, faz uso de uma pressuposição ambígua, ou seja:

a) o Corinthians está de cabeça erguida (e deve continuar)

b) o Corinthians sempre esteve de cabeça erguida (por que agora estaria ela começando a pender?)

A escolha de uma das duas hipóteses com relação à pressuposição da fala do técnico talvez nos fique clara a partir da continuação do texto. E é através dessa continuação que nos permitimos perceber que a fala do técnico, introduzida de maneira direta no texto pela fala do jornalista, passa a ser assumida como fala do autor, na medida em que é a partir dela que se desenvolve a argumentação posterior:

"Não por um gesto de orgulho, mas como uma justa tacada neste sutil jogo de emoções que cerca a grande decisão de amanhã".

Notemos aqui o uso peculiar da partícula argumentativa mas, seguida a um enunciado tradicionalmente tratado como negativo. Surgem-nos aqui duas possibilidades:

a) Seguindo a análise argumentativa do "mas" de contrariedade, teríamos: A mas B (portanto B se orientando para ~A). No caso de uma proposição negativa, ~A mas B, a estratégia se inverteria e teríamos B se orientando para A. No caso estudado, se esta hipótese de interpretação for correta, teríamos: A = (cabeça erguida como um) gesto de orgulho; B = justa tacada neste sutil jogo de emoções, donde: ~A = não como um gesto de orgulho, o que nos levaria a uma análise tão estranha quanto incoerente com relação ao próprio decorrer do texto: B (justa tacada neste sutil jogo de emoções) → A (gesto de orgulho).

2) Segundo a análise argumentativa do "mas" "en revanche", teríamos o seguinte: de A você tem a tendência a tirar a conclusão R, mas não o faça porque B. Neste caso, teríamos portanto: de A (gesto de orgulho) você tem a tendência a concluir R (o Corinthians é um time orgulhoso), o que nos levaria a pensar na primeira hipótese de pressuposição que atribuímos à fala do técnico. Por outro lado, de -A (não como um gesto de orgulho), você tem tendência a tirar R (o Corinthians é um time humilhado ou humilhável), mas não o faça porque B (a cabeça erguida como uma justa tacada no sutil jogo de emoções). Esta análise do "mas" "en revanche" parece confirmar a segunda hipótese de pressuposição da fala de Osvaldo Brandão: o Corinthians sempre esteve de cabeça erguida e ela não pode pender agora. A idéia de uma pressuposição que envolve a palavra "sempre", remetendo ao passado histórico do Corinthians, parece ser confirmada pelo resto do texto.

Por outro lado, ainda nos atendo à análise das proposições acima, surge-nos como convidativa a presença do advérbio de negação. Ou seja, embora a análise do mas "en revanche" pareça dar conta de sua interpretação, nunca é demais pensar argumentativamente em sua função dialógica, na medida em que, reenviando o texto a uma experiência lingüística comum, partilhada pelo locutor/técnico e pelos interlocutores, o não da proposição acima, antecipando a resposta do leitor, contraria-a através da proposição introduzida por "mas".

"... afinal, a Ponte é melhor que o Corinthians..."

Corporificam-se, para nós, neste trecho, duas idéias que esboçamos acima. A primeira, mais flagrante, é a da comparação. Pela primeira vez, aparece no texto o nome real do time opositor, ligado à idéia de comparação: a Ponte é melhor que o Corinthians. Ou seja, a propósito do tema Corinthians, o comentário recai sobre seu adversário, o qual vem ligado à idéia de uma comparação de superioridade. Daqui nos vêm duas possibilidades:

a) Retomada do título do texto, onde aparece a primeira idéia de comparação. Aí, o tema ainda é o Corinthians e o nome fictício (que quebra as expectativas dos leitores) de seu adversário vem ligado à idéia de comparação de inferioridade com relação ao tema e

ao comentário. Nessa perspectiva, a Ponte é melhor que o Coríntians inverte espantosamente a escala introduzida pelo título (e reforçada por pior). O nome fictício do adversário, instaurando uma escala em que o Coríntians se orienta para o pior, é substituído pelo nome real do time opositor, que passa a orientar o Coríntians para o melhor. Is so parece ser confirmado por nossa segunda possibilidade:

b) A afirmação de que a Ponte é melhor que o Coríntians é introduzida pela expressão "afinal", que novamente nos abre duas perspectivas:

b.1. Confirmação, de certa forma, do caráter dialógico, introduzido pela partícula negativa "não". Nessa medida, "afinal" re apresenta ainda a continuação de uma auto-resposta do autor aos leitores com relação a permanecer o Coríntians de cabeça erguida.

b.2. A idéia de uma inversão até certo ponto bizarra da escala argumentativa pela introdução de uma comparação com o time opositor apenas deixa de ser estranha, levando em consideração o início do texto, se a conclusão do autor (de que trataremos a seguir) não viesse, de certa forma, dialogicamente expressa na partícula "afinal".

"... mas não é um supertime."

Mais uma vez verificamos aqui um uso fortemente argumentativo da conjunção "mas": "A Ponte é melhor que o Coríntians, mas não é um supertime". A análise do "mas", neste caso, parece clara: não tire de A (qualidades superiores da Ponte com relação ao Coríntians) R (a Ponte merece do Coríntians um "abaixamento" de cabeça) por que B (a Ponte não é um supertime). Ora, a idéia semântica de supertime abre-nos novamente duas possibilidades:

a) Uma possibilidade confirmatória da idéia de comparação (um supertime pressupõe a existência de subtimes ou, pelo menos, de times). Isso parece confirmar também a existência pressuposta de duas escalas, nas quais o Coríntians se orientaria ora para o pior, ora para o melhor. Orientado para subtimes, o Coríntians teria justificado o seu abaixamento de cabeça por definição (um subtime sequer mereceria uma postura normal de cabeça). Se, por outro lado, se orientasse para supertimes, o Coríntians poderia justificar com êxito o

seu derrotismo. Como, no entanto, segundo o autor, a Ponte não é um supertime, fica injustificada tal atitude. Argumentativamente, estamos, por enquanto, no ponto da escala que marca "times" (por oposição a supertimes e a subtimes).

b) A idéia de supertime, introduzida através do uso da conjunção "mas", traz-nos ainda implícita, tendo sempre como base a idéia de comparação, a idéia de que haveria necessidade, em certa medida, da existência de um supertime para se pensar como justificada a atitude derrotista do Corinthians (justificação da escala), atitude esta que nos leva novamente à realidade extra-lingüística. Em outras palavras, seria necessário um supertime para derrotar o Corinthians. Vejamos se o texto pode nos confirmar essa hipótese e de que maneira:

"E, se a Ponte tem suas linhas mais ajustadas e tecnicamente seus jogadores ganham, na maioria, dos corintianos, a garra sem pre foi, historicamente, um privilégio do Corinthians."

O final do parágrafo, aqui transcrito, reforça ainda uma vez a idéia de comparação que continua, lingüisticamente, a comparação extra-lingüística que se desenvolve entre os times. Note-se como o uso da condicional, pressupondo a idéia de implicação, vem reforçar a análise do enunciado imediatamente anterior. Ou seja: se a Ponte tem suas linhas mais ajustadas e tecnicamente seus jogadores ganham, na maioria, dos corintianos, "então" ... (ou "isso implica que ...").

Não é difícil notar que o resultado desta implicação pressuposta não aparece no texto, mas nos reenvia à análise anterior, onde parecemos autorizados a concluir (também através desta implicação) que ao Corinthians se permitiria abaixar a cabeça, conclusão esta pertencente à realidade lingüística em que nos movemos, ou, por outro lado, o Corinthians estaria realmente à beira de uma derrota (conclusão da realidade extra-lingüística).

O resultado da implicação implícita nos é dado pelo autor através de uma alusão explícita à garra (valor histórico) do Corinthians. Isso vem reforçar nossa análise anterior da pressuposição utilizada na fala do técnico, no início do texto (idéia de que o Corinthians sempre teve a cabeça erguida).

Chegamos a pensar aqui, então, num uso adversativo da condicional: se a Ponte tem suas linhas mais ajustadas ..., não conclua daí R (abaixamento da cabeça por parte do Corinthians/derrota) por que existe a presença histórica da garra corintiana. Prossigamos:

"É, pois, com a garra de seus jogadores e o incentivo maciço de sua torcida que o Corinthians tem de superar o talento superior da Ponte".

O uso evidentemente conclusivo de "pois" neste enunciado reforça a análise anterior. O jornalista parece encerrar com este parágrafo as idéias lançadas anteriormente, ao mesmo tempo que volta à idéia da comparação, reinstaurando a escala anunciada. O "talento superior da Ponte" remete novamente à idéia de supertime e à posição do Corinthians em um ponto inferior dessa escala (o que nos faz pensar em uma nova inversão da escala, um movimento de vai-e-vem que começa a caracterizar o texto. Se isso acontece, ou está acontecendo, vale a pena ver seu desenvolvimento no desenrolar do texto):

"Tão superior que em cinco confrontos diretos ganhou quatro e perdeu apenas um".

Mantém-se aqui a posição da escala "comparativa". A Ponte continua tendo seus valores superiores exaltados, através do uso da consecutiva: "tão superior ... que" em cinco confrontos, etc, reforçado pelo uso da partícula apenas. A manutenção da posição da escala, contrariando de certa forma o movimento do texto, encontra uma justificativa na realidade extra-lingüística de que falamos no início da análise. Note-se que aqui se comparam diretamente vitórias e derrotas (uso da expressão técnica "confrontos diretos") e não possibilidades. Vejamos o final do parágrafo:

"Mas não tão superior que possa justificar o desânimo que se espalhou pela cidade nestes dias."

O emprego, ainda uma vez, de "mas" traz-nos de volta o movimento do texto: a instauração de uma escala, baseada na comparação entre dois times, e a posição alternada desses times dentro dessa escala. Teríamos então: não tire de A (talento superior da Ponte) R (abaixamento da cabeça, derrota do Corinthians) porque B. Esse B, no

entanto, não traz uma proposição diferente que justifique o "não-abai^xxamento" da cabeça. Em suma, volta-se à idéia anterior de que a Ponte não é um supertime. Do fato de a Ponte ser superior tecnicamente não se deve tirar a conclusão de que o Coríntians possa sentir-se derrotado, porque a Ponte não é tão superior. A nova inversão da escala tem agora como sua única justificativa a alusão à garra do Coríntians, ou seja, um apelo direto às justificativas próprias dos leitores. Verifiquemos como isso se desenvolve:

"Contudo é indispensável que Brandão ajuste a maneira de jogar de sua equipe..."

O uso da conjunção "contudo", que a gramática tradicional ensinou a ver como adversativa, paralelamente a "mas", novamente nos faz pensar no movimento do texto. Teríamos então:

De A (que agora passa a ser "a Ponte não é tão superior", remetendo a "a Ponte não é um supertime") não se tire R (conclusão pressuposta: o Coríntians vai ganhar) porque B (é indispensável o ajuste feito pelo técnico). Note-se, no entanto, que, embora haja aparentemente um novo movimento na escala (e a posição do Coríntians volte a correr perigo), o movimento é agora um pouco diverso: até agora justificava-se o não-derrotismo corintiano pela "não-tão grande superioridade da Ponte", pelo fato de não ser a Ponte "um supertime". Como vimos, pela análise do parágrafo anterior, da superioridade técnica da Ponte não se podia tirar a "derrota" do Coríntians, porque a Ponte "não é tão superior", onde, em suma, se apelava para os argumentos próprios dos leitores. Agora, do talento não tão superior da Ponte não se pode tirar necessariamente a vitória do Coríntians (otimismo, levantamento da cabeça como uma atitude de orgulho) porque B. B introduz aqui uma nova variável, a ação do técnico em "ajustar". Note-se, então que este parágrafo parece, de certa forma, interromper a fala conjugada técnico/jornalista, introduzida no início do texto, e reinstaurar a fala, até certo ponto individualizada, do locutor. Se isso é verdade, abrem-se-nos três possibilidades de análise de "contudo":

a) a análise já proposta, em que "contudo", assumindo

seu valor adversativo, opõe duas proposições.

b) uma análise que remete "contudo" ao início do texto. Desta maneira, "contudo" (e o que ela introduz) estaria se opondo diretamente à primeira fala do autor: "Está certo o técnico Osvaldo Brandão"... "contudo"... "é indispensável que ajuste"...

c) uma união das duas análises precedentes, em que "contudo" oporia duas proposições (mantém-se assim o movimento do texto) e seria, ao mesmo tempo, uma resposta (aspecto dialógico) ao técnico e ao público (que espera uma resposta desse técnico). Vejamos o que se segue:

"...ao timing do estímulo certo da torcida."

Este enunciado usa como pressupostos:

a) Há um estímulo da torcida corintiana.

b) O estímulo da torcida corintiana é certo (remete ao passado, à história do Corinthians).

c) O estímulo certo da torcida corintiana possui um timing.

d) (Unindo-o ao anterior) o timing do estímulo certo da torcida corintiana pode ser ajustado à maneira de jogar da sua equipe.

Dentre eles, tem maior importância para nossa interpretação o segundo, onde se assume a importância do estímulo certo da torcida corintiana.

"Quer dizer: para que o Corinthians consiga levar a campo o grito da torcida é preciso sintonizá-lo com o ritmo e a pauta de sua atuação."

O esforço de explicação parece ficar claro através de "quer dizer", bem como o objetivo finalístico do que vem a seguir. Uma coisa a se ressaltar é, no entanto, a impessoalização do agente em "é preciso sintonizá-lo com o ritmo e a pauta de sua atuação" (aliás, todo o enunciado é impessoalizado): já não se sabe exatamente a quem sintonizar, se ao técnico, se à torcida. Isso denuncia um novo "movimento" do texto, baseado naquilo que falamos sobre "contudo", considerado também como espécie de resposta ao técnico (e à torcida). A

impessoalização do agente, não remetendo diretamente ao técnico e colocando também a torcida como possível agente de sintonização, desloca da figura do técnico a responsabilidade total do esforço de ajustamento. Vejamos se isso se confirma:

"Há quem acredite que o melhor, pois, seria atacar e atacar, mantendo aceso, desde os primeiros minutos do jogo, o diálogo entre o time e a torcida, numa recíproca de estímulos que arrancaria a vitória da Ponte no grito."

O enunciado, que se pretende conclusivo, pelo uso de "pois", desfaz essa expectativa logo no início pelo emprego do condicional. Eis as pressuposições utilizadas:

- a) existe um diálogo entre time e torcida.
- b) há possibilidade de existência de estímulos recíprocos.
- c) estímulos recíprocos podem arrancar a vitória de outro time.

Ora, se as pressuposições utilizadas vão ao encontro do que o autor já expusera como "tarefas" do técnico e da torcida, a afirmação de que o melhor seria atacar e atacar, opinião de um "grande impessoal" ("há quem acredite"), tornada improvável pelo uso do condicional, faz voltar à análise anterior em que se discute a responsabilidade do técnico. Mas essa responsabilidade, a que acima se alude, vista na perspectiva da realidade lingüística deste texto, não pode (vejamos isso no decorrer do texto) ficar apenas a nível de ataques e ataques, que excluiriam, pelo menos no que diz respeito à realidade em que nos movemos, a participação ativa da torcida:

"Uma rápida retrospectiva destes 23 anos de frustrações, porém, revela a inconveniência de tal tática..."

O uso previsto do "porém" adversativo confirma o movimento do texto: não tire de A (de que "o melhor seria atacar e atacar") a conclusão R (desta forma o Corinthians poderia ganhar) porque B (essa tática é inconveniente). Mas alegar B seria tão insuficiente quanto incoerente com o início do texto (portanto, com a realidade lingüística em que estamos). Corresponderia a voltar a nossa escala com

parativa e nela situar o Coríntians de maneira inferior à Ponte. O que vem a seguir não parece desmentir isso, embora faça prever o restabelecimento do equilíbrio do movimento do texto:

"...foi assim que o Coríntians perdeu quase todos os seus títulos, em contragolpes que feriram fundo e mortalmente a alma coríntiana."

Dizer que o Coríntians perdeu quase todos os seus títulos pelo motivo exposto (tática errada), embora mantenha uma escala em que o time continua em uma posição desfavorável, remete, por outro lado, às possibilidades de análise anteriores, em que o jornalista se refere ao técnico (tática) e parece excluir a torcida da causa da perda dos títulos. Teríamos, então:

"Tática errada" remete a "contudo, é indispensável que ... estímulo certo de sua torcida", e ambos a "está certo o técnico Osvaldo Brandão". As duas primeiras proposições contrariando a última (que é a primeira do texto). Em outras palavras, teríamos grupos e subgrupos:

"Está certo o técnico Osvaldo Brandão (contudo é indispensável ajustar (o melhor, pois, seria atacar (porém esta técnica é inconveniente)))

"Este ano, no entanto, jogando com cautela e atijando a torcida nos contra-ataques foi que o Coríntians conseguiu renascer das cinzas várias vezes, até chegar às portas da grande conquista."

O uso adversativo previsto de "no entanto", vem se unir às proposições anteriores, da seguinte forma:

a) Com relação à proposição imediatamente precedente, temos: Não tire de A (foi assim que o Coríntians perdeu quase todos os seus títulos) R (o Coríntians vai perder desta vez também) porque B (este ano "vai ser diferente"). A explicação de que este ano vai ser diferente exigiria obviamente outros argumentos. O autor volta, no entanto, ao já exposto: união de cautela e garra da torcida. Ora, a garra da torcida, o texto já vinha explorando há tempo como uma possível causa para a vitória do Coríntians. Se não há nenhum argumento novo nesse sentido, há apenas a manutenção do movimento do texto:

Proposição A (que levaria a R) levando a B, com movimentos de inversão da escala.

b) Com relação a proposições anteriores, que se referem à parte técnica do jogo, "jogar com cautela e aticar a torcida" reconcilia, de certa forma, a primeira proposição do texto (está certo o técnico Osvaldo Brandão) com as proposições posteriores, introduzidas por "contudo, é indispensável..." (que se liga diretamente à pessoa do técnico) e "uma rápida retrospectiva...porém..." (ligada indiretamente à pessoa do técnico atual e de técnicos passados ou em potencial que adotaram ou venham a adotar a tática inconveniente).

"Além disso, é bom ter sempre na memória que o empate já basta para dar a faixa de campeão ao Corinthians."

Neste trecho temos:

a) Volta clara ao texto da figura do enunciador/interlocutor. Até aqui se apelava para argumentos técnico-históricos, ou seja, para a garra da torcida corintiana que os resumia (realidade lingüística do próprio texto).

b) Apelo ao argumento da realidade extra-lingüística (onde há vitórias e derrotas): um empate basta para o Corinthians conseguir o título de campeão.

c) Parece haver uma quebra no movimento instaurado pelo texto, pela introdução do argumento extra-lingüístico, através da expressão: "além disso" (que parece demonstrar a insuficiência dos argumentos arrolados). No entanto, se tomamos como base a análise até aqui conduzida, essa quebra é, até certo ponto, previsível, particularmente se atentarmos para a conclusão lançada pelo autor:

"Logo, antes de enfrentar a Ponte, o Corinthians tem de vencer o desânimo e o desespero, principalmente o desespero, o fatal e eterno inimigo".

Conclusivo, este trecho reinstaura lingüisticamente no texto a presença do movimento comparativo, agora a dois níveis:

a) Com relação ao desespero, escala em que o Corinthians se orienta para baixo (o fatal e eterno inimigo). Note-se o status "abstrato" do inimigo corintiano.

b) Com relação à Ponte, inimigo concreto (apelo à realidade extra-lingüística), escala em que o Coríntians se orienta para cima, se considerarmos os argumentos anteriores.

VI.3.3. *O segundo nível de análise*

Assumida a perspectiva da concepção dialógica da linguagem, vimos constatando algumas evidências teóricas para a consideração da figura do interlocutor como categoria de análise lingüística. Assim sendo, foi-nos possível chegar a indicar as pressuposições como fenômenos significativos ideológicos que, passíveis de uma análise em termos de discurso referido, se configurariam igualmente como "efeitos de lugar social". A partir disso, seria possível dizer que as pressuposições constituiriam formas de "invariantes discursivos", suscetíveis de percorrer o discurso, assegurando-lhe a coesão e o encadeamento dos enunciados, muito embora não sejam, enquanto portadoras de um conteúdo¹¹, objetos de discussão para o interlocutor. Vejamos como se poderiam confirmar essas indicações, com vistas ao texto analisado, bem como suas decorrências para o estudo da categoria do interlocutor.

Os dados decorrentes da análise prévia do texto "O Coríntians enfrenta seu pior inimigo: o desespero" nos levam a eleger o enunciado "O Coríntians tem de manter-se de cabeça erguida" como uma forma passível de um desmembramento pressuposicional (O Coríntians está de cabeça erguida; O Coríntians sempre esteve de cabeça erguida), bem como a conseqüente afirmação da última pressuposição enquanto forma que permeia a argumentação textual. No que se refere a esse possível desmembramento pressuposicional, tendo-se em conta a pressuposição como efeito de lugar social, parece remeter igualmente ao tipo de interlocutor instaurado pelo texto. Com efeito, a dupla possibilidade instaurada pelo enunciado citado, reenviando a uma fala inicial (cuja importância será discutida mais adiante), instaura também a possibilidade ambígua do interlocutor textual, a saber, aquele que conhece a garra e a história do Coríntians (vinculado à segunda for-

ma de pressuposição) e aquele que não as conhece (vinculado à primeira forma de pressuposição). Será possível confirmar isso através da atribuição de um caráter discursivo (incidindo sobre uma forma de discurso referido) ao fenômeno da pressuposição?

Ainda através da análise anterior, vimos ser a forma pressuposicional "O Coríntians sempre esteve de cabeça erguida" aquela suscetível de permear a argumentação textual. Assim sendo, consideremos a hipótese de atribuir-lhe a característica de discurso referido, que remeteria a uma situação discursiva anterior, constituída por uma fala do locutor (e jornalista) ou do técnico (Osvaldo Brandão). Num primeiro nível, seria lícito pensar que, advinda de tal situação discursiva, e remetendo, por outro lado, à situação textual presente, a referida pressuposição funcionasse como efeito do lugar social de um locutor que, sendo em alguma medida, conhecedor da matéria futebolística (quer o jornalista, quer o técnico), tentasse imputar ao interlocutor argumentos de autoridade para convencê-lo das teses defendidas (fazendo uso, dessa forma, de uma fala tipicamente autoritária). No entanto, apesar dessa possível interpretação da forma pressuposicional citada, vemos ocorrer ela em um contexto bastante especial. Com efeito, iniciado pela fala do locutor, o texto continua pela referência ao discurso do técnico Osvaldo Brandão, expresso através do enunciado já mencionado: "O Coríntians tem de manter-se de cabeça erguida" (de onde decorrem as duas possibilidades pressuposicionais). No entanto, se, num primeiro momento, seria possível situar a pressuposição de que o Coríntians sempre esteve de cabeça erguida num discurso anterior do técnico, o modo particular de união das duas falas (do locutor e do técnico) tornaria esse procedimento, no mínimo, digno de desconfiança. Com efeito, a referência ao discurso do técnico pelo discurso do locutor se constitui de modo a nos remeter às características do discurso quase-direto, propostas por Voloshinov, instaurando um verdadeiro embate de vozes (de lugares sociais) entrecruzadas, preenchida por uma interferência recíproca. Ora, se isso é verdade, então devemos remeter a pressuposição de que o Coríntians sempre esteve de cabeça erguida a um discurso conjunto,

constituído pelo embate de vozes do locutor e do técnico.

Vimos, no entanto, que tal reenvio a um discurso conjunto (arena de vozes) poderia confirmar a constituição autoritária de um interlocutor passivo e manejável apenas por esse tipo de argumentos, em sua fase primária. No entanto, considerada, como vimos, como um possível objeto de discussões, na medida do grau de reconhecimento atribuído pelo interlocutor ao lugar social que a produziu, a pressuposição serviria de tema ao discurso que a incorpora. Nessa medida, se esse é um discurso inicialmente caracterizado pelo embate de vozes, constituído pelo jornalista (locutor) e pelo técnico, sua continuação mostra que esse confronto se acresce de mais vozes, através do enunciado "Não por um gesto de orgulho, etc", pelo qual o locutor, lançando a resposta a uma possível dúvida/réplica, incorpora a voz do interlocutor ao texto. Ora, essa dúvida/réplica reenvia novamente ao grau de reconhecimento que o interlocutor apresenta com relação ao lugar social de que é feito a pressuposição analisada.

Assim sendo, podemos estabelecer, em princípio, para esse reconhecimento dois graus de aceitação, um máximo e um mínimo (caracterizando os demais pela relativa proximidade com um desses polos), o que nos leva a caracterizar o interlocutor deste texto como conhecedor ou não da garra histórica do Corinthians.

Vejamos o primeiro caso. Se a pressuposição de que o Corinthians sempre esteve de cabeça erguida se funda, ao lado do discurso conjunto do locutor e do técnico, em um possível conhecimento do interlocutor acerca do fato, então a previsibilidade do não-reconhecimento do lugar social produtor da pressuposição parece ser mínimo. No entanto, o enunciado-resposta "Não por um gesto de orgulho, etc" parece prever a réplica. Para onde reenviaria ela? A nosso ver, para o próprio lugar social de produção da pressuposição, embora num sentido mais refinado; em outras palavras, um interlocutor que conhece¹² a história do time corintiano não recusaria ao técnico e a um jornalista especializado a produção da pressuposição de que o Corinthians sempre esteve de cabeça erguida. Recusaria, outrossim a "exclusividade" do lugar social de quem produz esse ato de fala, ou se-

ja, o fato de que apenas duas pessoas tivessem dito isso. Considerada dessa forma, a possível réplica do interlocutor "conhecedor" (torcedor) é neutralizada pela incorporação de sua voz ao discurso do locutor/técnico, confirmando-se o reconhecimento do lugar social destes como produtores da pressuposição, que, por sua vez, se torna produto agora de uma situação discursiva anterior, compartilhada por três vozes distantes (o locutor, o técnico e o interlocutor). Dessa forma, o texto não conduz, num sentido passivo, o interlocutor às conclusões desejadas, mas chega com ele a essas conclusões: visto como união de vozes, tal como o texto, o Coríntians não seria suscetível de sofrer uma derrota por parte de um outro time e somente a presença de uma entidade maior (o desespero) poderia derrotá-lo.

A par desse tipo de interlocutor, teríamos igualmente a possibilidade daquele que não conhece (no sentido de partilhar) a garra histórica do Coríntians. Neste caso, além de remeter à situação discursiva citada (confronto de vozes inicial), a pressuposição se prestaria a veicular-lhe informações sobre a situação do Coríntians. Vimos, no entanto, que essa veiculação de informações, como função do fenômeno pressuposicional, praticamente se neutraliza diante da característica primeira da pressuposição (vislumbrada por Ducrot quando a postulou como ato ilocutório) que a constitui como efeito de um lugar social. Na verdade, quer isto dizer que a constatação (em termos de informação nova) de que o Coríntians sempre esteve de cabeça erguida é menos importante do que sua situação de produção (o elemento de autoridade presente através da figura do técnico e do jornalista especializado). Se isto é verdade, de que modo se poderia analisar a integração da voz desse tipo de interlocutor (através de "não por um gesto de orgulho") ao discurso inicial do locutor e do técnico? Haveria algum tipo de recusa ao lugar social de produção da pressuposição?

Parece-nos que essa problemática nos reenvia ao início dessa parte, em que propúnhamos a dupla possibilidade de pressuposições (a partir de "O Coríntians tem de manter-se de cabeça erguida") como constituidora de, e constituída por, dois tipos de interlocutor.

Com efeito, é possível que a réplica daquele que não conhece a garra histórica corintiana possa aclarar o problema da pressuposição enquanto efeito de lugar social, na medida em que sua recusa incidiria diretamente sobre os dois pontos básicos: determinada fala de um locutor dirigida para certo tipo de interlocutor. Ora, recusando-se, dessa forma, o lugar social da pressuposição de que o Coríntians sempre esteve de cabeça erguida, seguem-se duas possibilidades: ou o interlocutor apóia-se na outra alternativa pressuposicional (O Coríntians está de cabeça erguida) e segue sua relação com o discurso, ou o interlocutor rompe essa relação, interrompendo sua leitura.

Se ocorrer a primeira possibilidade, como se poderia analisar o fenômeno pressuposicional? Dadas as características deste tipo de interlocutor, seu reconhecimento do lugar social da pressuposição continuaria a ser, em hipótese, mínimo, e apenas amenizado pelo fato de não se absolutizar, na pressuposição, o brio corintiano. No entanto, é possível pensar que a autoridade de quem fala (o discurso conjunto) leve tal interlocutor a inclinar-se para a adequação dessa fala e, nessa medida, é igualmente lícito interpretar o enunciado-resposta "não por um gesto de orgulho" como uma incorporação desse interlocutor.

Em suma, parece-nos que os dois tipos de interlocuto-
res¹³, embora por diferentes vias, são incorporados pelo texto, que prevê a ambos através da duplicidade pressuposicional que estabelece. E se assim é, pode-se dizer que ambos os interlocutores constituem o texto, na medida em que determinam não apenas a sua direção, mas a sua própria construção.

NOTAS

1. Para isso concorrendo o caráter vago da expressão "exercer uma ação", atribuída como característica às enunciações performativas.
2. Uma vez que as mesmas palavras podem ser compreendidas como um conselho, uma ordem, etc.
3. Austin considerava que efeitos semelhantes de intimidação e de modificação da posição intersubjetiva podem ser agenciados por enunciados que não apresentam nenhuma marca formal específica e Searle foi conduzido a estender a praticamente todos os enunciados o valor de ato ilocucional.
4. Pretendendo comunicar, dar informações, etc.
5. A propósito do que remetemos à parte VI.2.1 deste trabalho.
6. Flahault lança uma proposição semelhante, exemplificando-a através da utilização de textos literários.
7. Este resultado somente será alcançado no caso de o ouvinte ainda desconhecer o fato a ele apontado.
8. Dadas suas determinações sociais (histórico-econômicas).
9. Retirado do Jornal da Tarde, 12/10/1977, p. 21.
10. Ao qual atribuiremos a característica de discurso quase-direto (Voloshinov).
11. Este fato se patenteia a partir do ponto de vista de que a pressu^uposição, enquanto forma lingüística, perceptível pelo interlocutor, incide sobre a função ideológica com relação à sociedade e não com relação ao real.
12. Em grau máximo, a torcida.
13. Exceto no caso de seu desligamento radical da relação discursiva.

EM BUSCA DE UMA CONCLUSÃO

Pretendíamos, com a presente investigação, arrolar argumentos teóricos, passíveis de permitir a proposição da noção de interlocutor como categoria significante, constitutiva do fenômeno da linguagem, bem como verificar o alcance explicativo da concepção dialógica da linguagem, atribuída a Voloshinov, e as condições de sua inserção no corpo da própria teoria lingüística.

Verificamos inicialmente que uma investigação desse tipo passa necessariamente por uma caracterização sócio-histórica da linguagem e de seus falantes, na medida em que qualquer ato lingüístico só tem sentido se considerado em seu caráter de prática (de ação) interessada, tornada possível e determinada, a um só tempo, pelos condicionantes históricos e sociais de uma sociedade dada. Em outras palavras, constatamos que, quer a consideração da linguagem como entidade autônoma, independente de seus falantes e das condições de existência destes, quer uma concepção que lhe atribua um caráter de dependência de uma psique ideal, inatingível por quaisquer condicionantes histórico-sociais, não são capazes de dar a devida conta da complexidade dos fenômenos lingüísticos, provocando antes uma redução de seu objeto àquelas aspectos superficiais mais aparentes, do mesmo modo como levam a ciência lingüística, em nome de uma autonomia de validade duvidosa, a restringir seu campo de ação, impedindo-a de capitalizar as contribuições de áreas afins.

O percurso que fizemos levou-nos às seguintes constatações:

1- Do ponto de vista teórico:

- a) A concepção dialógica/ideológica da linguagem vai além dos limites teórico-práticos das concepções tradicionais de linguagem, tendo em vista que toma como base para a determinação da natureza e das funções da linguagem os atos verbais no contexto de sua realização, podendo-se, por conseguinte, propor a sua incorporação no universo da teoria lin-

güística:

- b) A concepção dialógica da linguagem é passível de fundamentar a proposição da noção de interlocutor como categoria significativa que sempre se faz presente e interfere na realização de qualquer ato verbal;
- c) Qualquer investigação que pretenda, pelo menos, dar indicações da complexidade da linguagem, necessita ter à sua disposição, além de um instrumental "propriamente lingüístico", as contribuições de uma teoria do "social", na qual se inclui necessariamente uma teoria da Ideologia. Isto ocorre na medida em que, como se pretendeu demonstrar, todo ato lingüístico constitui uma ação que parte de uma, e incide em uma, formação social, sendo a produção ideológica de sentidos a ele concomitante;
- d) Os falantes de uma língua não são receptores ou produtores de sua linguagem, mas partícipes de uma dialética histórico-social que determina, implicita ou explicitamente, aquilo que podem ou não (e devem ou não) dizer, bem como a quem podem ou não (e devem ou não) dizer algo, numa situação dada;
- e) Tendo em vista as diversas determinações, lingüísticas ou não, da atuação dos "indivíduos", não podem ser eles considerados, senão do ponto de vista social, sendo sua consciência individual determinada pelas relações sociais que mantêm no decorrer de sua existência. Desse modo, considerá-los "lugares sociais" e a suas ações como "efeitos de lugar social" parece ser uma tentativa mais próxima de apreensão dos diferentes elementos que constituem a vida social, facilitando a configuração da complexidade do exercício da linguagem;
- f) O interlocutor, entidade sócio-historicamente con-

- figurada, não é uma simples virtualidade lingüística, mas se faz presente e interfere em toda e qualquer enunciação, sendo mesmo constitutivo do seu sentido.

2- Do ponto de vista prático:

- a) Uma análise lingüística, baseada em teorias tradicionais, somente pode dar conta dos aspectos superficiais do fenômeno lingüístico, implicando, com efeito, uma atomização do seu objeto, e ocultando-lhe os aspectos essenciais;
- b) Uma análise lingüística que se concentre na ação lingüística, na argumentação pela linguagem, enfim, que procure investigar o jogo interessado da representação dupla que é o ato lingüístico terá maiores condições de verificar o movimento que constitui a produção de sentido;
- c) Uma análise lingüística que pretenda dar conta do movimento de produção de sentido não pode restringir-se a determinadas marcas formais mais evidentes das intenções, dos interesses, das implicações, envolvidos em qualquer ato lingüístico, devendo antes procurar as determinações que fazem presentes e atuantes tais marcas;
- d) A concepção dialógica/ideológica da linguagem é passível de fundamentar uma análise que, centrada na figura do interlocutor, e levando em conta as diversas manifestações discursivas, constantes de um "texto", procure descobrir o modo como o sentido deste último é produzido em um contexto dado;
- e) A consideração, para fins de análise, do locutor e do interlocutor como "lugares sociais" e dos atos verbais, explícitos e implícitos, como "efeitos de lugar social" revela-se frutífera, permitindo a "des

"coberta" de processos básicos de estruturação de enunciados, de discursos, de textos.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, L. (1974). Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado. Lisboa, Presença/Martins Fontes.
- ALTHUSSER, L. (1979a). A Favor de Marx. 2^a ed., Rio, Zahar.
- ALTHUSSER, L. et alii (1979b). Ler "O Capital". 2 vol., Rio, Zahar.
- ARISTÓTELES (s/d). Arte Retórica e Arte Poética. RJ, Edições de Ouro.
- AUSTIN, J.L. (1970). Quand dire, c'est faire. Paris, Seuil (tradução francesa de How to do things with words).
- BAKHTINE, M. (1978). Esthétique et théorie du roman. Paris, Gallimard.
- BAKHTINE, M. (1970). Problèmes de la poétique de Dostoïevski. Lausanne, Ed. L'Age d'homme.
- BALLY, Ch. (1912). "Le style indirect libre en français moderne". Germanisch-romanische Monatsschrift, p. 549 ss., 597 ss.
- BALLY, Ch. (1914). "Figures de pensée et formes linguistiques". Germanisch-romanische Monatsschrift, p. 405 ss, 456 ss.
- BALLY, Ch. (1930). "Antiphrase et Style Indirect Libre". A Grammatical Miscellany offered to Otto Jespersen. Copenhagen, L. e M.
- BENVENISTE, E. (1974). Problèmes de Linguistique Générale. Vol. II, Paris, Gallimard.
- BENVENISTE, E. (1976). Problemas de Lingüística Geral. SP, Companhia Editora Nacional/EDUSP.
- BRANDÃO, R. de O. (1976). A Tradição Sempre Nova. SP, Ática.
- DUBOIS, J. et alii (1970). Rhétorique Générale. Paris, Larousse.
- DUCROT, O. (1972). Dire et ne pas dire (Principes de Sémantique Linguistique). Paris, Hermann.
- DUCROT, O. (1973). La preuve et le dire. Paris, Mame.
- DUCROT, O. et TODOROV, T. (1973). Dicionário das Ciências da Linguagem. Lisboa, Dom Quixote.
- DUCROT, O. et alii (1977). "Les Fondements d'une Nouvelle Economie de Participation. Discours de M. Messmer a l'Assemblée Nationale". Mimeografado.
- ESCOBAR, C.H. (1979). Ciência da História e Ideologia. RJ, Graal.
- FLAHAULT, F. (1978). La parole intermédiaire. Paris, Seuil.

- FONTANIER, F. (1968). Les figures du discours. Paris, Flammarion.
- GERALDI, J.W. (1978). "Algumas observações sobre o estudo da significação." Estudos (5), Uberaba, FISTA, pp. 46-55.
- GONÇALVES, M.S. (1978). "Argumentando ..." Estudos (5), Uberaba, FISTA, pp. 56-67.
- LIPS, M. (1926). Le style indirect libre. Paris, Payot.
- MALDIDIER, D. (1972). "Discours et idéologie: quelques bases pour une recherche". Langue Française (15), Paris, Larousse, pp. 116-142.
- OSAKABE, H. (1977). "Sobre a noção de discurso". Mimeografado.
- OSAKABE, H. (1979). Argumentação e Discurso Político. SP, Kairós.
- PÊCHEUX, M. e FUCHS, C. (1975a). "Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours". Langages (37), Paris, Didier - Larousse.
- PÊCHEUX, M. (1975b). Les Verités de la Palice. Paris, Maspero.
- PERELMAN, Ch. (1970). "De la temporalité comme caractere de l'argumentation". Le champ de l'argumentation, Bruxelles, Université de Bruxelles.
- PERELMAN, Ch. (1977). L'Empire Rhétorique (Rhétorique et Argumentation). Paris, J. Vrin.
- PLATÃO (1972). Obras Completas. Madrid, Aguillar.
- PONZIO, A. (1974). Producción lingüística e ideología social (Para una teoria marxista del lenguaje y de la comunicacion). Madrid, Alberto Corazon Editor (tradução espanhola de Produzione linguistica e ideologia sociale).
- ROSSI-LANDI, F. (1975). "A linguagem como trabalho e como mercado". Escobar, C.H. org. Semiologia e Lingüística Hoje. RJ, Pallas, pp. 111-139.
- SEARLE, J.R. (1969). Speech Acts - an essay in the Philosophy of Language. Cambridge, Cambridge University Press.
- STRAWSON, P.F. (1964). "Intention and Convention in Speech Acts". Logico-Linguistic Papers, London, Methuen, pp. 149-169.
- VOGT, C.A. (1979). "Por uma pragmática das representações". Mimeografado.
- VOLOSHINOV, V.N. (1976). El Signo Ideologico y la Filosofia del Len-

guage. Buenos Aires, Nueva Visión (tradução espanhola da versão in
glesa Marxism and the Philosophy of Language).